



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS  
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**LÚCIO KEURY ALMEIDA GALDINO**

**OS CAMINHOS DA TERRITORIALIDADE  
DA ETNIA PITAGUARY: O CASO DA  
ALDEIA DE MONGUBA NO MUNICÍPIO  
DE PACATUBA NO CEARÁ**

**FORTALEZA - CE  
2007**

**Lúcio Keury Almeida Galdino**

**OS CAMINHOS DA TERRITORIALIDADE DA ETNIA PITAGUARY: O CASO DA  
ALDEIA DE MONGUBA NO MUNICÍPIO DE PACATUBA NO CEARÁ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia. Área de concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental.

***Orientador:*** Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Fátima Maria Soares (UFC)

***Co-orientador:*** Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio (UFC)

Fortaleza – CE

2007

**Lúcio Keury Almeida Galdino**

**OS CAMINHOS DA TERRITORIALIDADE DA ETNIA PITAGUARY: O CASO DA  
ALDEIA DE MONGUBA NO MUNICÍPIO DE PACATUBA NO CEARÁ**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Mestrado em Geografia da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Geografia. Área de concentração: Dinâmica Territorial e Ambiental.

Dissertação apresentada e aprovada em \_\_05\_\_ / \_\_10\_\_ / \_\_2007\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

Orientador: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup>. Fátima Maria Soares  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC

---

1º Membro: Profº Dr. Francisco José Pinheiro  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC

---

2º Membro: Profº Dr. Antônio Germano Magalhães Júnior  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE

**Ao meu avô José Batista de Oliveira e aos velhos Pitaguary (*in memoriam*).**



## AGRADECIMENTOS

Ainda bem que a caminhada percorrida em um trabalho como este não é sempre solitária. É bastante reconfortante poder contar com algumas pessoas, porque, caso contrário, não seria possível suportar tantos desafios que se impõem. Por isso, já inicio dizendo MUITO OBRIGADO a todos vocês pelo carinho e atenção, palavras de motivação e credibilidade durante todo esse tempo.

Aos meus orientadores Profa. Dra. Fátima Maria Soares e ao Prof<sup>o</sup>. Dr. Levi Sampaio por terem compartilhado idéias, em âmbito nacional e internacional, comigo com tanta generosidade e conhecimento, contribuindo com sua experiência na realização deste trabalho.

Aos membros da banca da dissertação, Prof<sup>o</sup>. Dr. Francisco José Pinheiro, Prof<sup>o</sup> Dr. Antônio Germano Magalhães Júnior e Profa. Dra. Fátima Maria Soares, pelas valiosas sugestões que irão enriquecer este trabalho e por dedicarem seus tempos na leitura da dissertação.

Ao Professor Dr. Eustógio Wanderley Correia Dantas, coordenador do Mestrado em Geografia da UFC, pelos conselhos e estímulos durante a caminhada.

E a todos os professores do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Geografia em especial ao Prof<sup>o</sup>. Dr. Edson Vicente (Cacau), pelos diálogos e discussões que me ajudaram a compreender importantes questões sobre a proposta da minha dissertação.

A minha amiga filósofa e Profa. Ana Leliz Silveira que nos momentos mais difíceis da minha vida, entre elas perdas sentimentais, abriu o seu coração e o seu lar para fazermos dele um centro de estudo intensivo sobre as questões étnicas indígenas do Ceará e especificamente dos índios Pitaguary; ao meu amigo Prof<sup>o</sup>. George Ney uma celebridade na matemática e na genealogia que me fez ter um olhar sobre as origens étnicas indígenas do Ceará; ao meu amigo Prof<sup>o</sup>. Boscoly Moraes que ajudou na correção desse trabalho; aos amigos Sergiano Araújo e Marília Colares mestres em geografia e contribuidores para eu estar realizando o desejo de concluir essa pós-graduação; aos meus amigos professores das escolas de Ensino Fundamental e Médio que entenderam o motivo da minha ausência; aos amigos que fiz na graduação desta Universidade, no decorrer desses longos anos, e a todos os meus amigos do bairro onde moro, que me estimularam a fazer um trabalho digno de mestrado.

Aos amigos do Programa de Pós-Graduação, especialmente, Aline, Ingrid, Lourdes, Janilson, Ana Paula, Albaniza e Castelo que pela forma dialética, ajudou-me a compreender importantes questões, e pelo companheirismo que tornou a caminhada mais leve e divertida.

Ao amigo Lidemberg Souza, que deu o toque de sua delicadeza para o final desse trabalho de mestrado.

A minha amiga Denise “da Xerox” que tanto me ajudou nos dias em que não tinha dinheiro e deixava fiado para o dia seguinte.

Ao meu amigo Adir “da limpeza” pessoa que admiro e respeito por sua simplicidade.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), pela concessão da bolsa de estudo, durante a realização do mestrado, sem a qual não seria possível a conclusão dessa jornada.

Aos profissionais dos órgãos públicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Instituto de Pesquisa Econômica e Estatística do Ceará (IPECE), da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) que através de seus funcionários sempre atendeu prontamente às minhas dúvidas e solicitações.

Aos amigos índios Pitaguary que fiz na Aldeia de Monguba, Pajé Barbosa e sua família, a Ana Clécia, ao Pantico, a minha xará Lúcia e a todos dessa comunidade que acreditaram e cooperaram nessa minha caminhada.

À minha amiga Ana Paula, onde lhe peço desculpas pela ausência desses últimos anos e a minha amiga Profa. Iolanda Valões que me orientou espiritualmente trazendo equilíbrio e força nessa trilha do conhecimento cognitivo e a todos os meus amigos que não citei o nome, mas que torceram por mim.

Agradeço à minha família, minha avó Francisca Barbosa Galdino, minhas tias, meus primos e primas, minha mãe Maria do Socorro de Almeida Galdino e meu pai Marlúcio Barbosa Galdino, pelo estímulo em todos os sentidos e em todas as horas; ao meu irmão, que durante quase três anos estávamos distantes e o seu retorno na minha vida está contribuindo para a fase final desse trabalho; e ao novo membro da família, meu sobrinho Yuri Yan, que está trazendo alegria na vida dessa família.

Finalizo com um grande agradecimento, mais do que especial, a Deus, mentor espiritual e intelectual, pela contínua restauração de minhas forças e ter sido o meu refúgio presente.

**“Não estamos diante de um povo de cultura primitiva. Não estamos diante de um povo de cultura paralela. Estamos diante de outra humanidade” (LEVY STRAUSS).**

**“É melhor tentar e falhar, que se preocupar e ver a vida passar. É melhor tentar, ainda que em vão, que se sentar fazendo nada até o final. Eu prefiro na chuva caminhar, que em dias tristes em casa me esconder. Prefiro ser feliz, embora louco, que em conformidade viver” (MARTIN LUTHER KING).**

## RESUMO

A questão indígena tem sido relegada pelos governos e pelo estado brasileiro, o que nos impõe lutarmos pela superação das demandas de diversas etnias que habitam o território nacional. No Ceará, existem diversos povos e entre eles faremos um estudo analítico dos elementos Territoriais, de Identidade e Culturais da Terra Indígena Pitaguary da Aldeia de Monguba, situada no município de Pacatuba, ao sul da capital cearense. Faz necessário, portanto, compreender os processos dinâmicos que ocorrem na área em estudo. Dentro desta perspectiva, verificamos as formas de intervenções no espaço e os processos de estruturação territorial, buscando (re) conhecer os territórios construídos e as territorialidades motivadas pelas ações sócio-culturais, identificando os conflitos que geraram, no passado, uma descaracterização étnica e confundindo hoje alguns indivíduos da aldeia, no que diz respeito à afirmação étnica indígena Pitaguary. Utilizamos como pesquisas bibliográficas sobre as temáticas indígenas no Brasil e, especificamente, no Ceará, os conceitos de território, identidade e cultura, além de documentos sobre a área da comunidade, buscando compreender como esta vem resistindo à morosidade do sistema burocrático brasileiro, em demarcar suas terras e evitar conflitos com possíveis posseiros e grileiros. Durante os estudos em campo, foram feitas aplicações de questionários e entrevistas junto à comunidade para percebermos como se dão as relações sociais. No andamento do trabalho, percebemos os conflitos pela terra, retomadas de terras sob domínio de posseiros e uma baixa qualidade de vida da Comunidade Indígena da Aldeia de Monguba que tem 107 famílias, cerca de 388 habitantes, segundo os dados fornecidos pela Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. Esperamos que com este trabalho os governos iniciem um processo de valorização pela cultura do país e, especialmente com a cultura que foi base de nossa formação social brasileira, a indígena.

**Palavras-Chave:** Território, Identidade, Geografia Cultural

## **ABSTRACT**

The aboriginal question has been relegated by the governments and the Brazilian state what makes them fight for the overcoming of the demands of the diverse ethnias that inhabit the national territory. In Ceará, there are diverse peoples about whom we will make an analytical study of the Territorial, Identity and Cultural elements of Pitaguary Aboriginal Reserve of the Village of Monguba, situated in Pacatuba city, in the south of Ceará state. Therefore, it is necessary to understand the dynamic processes that occur in this study area. Inside of this perspective, we verify the forms of interventions in the space and the processes of territorial structure, trying to recognize the constructed territories and the territorialities motivated for the partner-cultural actions, identifying the conflicts that had generated an ethnic descharacterization in the past and has been making some individuals be confused about their aboriginal ethnic affirmation in Pitaguary Reserve. We made use of bibliographical research related to aboriginal subject matters in Brazil and specifically in Ceará, the concepts of territory, identity and culture, beyond documents about the community area, trying to understand how it has resisting the slowness of the Brazilian bureaucratic system in demarcating its lands and preventing conflicts with possible one who holds legal titles to property and squatters. During this field study some questionnaires and interviews were made in the community to perceive how the social relations are. During this work, we perceived the conflicts for the land, and the retaken of ones, under domain of one who holds legal titles to property, and the low quality of life of the Aboriginal Community of the Village of Monguba that has 107 families, about 388 inhabitants, according to the National Foundation of Health - FUNASA. One expects that with this work the governments initiate a process of valuation of the culture of the country and especially of the culture that was the base of our Brazilian social formation, the aboriginal.

**KEYWORDS:** Territory, Identity, Cultural Geography

## LISTA DE FIGURAS

página

FIGURA 1	Chegada dos europeus em terras Brasília, primeiro contato com grupos indígenas.	28
FIGURA 2	Combate entre povos indígenas contra a dominação portuguesa.	29
FIGURA 3	Organograma das principais etnias do Brasil.	33
FIGURA 4	Mapa do Ceará, identificando a ocupação das etnias indígenas dos séculos XVI e XVII.	34
FIGURA 5	Organograma dos troncos étnicos indígenas que iniciaram a ocupação do território cearense.	37
FIGURA 6	Mapa de localização de Monguba, distrito de Pacatuba no Ceará.	42
FIGURA 7	Vista panorâmica da Lagoa do Buauçu – Serra da Aratanha/Pacatuba-CE.	44
FIGURA 8	Croqui do atual território da Aldeia de Monguba da etnia Pitaguary em Pacatuba-CE.	52
FIGURA 9	Gráfico do percentual de indivíduos que se reconhecem como índio Pitaguary.	55
FIGURA 10	Gráfico do percentual de indivíduos que não se reconhecem como índios Pitaguary.	55
FIGURA 11	Gráfico do percentual de como os índios pensam sobre a questão da propriedade da terra.	57
FIGURA 12	Gráfico do percentual de indivíduos que participam das atividades culturais na Aldeia de Monguba dos Pitaguary.	63
FIGURA 13	Expressão cultural da etnia dos Pitaguary: a dança do Toré na Aldeia de Monguba/Pacatuba-CE.	65
FIGURA 14	Caipora – figura folclórica e protetora das matas e animais.	68
FIGURA 15	A Festa da Caipora na Aldeia de Monguba dos Pitaguary.	68
FIGURA 16	Festa dos Boiadeiros na Aldeia de Monguba dos Pitaguary.	71
FIGURA 17	Momento do IV Jogos Indígenas realizado no Município de Aquiraz – o Pajé Barbosa recebendo premiação.	72
FIGURA 18	Festa da Medalha na Aldeia de Monguba dos Pitaguary – brincadeira de cabo de guerra (2006).	73
FIGURA 19	A Festa da Cabocla na aldeia de Monguba dos Pitaguary.	75
FIGURA 20	Almoço durante a Festa da Banana na Aldeia de Monguba dos Pitaguary.	76
FIGURA 21	Preparativos para a Festa da Barraca Nova na Aldeia de Monguba dos Pitaguary.	78



## LISTA DE QUADROS

		<b>página</b>
QUADRO 1	Os primeiros troncos indígenas no Ceará com suas localizações e características socioculturais.	38 e 39
QUADRO 2	Principais povoamentos de Brancos e Índios no Ceará.	49
QUADRO 3	Calendário Festivo da comunidade Pitaguary da Aldeia de Monguba em Pacatuba/CE.	66

## LISTA DE TABELAS

**página**

TABELA 1	Número total de População Urbana e Rural do Município de Pacatuba em seus Distritos e Sede (2000).	41
----------	--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAINPY – Conselho de Articulação Indígena Pitaguary

COPICE – Coordenação das Organizações dos Povos Indígenas no Ceará

COPIM – Conselho do Povo Pitaguary de Monguba

COIPY – Conselho Comunitário do Povo Indígena Pitaguary

FUNAI – Fundação Nacional do Índio

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde

FUNCEME – Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará

RMF – Região Metropolitana de Fortaleza

SEJUV – Secretaria de Esporte e Juventude

SEMACE – Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará

TI – Terra Indígena

°C – Grau Celsius

## LISTA DE ANEXOS

ANEXO 1	Carta das Sesmarias de 1722
ANEXO 2	Termo de Registro do Sítio Pitaguary em 1854
ANEXO 3	Situação Geográfica: estudos nas TI Pitaguary em 1998
ANEXO 4	Mapa com pontos de Localização da TI Pitaguary e a conclusão da delimitação em 2000
ANEXO 5	Portaria Declaratória que demarca TI dos Pitaguary em 2006

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO</b>		<b>PÁGINA</b>
<b>I</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>15</b>
<b>II</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b>	<b>20</b>
<b>III</b>	<b>O TERRITÓRIO INDÍGENA AO LONGO DA HISTÓRIA DO BRASIL</b>	<b>27</b>
<b>III.I</b>	<b>A INVASÃO DO TERRITÓRIO INDÍGENA NO BRASIL PELOS COLONIZADORES</b>	<b>27</b>
<b>III.II</b>	<b>OS GRUPOS INDÍGENAS NO CEARÁ E A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO CEARENSE</b>	<b>31</b>
<b>III.III</b>	<b>A DINÂMICA DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO CEARENSE PELOS CARIRI E TUPI</b>	<b>36</b>
<b>IV</b>	<b>A ETNIA PITAGUARY EM BUSCA DE SUA TERRITORIALIDADE</b>	<b>41</b>
<b>IV.I</b>	<b>A LOCALIZAÇÃO E AS CONDIÇÕES NATURAIS DO MUNICÍPIO DE PACATUBA</b>	<b>41</b>
<b>IV.II</b>	<b>ATERITORIALIDADE E A DESTERRITORIALIZAÇÃO DA ETNIA PITAGUARY: DA CAPITANIA DO “CIARA GRANDE” AOS ANOS 80, DO SÉCULO XX</b>	<b>45</b>
<b>IV.III</b>	<b>O RECONHECIMENTO ÉTNICO DOS ÍNDIOS PITAGUARY COMO PRESSUPOSTO NA BUSCA DE SUA RETERRITORIALIZAÇÃO: DO FINAL DOS ANOS 80 AO GOVERNO LULA</b>	<b>53</b>
<b>V</b>	<b>A CULTURA DA ETNIA PITAGUARY NA LÓGICA DE SUA RETERRITORIALIDADE</b>	<b>60</b>
<b>V.I</b>	<b>A CULTURA E OS CAMINHOS NA RETERRITORIALIDADE</b>	<b>60</b>
<b>VI</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>80</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>		<b>83</b>
<b>ANEXO</b>		

# **CAPÍTULO I**

## **INTRODUÇÃO**

A presente pesquisa desenvolveu-se na reserva indígena dos Pitaguary, tribo esta dividida, segundo a FUNASA (2006), em seis aldeias localizadas entre os municípios de Maracanaú e Pacatuba. A aldeia, objeto de análise desta pesquisa, está situada no sopé da Serra de Monguba, formada por paisagens que variam conforme as condições climáticas. No inverno, aparecem paisagens verdejantes e com a umidade da terra, o solo fica fértil, onde desenvolvem-se atividades econômicas agrícolas, enquanto que, no verão, com a presença intensa do calor, as paisagens tendem a tornar-se acinzentada. A aldeia de Monguba está inserida no Município de Pacatuba, no estado do Ceará.

O intuito deste trabalho foi conhecer como a região nordestina do Brasil teve seu início através do processo de colonização no século XVI e de sua população, ao longo dos séculos, sendo miscigenada, pelos três grupos étnicos (índios, negros e brancos) que formam o povo brasileiro, em especialmente o nordestino.

Ao buscar a história de colonização do Estado do Ceará, constatamos que a população indígena que ocupava esta Província foi miscigenada em maior proporção pelos brancos. A utilização da mão-de-obra escrava foi pouco explorada aqui.

Com base em relatos sobre a história cearense, os negros que aqui chegaram, vieram nas caravanas que acompanhavam o gado pelo interior. Partiram da Bahia e/ou Pernambuco, locais onde seus senhores, ao longo do pastoreio, ocupavam terras por doação de sesmeiros ou apossavam-se daqueles pertencentes aos seus antigos moradores, os índios.

Tal ocupação não se dava de modo pacífico. Eram travadas lutas, como também firmados acordos para que fosse possível aos invasores se estabelecerem, processo ocupacional que com o tempo vai se consolidar com a supremacia dos brancos colonizadores sobre os grupos étnicos ali existentes.

A nova estruturação que se estabeleceu de organização social, política e econômica no estado do Ceará e restante do país formou o povo brasileiro. Nessas



condições, os brasileiros tiveram suas bases definidas pelo colonizador, papel de reordenação territorial e cultural desenvolvido pelos jesuítas.

Segundo o historiador cearense Girão (1984), a ocupação do território da Província do Ceará teve a colaboração de diversas etnias indígenas como a dos Tremembé: habitantes do litoral de Camocim, dos Cariri: a princípio habitantes do litoral que imigraram para o sul do estado; os Potiguara: habitantes da região da Chapada do Apodi, do Vale do Jaguaribe e, por último, os Tabajara ou Tupiniquim; que povoaram a chapada da Ibiapaba.

No entanto, apesar do trabalho de incorporação dos índios ao ideário português, nem tudo pôde ser eliminado. Hoje identificamos o idioma português como específico do Brasil, por meio de termos indígenas e africanos, a diversidade cultural, o sincretismo religioso, e a toponímia, que está na identificação dos aspectos naturais das paisagens cearenses.

A reconstrução deste espaço pelo português, por não ter sido homogênea, possibilitou que grupos étnicos indígenas permanecessem em territórios restritos e, com o tempo, o contato e a miscigenação os fizeram esquecer de suas origens.

Em 1998, a Socióloga Joani Lyra realizou pesquisas junto à comunidade Pitaguary, até então não reconhecida pelos órgãos governamentais como etnia indígena. Através de sua pesquisa, conseguiu buscar na lembrança dos mais velhos esse elo, o que a possibilitou resgatar, através da história oral e documental, as suas raízes indígenas.

Como a percepção étnica estava apenas na lembrança dos mais velhos, o trabalho da pesquisadora foi não só rever a história, mas efetuar uma ação, junto à comunidade, de identificação, territorialização e resgate cultural.

Esta pesquisa tenta explicar de que maneira os índios Pitaguary conseguiram se identificar como sendo um grupo étnico indígena, com respaldo legal e histórico, fazendo conhecer e delimitar seu território.

Os índios Pitaguary, a partir desses primeiros passos, voltam à origem de suas raízes, relatam os caminhos que foram traçados na busca do seu reconhecimento indígena, realizando trabalhos junto à comunidade, dividindo-se em aldeias e procurando os órgãos governamentais e não governamentais que tentam reorganizá-los.

A escolha desta temática ocorreu quando eu, na graduação de Geografia, visitei essa reserva indígena do Ceará e vi-me atraído para desvendar como comunidades que conviviam já há bastante tempo, em contato com a sociedade, pode se identificar como sendo de etnia indígena.

Diante dessa inquietação, escolhi a comunidade dos índios Pitaguary como área de estudo. O objetivo da pesquisa foi o efetuar um resgate histórico, com intuito de conhecer como eles se identificam como índios; buscar junto à comunidade que traços étnicos os fazem voltar na história e identificar como se deu o processo de delimitação do território e reterritorialização da reserva.

Através dessas informações, comecei a fazer uma retrospectiva histórica sobre as etnias indígenas no Brasil e no Ceará. Constatei como a colonização européia procurou eliminá-los da história de nosso país, e como aconteceu a ratificação dessa postura, quando no decreto de 1850, chamado de Lei da Terra, as terras indígenas foram confiscadas. A prerrogativa para tal argumentação estava na diferença do uso que o português e o índio davam à terra; enquanto o primeiro usava a terra como meio de produção de riqueza, o segundo fazia o uso dessa terra como meio de sua sobrevivência. Assim, a colonização considerava que os indígenas, por não usarem a terra de sua maneira, desperdiçavam-na.

No ideário do mundo cristão em expansão, todos os povos que tinham religião diferente necessitavam ser conquistados e evangelizados, pois só através da cristandade, eles poderiam galgar o reino dos céus e, civilizados dentro da concepção de mundo daquele período, poderiam ser dominados pelos nobres e pela igreja. Assim, o papel dos dominadores era conquistar novas terras, formar novos cristãos e trazer riquezas, aumentando o poder para ambos.

Nessa investida, as terras brasis e seus nativos foram metas da colonização cristã que, pela posse do território, representavam eliminação de povos denominados não-civilizados e tal atitude gerava riquezas ao conquistador.

Segundo Raffestin (1993), o processo territorial e o produto territorial são relações marcadas pelo poder na medida em que este território, a priori, define-se como terras ocupadas pelos indígenas brasileiros e, a posteriori, pelo colonizador.

Ainda conforme Raffestin (1993), o território forma-se a partir do espaço e é o resultado de uma relação conduzida por um ator, que realiza um programa em qualquer nível social (de dominação), cultural (perda de identidade) e/ou econômico (exploração das riquezas). Esse resultado é possível ser observado quando

ocorreram as mudanças sócio-culturais na etnia Pitaguary, processo percebido quando estes sentiram necessidade de retomar ao seu território.

Considera-se que a desterritorialidade definida por Deleuze, apud Haesbaert (2004) é a que não há território sem um vetor de saída do mesmo e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um para se reterritorializar em outra parte. Com isso, compreendemos que a desterritorialização se faz quando um determinado grupo, exercendo um princípio de poder, consegue retirar do território seus habitantes originais, ocorrendo mais tarde um novo processo, a reterritorialização, dando origem a uma nova iniciativa por parte dos expropriados, a de retomar as suas terras.

Constatamos a perda desse território pelos índios Pitaguary, no Ceará, no final dos anos 80 e início dos anos 90, período em que ocorreu um movimento pelo reconhecimento indígena em todo estado. Foi nesse momento que a historicidade dos índios Pitaguary colocou-se no caminho da sua reterritorialização.

A reterritorialidade, segundo Haesbaert (2004), pode ser explicada da seguinte forma: nunca nos desterritorializamos sozinhos, toda desterritorialização é acompanhada de uma reterritorialização. Onde se dá a reterritorialização da terra? Essa reterritorialização dá-se de duas formas: na construção de territórios sociais e no plano de iminência de um pensamento. Na forma como os índios se organizaram, a reterritorialização é mais bem entendida como um processo de reconhecimento do grupo indígena e, através da legalização de suas terras, da demarcação da reserva, isto é, com a construção do seu espaço social oriundo de sua tradição, a etnia Pitaguary pensou em sua condição e concluiu que, nesse processo, a terra era um fator complementar à sua identidade étnica. Em outras palavras, para os índios Pitaguary, não existe índio sem terra.

Assim, o espaço geográfico, segundo Santos (2004), é um fato social, tem uma realidade objetiva que se impõe aos indivíduos e tem diferentes percepções para estes, característica própria da relação entre sujeito e objeto. No caso da Aldeia de Monguba, os índios Pitaguary lutam para serem reconhecidos como grupo étnico, reavivando uma história que foi perdida, mas que ainda se encontra na lembrança dos mais velhos. Ao resgatá-la, é aceita por todos que retomam, dessa forma, a sua identidade.

O reconhecimento de sua identidade seria, segundo Claval (1997), o resultado da sua vivência empírica com a terra, com a natureza e com o ambiente; o

modo como eles modelam essas realidades para atender as suas necessidades, começando, assim, a construir a sua identidade e a realizar-se como sujeitos com direitos sociais.

Uma das fortes relações de identidade, além da cultura, é o lugar onde está inserida a aldeia, o lugar do espaço vivido, das relações mantidas para a construção do território, definido por Santos (2004), como concepção de levantar os fatos históricos mediante a identificação das relações que os definem e nos remete a uma compreensão de que o passado não pode ser confundido com o presente, mesmo que esse passado nos permita fazer uma reflexão sobre esse presente.

Na aldeia se encontra a paisagem, definida por Soares (2006), dizendo que há paisagem e paisagens mudam, tornando-se novos arranjos em períodos longos e curtos de tempos particulares e únicos em seu espaço geográfico. Definida como natural, está a beleza da Serra de Monguba na distribuição das moradias e as suas atividades produtivas que se interligam, formando uma unidade vegetacional compacta, onde o núcleo ocupacional pouco interfere no contexto geral.

A percepção que se tem, ao observarmos a reserva, é que entre os traços fortes culturais está em uso limitado o território e a existência de grandes extensões de área verde, pois a concepção indígena consiste no que for apenas necessário à sua sobrevivência.

A partir dessas análises é que esta pesquisa foi desenvolvida. No decorrer dos capítulos, foram trabalhados os conceitos aqui relatados em consonância com a investigação étnica e cultural dos Pitaguary.

## CAPÍTULO II

### PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram utilizados objetivos práticos em forma de estudo explicativo, onde através de dados fornecidos por bibliografias, provas documentais, relatórios técnicos, dados censitários, coleta de dados e registro fotográfico efetuados em campo, elaboramos esse trabalho.

A pesquisa desenvolveu através dos seguintes critérios:

#### ***Dados Bibliográficos***

Definido o tema dessa dissertação: *Os caminhos da territorialidade da etnia Pitaguary: o caso da aldeia de Monguba no Município de Pacatuba, no Ceará*, procuramos os marcos teóricos que pudessem nos fundamentar bibliograficamente.

Dentro dos recursos bibliográficos procurados, encontramos autores que fundamentaram a questão histórica do índio no Brasil e no Ceará, informações que nos asseguram da real situação em que se encontravam os índios perante a sociedade daquela época. Segundo Ribeiro (1995), em sua obra *O Povo Brasileiro: A formação e o Sentido do Brasil* afirma, “para o colonizador, o índio era vadio, vivendo uma vida inútil e sem prestância. Viviam suas fúteis vidas fartas como se nesse mundo só lhes coubesse viver”. Outro autor importante que nos fundamentou quanto à realidade indígena no Brasil foi o sociólogo Florestan Fernandes (1989), que, fazendo uma referência sobre o extermínio indígena no Brasil colônia, disse-nos que muitos foram exterminados, outros emigraram e alguns se submeteram aos brancos.

Fazendo uma relação entre a situação do índio no Brasil e o índio no Ceará, baseamo-nos em autores que trabalharam, em suas obras, a problemática indígena no nosso estado como, por exemplo, Aragão (1985), que nos faz refletir entre outras questões sobre a origem do nosso índio o qual, segundo ele, pouco ou nada se sabe. No entanto, para Pinheiro (2002), o índio cearense, apesar das diretrizes ideológicas da Igreja Católica, foi protegido por missionários no que se refere à questão de sua escravidão fato ocorrido com mais veemência nos chamados

aldeamentos, uma vez que sua religiosidade foi tratada como superstição e por isso considerados povos culturalmente inferiores.

Essa busca incansável de desvendar os grupos étnicos formadores das etnias cearenses, remete-nos a Cruz Filho (1987), que esclarece a formação étnica indígena no Ceará, cuja descendência tem origem nos índios Tupi (entendido assim por ele como um grupo superior ao Cariri) que vieram do Rio Grande do Norte e ocuparam a chapada do Apodi. Os Cariri que povoaram o litoral cearense e, por causa de conflitos migraram para o sul do estado do Ceará.

Toda essa movimentação dos índios, em terras cearenses, foi fruto de uma colonização desastrosa e de conflitos étnicos indígenas onde o índio perdeu sua identidade ao ter a sua história modificada por elementos de uma cultura imposta a deles.

Sobre os conceitos de territorialidade, entendemos que abrangem os processos de desterritorialização e reterritorialização que, na compreensão de entender o território, Raffestin (1993), aborda em sua obra, *Por uma Geografia do Poder*, uma reflexão do que vem a ser espaço e território. Entretanto, o território se forma a partir do espaço, e é o resultado de uma ação promovida por um agente que se apropria e territorializa esse espaço. O conceito de espaço é trabalhado por Santos (1988), na obra *Metamorfoses do Espaço Habitado* como espaço vivido, das transformações, dos acontecimentos, pois o homem é ativo e provoca um processo de troca com a natureza. Esses autores nos dão uma reflexão do que vem a ser território. No entanto, Haesbaert (2004), com a obra *O mito da desterritorialidade*, obtivemos a compreensão do conceito de território, entendendo que nessa questão o domínio político e econômico não são a construção de uma pretensa cidadania, mas um espaço de identificação e recriação com o mundo e a natureza.

No decorrer dessa pesquisa, percebemos que a questão cultural na Aldeia de Monguba estava sendo retomada, pois os Pitaguary, para sentirem-se realmente índios, resgataram através da oralidade a sua cultura, que estava desaparecendo. Para ser índio, era preciso então ser conhecido como tal pelos órgãos governamentais e pela sociedade. Esse processo de preservação da cultura foi, portanto, uma das vitórias rumo à territorialidade, obtida na memória, nas lembranças dos mais velhos. Fundamentando esse pensamento com a filósofa Marilena Chauí (2002), que nos fala sobre a questão histórica e cultural afirmando que uma não está desassociada da outra. Porém, Claval (1997) esclarece que,



ainda na Geografia Cultural esta é uma associação com a experiência dos homens com a terra, com a natureza, com o ambiente e suas aspirações, procurando entender como aprendem a se definir, a construir sua identidade e se realizar.

Fundamentados teoricamente por esses autores, fomos em busca da confirmação dessas teorias através de pesquisas de campo com os índios Pitaguary de Monguba como elementos de objeto de estudo.

Nossa pesquisa revela-nos, conforme figuras, tabelas, documentos e depoimentos, que na busca de sua reterritorialidade esses indivíduos se reconheceram como índios e resgataram sua cultura, suas tradições, seus costumes e, devidamente documentados, partiram para um processo legal junto aos órgãos públicos pela demarcação de suas terras, fator fundamental para a sua afirmação étnica, uma vez que na compreensão dos índios Pitaguary, citado anteriormente, não existe índio sem terra.

Na busca pelos dados documentais, recorreremos a alguns órgãos públicos e não-governamentais que tratam da questão indígena, como a FUNAI, onde, em documentos para o processo demarcatório, pudemos resgatar a história vivida pelos Pitaguary nesse caminho pela sua reterritorialidade; a FUNASA, de onde obtivemos informações sobre os aspectos sociais e mapas territoriais da Aldeia de Monguba; o Arquivo Público, onde foram resgatados documentos que registram as primeiras informações sobre a terra dos índios Pitaguary em forma de sesmarias, do ano de 1722; a COPIM, onde tivemos a oportunidade de entrar em contato com documentos que legitimam a posse da terra aos índios Pitaguary no ano de 1854 e o IPECE que, embora não tratando da questão indígena, forneceu-nos um mapa de localização baseado em fontes do IBGE.

Com relação à pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas com os líderes e índios, além de uma enquete com 50 famílias da Aldeia de Monguba. Isso nos possibilitou através de gráficos e materiais fotográficos a compreensão da questão sócio-cultural (que nos foi apresentada através do calendário anual de festividade da aldeia onde estão registrados eventos de cunho tradicional como a festa dos boiadeiros, herdada de seus antepassados) e econômica da Aldeia de Monguba, levando-nos a conhecer a realidade dos índios de uma maneira mais empírica. Percebemos as reais condições em que vivem, seus pensamentos e convicções sobre o que vem a ser um índio Pitaguary no que se refere à identidade, aos seus costumes, tradições, sua luta pela terra junto aos órgãos governamentais.

Desse modo, depois de dois longos anos de trabalho, além dos outros dois de aproximação, temos em mãos uma dissertação que demonstrará como a questão indígena de Monguba foi tratada e documentada, no que se refere à questão da luta pela terra, partindo de sua identidade, do resgate de sua cultura que certamente poderá ser utilizada de modo acadêmico por outros estudantes e pelos próprios índios como documento científico que trata da sua realidade.

#### ***Dados técnicos:***

Os dados técnicos foram levantados juntamente com os órgãos IPECE (2007), FUNAI (1998/2000), FUNASA (2006), IBGE (2000), jornais e a internet levando-se em consideração, também, trabalhos científicos que analisam como se encontrou e ainda se encontra a relação do grupo indígena em relação às demarcações de suas terras. Através dos dados primários coletados, houve uma contribuição para a elaboração de dados secundários da área em estudo.

#### ***Dados censitários:***

Os dados censitários foram levantados juntamente no IBGE e IPECE, no censo demográfico do ano de 2000 de Fortaleza e Anuário Estatístico do Ceará, do ano 2007, procurando informações de caráter socioeconômico como nível de escolaridade, total de moradores do sexo feminino e masculino, forma de ocupação, forma de esgotamento sanitário e abastecimento de água, rendimentos mensais, forma de moradia e outros. Para compreender melhor o levantamento socioeconômico dos moradores da aldeia Pitaguary de Monguba, no município de Pacatuba, ocorreu a tabulação dos dados e a elaboração de tabelas, quadros e gráficos, visando a uma melhor análise destes elementos. Através dos dados revelados pelos censos demográficos IBGE (2000) e IPECE (2007) que possibilitaram analisarmos as condições naturais, sociais, econômicas e culturais da população residente de Monguba e construímos um paralelo de como esses fatores interligam-se à dinâmica natural do grupo indígena em questão.

#### ***Dados de Campo:***

A pesquisa de campo foi primordial para entendermos e verificarmos a realidade da área em estudo, pois, apesar da familiaridade com os Pitaguary, o olhar de pesquisador transforma-se e o trabalho de campo possibilita aprofundar o conhecimento sobre a proposta temática da pesquisa “Os caminhos da territorialidade da etnia Pitaguary: o caso da aldeia de Monguba no Município de Pacatuba, no Ceará.

O trabalho de campo ocorreu, sobretudo, com o apoio da comunidade local, identificando os principais problemas da aldeia. Através do olhar de cada morador nesta perspectiva, foram verificadas as limitações socioambientais que os Pitaguary apresentavam. Observamos que a comunidade sentiu-se coagida por não ter a possibilidade de mudar aquela realidade devido a vários problemas, dentre esses, a morosidade da justiça na homologação de suas terras.

Outra questão bastante importante no trabalho de campo foi a possibilidade de conhecermos mais profundamente o processo de ocupação da etnia Pitaguary, seja através de conversas com os moradores mais antigos, ou até os considerados pela comunidade como os fundadores do mesmo. Nessa pesquisa percebemos o sentimento com relação à terra e à identidade dos moradores com a localidade.

Os índios relataram a importância econômica da tribo, e como aos poucos a própria comunidade foi obrigada a ocupar outros espaços por não ter uma habitação de qualidade e infra-estrutura para comportar as diferentes famílias. Através do trabalho de campo, constatou-se a real situação dessa população, além do fato de contribuir para identificar os principais problemas enfrentados por essa etnia.

A pesquisa de campo constou de vários momentos imprescindíveis à consolidação do estudo. A primeira visita à área em estudo ocorreu há cerca de quatro anos, por conta de um trabalho dentro da disciplina de História do Ceará do curso de graduação em geografia da Universidade Estadual do Vale do Acaraú, que resgatava a história do índio no território cearense. Após essa pesquisa, estive inúmeras vezes em contato com os índios de Monguba. Esses encontros davam-se por conta de aulas de campo proporcionada aos alunos de Ensino Fundamental e Médio das escolas onde lecionei.

Outro momento da pesquisa de campo desenvolveu-se nos meses que se precediam ao calendário festivo da etnia Pitaguary. Participamos de várias cerimônias tradicionais, como a Festa da Medalha, Festa da Cabocla, Festa da Banana, assistir a essas cerimônias me ajudou a acrescentar informações de ordem

socioeconômica e cultural dos moradores, partindo para a procura de informações nos documentos antigos. Para isso foi necessária a colaboração de vários moradores, inclusive do Pajé Barbosa, que proporcionou contato mais direto com a comunidade, haja vista que sem a colaboração desse líder não teria como pesquisar melhor esse grupo indígena do Ceará.

Por último, a pesquisa de campo baseou-se no levantamento de fotos da área de estudo, possibilitando registrar as imagens da realidade presente na comunidade indígena Pitaguary de Monguba/CE.

A pesquisa foi desenvolvida através de quatro etapas, para obtermos ao final do trabalho científico uma base sólida, ocorrendo a discussão e o debate em torno da questão indígena no Ceará.

Primeiramente, partimos para a pesquisa bibliográfica, ou seja, procuramos as fontes de leitura, para dar uma maior legitimação no momento da interpretação das informações. Para isso, foram importantes a leitura e fichamentos de livros, dissertações, monografias, artigos de jornais e revistas que tratassem a respeito da problemática em questão, ou simplesmente, fizesse menção ao tema abordado. Outra forma de obter informação foi através de órgãos públicos e privados, para verificar os diferentes dados. Pretendemos, nesse caso, apresentar as informações obtidas junto aos órgãos IPECE, FUNAI, FUNASA, IBGE, Prefeitura Municipal de Pacatuba, COPIM, COIPY, Arquivo Morto de Fortaleza e Jornal O Povo. Nesse primeiro momento, pretendeu-se através das informações coletadas montar um banco de dados, que foi constantemente renovado ao longo da pesquisa.

Outra fonte importante para o desenvolvimento da pesquisa foi, sem dúvida, os dados de geoprocessamento: mapas de localização da área e mapas das características naturais. Nesta perspectiva, essas informações foram importantes para explicar as diferentes imagens selecionadas, além de possibilitar a interpretação das informações apreendidas.

Depois dessa primeira fase, ocorreu o estudo de campo, verificando, dessa forma, as informações antes absorvidas, ou seja, através da pesquisa de campo constatou a verossimilhança das informações sobre a área de estudo, pois possibilita a reinterpretação dos dados e uma maior aproximação do pesquisador ao seu objeto de estudo, sendo essencial para obter conclusões preliminares que serviram para direcionar a pesquisa. O campo é importante e fundamental para o

pesquisador visto que esse verifica os problemas, além de aproximá-lo com seu objeto de estudo, identificando os aspectos físicos e humanos que compõem a dinâmica da área.

Na terceira etapa, visitamos os principais órgãos públicos que trabalham com a problemática em questão, diagnosticando os discursos defendidos por esses órgãos, verificando as ações desenvolvidas pelos mesmos em torno da questão indígena no estado. Além disso, é claro, observamos os discursos defendidos pela comunidade local, ou seja, confrontaram-se essas idéias, tirando valores dessas discussões, que foram essenciais para o diagnóstico social e ambiental da área de estudo. Nesta etapa, foi importante a aproximação com a liderança comunitária e agentes de saúde, pois estes trabalham diretamente com a comunidade e sabem a respeito dos problemas enfrentados por esta população.

Foram desenvolvidas também entrevistas de caráter direto e indireto com a população para constatar as reais condições da comunidade, o que ela está passando e, dessa forma, identificar os problemas de infra-estrutura básica como número de residências assistidas por água e esgoto tratado, população total da área, principais áreas de risco, nível de renda, nível de escolaridade, ou seja, constatar as condições socioeconômicas dos moradores.

As etapas da pesquisa serviram para alcançar base científica e, dessa forma, desenvolver a quarta etapa, que constou, essencialmente, da análise geral dos dados, para estabelecer propostas e alternativas viáveis, proporcionando melhores condições aos moradores da comunidade Pitaguary de Monguba, além do fato que possibilitou, sobretudo, diagnosticar a realidade enfrentada por ela.

## **CAPÍTULO III**

### **O TERRITÓRIO INDÍGENA AO LONGO DA HISTÓRIA DO BRASIL**

#### **III.1 A INVASÃO DO TERRITÓRIO INDÍGENA NO BRASIL PELOS COLONIZADORES EUROPEUS**

A expressão genérica “povos indígenas” refere-se a grupos humanos espalhados por todos os continentes, e que são diferentes entre si. Segundo o site [www.funai.gov.br](http://www.funai.gov.br) existem 225 etnias indígenas no território brasileiro.

É apenas o uso corrente da linguagem que faz com que, em nosso e em outros países, fala-se em povos indígenas, ao passo que, na Austrália, por exemplo, a forma genérica para designá-los são aborígenes. Indígena ou aborígine, como nos mostram os dicionários, quer dizer “originário de determinado país, região ou localidade; nativo”. Aliás, nativos e autóctones são outras expressões usadas, ao redor do mundo, para denominar esses povos.

O que todas as etnias indígenas têm em comum? Antes de tudo, o fato de cada qual se identificar como coletividade específica, distinta de outras com as quais convive e, principalmente, do conjunto da sociedade do país onde se encontram.

Com a chegada da colonização européia, no século XVI, a vida dos índios começou a se modificar e o seu território a ter proporções reduzidas. Os índios não conheciam a escrita e a cultura do “velho mundo”, portanto não podiam prever que o invasor europeu tentaria provocar mudanças em seus hábitos e costumes. Conseqüentemente não compreenderam o motivo pelo qual se deu o início da exploração de suas terras (figura 1).



FIGURA 1: Chegada dos europeus em Terras Brasileiras, primeiro contato com grupos indígenas.

FONTE: <[www.cliohistoria.hpg.ig.br](http://www.cliohistoria.hpg.ig.br)>, acesso em 24 de set. 2007.

A própria denominação dada aos primitivos povoadores, os índios, representava, de fato, a discriminação do povo branco europeu. Pensando ter chegado às Índias, os “descobridores” quiseram dar aos nativos a denominação para tal conquista. Os colonizadores enxergavam os índios como preguiçosos e agressivos, por ter costumes e hábitos diversos do invasor.

Aos olhos dos recém-chegados, aquela indiada louça, de encher os olhos só pelo prazer de vê-los, aos homens e às mulheres, com seus corpos em flor, tinha um defeito capital: eram vadios, vivendo uma vida inútil e sem prestação. Que é que produziam? Nada. Que é que amalhavam? Nada. Viviam suas fúteis vidas fartas, como se neste mundo só lhes coubesse viver. (RIBEIRO, 1995a, p. 45).

É necessário o esclarecimento que o índio não aceitou passivamente a entrada dos “brancos” em suas terras, como normalmente se acreditava, conforme mostra a figura 2.



FIGURA 2: Combate entre povos indígenas contra a dominação portuguesa.  
FONTE: <[www.cliohistoria.hpg.ig.br](http://www.cliohistoria.hpg.ig.br)>, acesso em 24 de set. 2006.

Segundo Farias (1997a, p. 31), durante o período colonial, há registro de várias guerras e revoltas dos povos indígenas contra a dominação dos portugueses. No nordeste, ficou famosa a “Guerra do Açú” ou dos “Bárbaros”. Uma revolta que uniu os vários povos indígenas que haviam sido expulsos de suas terras.

No entanto, o poder bélico do invasor contribuía para sua superioridade, e o massacre dos índios começa já a partir do litoral. Ainda no século XVI, muitas nações indígenas haviam sido exterminadas, tais como: os Tupinambá do litoral, os Caeté de Alagoas, e os Goitacá do Rio de Janeiro.

Com relação aos Tupinambá do Rio de Janeiro, por exemplo, o sociólogo Florestan Fernandes nos diz:

[...] foram em grande parte exterminados. Outros emigraram e alguns se submeteram aos brancos. Em quinze anos, de 1560 a 1575, os portugueses conseguiram conquistar a terra, expulsar os franceses da região e impor o seu domínio aos aborígenes. (FERNANDES, 1989a, p. 27).

Ainda referente à questão da dominação do povo branco europeu sobre os nativos que habitavam o litoral, sabemos que houve o domínio de diversas etnias indígenas, a ponto de descaracterizá-las e até mesmo de destruir a sua identidade cultural.



O confronto de dois povos cujos sistemas econômicos e visões de mundo não poderiam ser mais opostos. A atitude dos portugueses, perante a “barbárie” dos tupinambás, um povo cuja prática agrícolas já os havia colocado, no mínimo em uma fase de transição para uma cultura neolítica, exacerba-se quando deparava com outros povos indígenas que ainda não haviam atingido aquela etapa. (SHWART, 1988, p.42-43 apud PINHEIRO, 2002a, p.18).

Poucas nações sobreviveram no litoral brasileiro, entre elas os Potiguara, na Paraíba; os Pataxó, na Bahia; e os Tupiniquim, no norte do Espírito Santo. No litoral dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo, ainda vivem alguns índios Guarani, provenientes do sul do Brasil e do Paraguai.

Nos séculos XVII e XVIII, o massacre indígena se acentua com a penetração, no interior do Brasil, dos Bandeirantes Paulistas, conforme Ribeiro (1995a, p. 102), “isso é o que indicam as poucas aproximações com que contamos, como a de Simonsen, que avalia em 300 mil os índios capturados e escravizados pelos bandeirantes paulistas [...]”. Os descimentos constituem um episódio importante da história desta guerra de conquista. Consistiam no deslocamento dos povos indígenas do interior do território brasileiro para aldeamentos no litoral, junto aos portugueses. Ainda, conforme Ribeiro:

Os descimentos que anualmente se faziam de índios dos altos rios da Amazônia, ao longo dos séculos, para as missões e, principalmente, para o cativo, não terão recrutado quantidade menor. O Brasil central, a zona da mata de Minas, do Espírito Santo e da Bahia, bem como as regiões de araucária do Sul do Brasil deram, também, larga provisão de braços cativos, à medida que foram sendo devassadas [...]. (1995b, p. 102-103).

Aqueles que resistissem ao convencimento pacífico, acabavam sendo conduzidos à força. Naquela época, utilizavam a violência contra o índio, denominando-a de uma “guerra justa” (RIBEIRO, 1995b, p. 103), isso porque ocorria a necessidade de unir o estado à religião, para legitimar a posse da terra. Segundo Moraes (2005a, p.63), todo processo de colonização tem por origem a expansão territorial de um dado grupo humano, que avança sobre um espaço novo com intuito de incorporá-lo, dando o sentido de apropriação da terra e o uso dos seus potenciais, resultando na instalação do elemento externo, o colonizador.

Com referência aos índios do Nordeste, a convivência nas missões jesuítas deu origem a uma nova denominação para os nativos, ou seja, eles passaram a ser conhecido como “índios misturados”, diz o antropólogo João Pacheco de Oliveira:

[...] as famílias de nativos de diferentes línguas e culturas foram atraídas para os aldeamentos missionários, sendo sedentarizadas e catequizadas. Desses contingentes é que procedem as atuais denominações indígenas do Nordeste, coletividades que permaneceram nos aldeamentos sob o controle dos missionários, e distantes dos demais colonos e dos principais empreendimentos (como as lavouras de cana-de-açúcar, as fazendas de gado e as cidades do litoral). Nesse sentido a relação de aldeamento missionário pode ser lida como uma complexa árvore genealógica, contendo cadeias sucessórias e demandas territoriais [...] as missões religiosas foram instrumentos importantes da política colonial, empreendimento de expansão territorial e das finanças da Coroa [...] por isso incorporavam ao Estado colonial português um contingente de “índios mansos” e que já era produto de uma primeira mistura [...] a uma intenção inicial explícita de promover uma acomodação entre diferentes culturas, homogeneizadas pelo processo de catequese e de disciplinamento do trabalho. A “mistura” e a articulação com o mercado são fatores constitutivos dessa situação interétnica. (1998a, vol. 4, n. 1)

O que cabe destacar no processo de colonização é a motivação pelo domínio territorial, gerado pelo interesse na riqueza do território pertencente ao índio, visto que os dominadores, com o seu “conhecimento de mundo”, sabiam concretamente o real valor das riquezas provindas da terra, partindo da lógica comercial daquela época, e isso provocou um custo elevado, causando ao nativo brasileiro, a sua quase dizimação.

### III.II OS GRUPOS INDÍGENAS NO CEARÁ E A FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO CEARENSE

No final do século XVI, a colonização portuguesa já adentrava Itamaracá, Paraíba e Rio Grande do Norte. O Ceará não podia continuar fora desse processo. No início do século XVII, Pêro Coelho partiu da Paraíba, desembarcando em território cearense. Em curto espaço de tempo foi vencido pelos nativos Tabajara, habitantes da Chapada da Ibiapaba. Nessa situação, temos os exemplos dos padres Francisco Pinto e Luís Figueira. Como diz Farias (1997b, p. 37), fracassaram após tentar “amansar” os índios da região da Ibiapaba, em particular, os Tabajara, que se opunham radicalmente à penetração do homem branco nas suas terras. Finalmente, Martins Soares Moreno, companheiro de Pêro Coelho, conhecedor da língua dos nativos, conseguiu o apoio de indígenas vizinhos, e iniciou um fortim, princípio da colonização do Ceará Grande. Sobre o indígena, no território cearense, existiu uma dificuldade no que se refere à precisão de suas origens.

De onde proveio o nosso índio pouco ou nada se sabe. Quando o homem civilizado aportou às costas cearenses, já o encontrou como o senhor absoluto da terra, a dominar sertões e praias e a se deixar governar por leis próprias da natureza. Em suas tradições de origens, guardava raízes tão distantes e fragmentarias que os resíduos culturais se perdiam no mundo lendário das suposições mitaicas e de nenhuma credibilidade histórica. (ARAGÃO, 1985a, p.59)

A população indígena do Ceará, antes da invasão do colonizador não é conhecida, no entanto, para Farias (1997c, p.29) “com a chegada de Martins Soares Moreno estimou-se esse número em 150 mil índios, espalhados em 22 aldeias pelo território da província, então conhecida como ‘Siará’.

A técnica usada pelos jesuítas, para o domínio do índio no Ceará foi a do aldeamento, que já era conhecida e largamente usada em outros lugares da colônia lusitana. Isso o afastava do convívio com os seus pares e o obrigava a converter-se à religião do catolicismo, esquecendo forçadamente seus Deuses e os costumes de seus antepassados.

Os aldeamentos eram espécies de aldeias artificiais, militarizadas, tendo como chefe um missionário que usava de todas as maneiras para catequizar e “domesticar” os índios. Logo, pode-se verificar que catequização e colonização estavam estreitamente ligadas. (STUDART FILHO, 1965 apud FARIAS, 1997a, P.29).

Sobre as etnias indígenas do Brasil é correto afirmar que se pensou, a princípio, que todas descendiam de um mesmo tronco. No Ceará não foi diferente, porém, tínhamos a presença marcante dos Tupi e dos Cariri que, ao longo do litoral e do sertão nordestino deixaram seus troncos étnicos.

Com relação às etnias mais importantes na formação da população indígena brasileira, podemos ainda nominar, as seguintes: Gé, Guaycurú, Maipure, Carabya, Pano e Betoya. Conforme a figura 3, que trata de um organograma das oito maiores etnias indígenas do Brasil, incluindo as etnias que ocupavam o território cearense, ou seja, as etnias Tupi e Cariri.

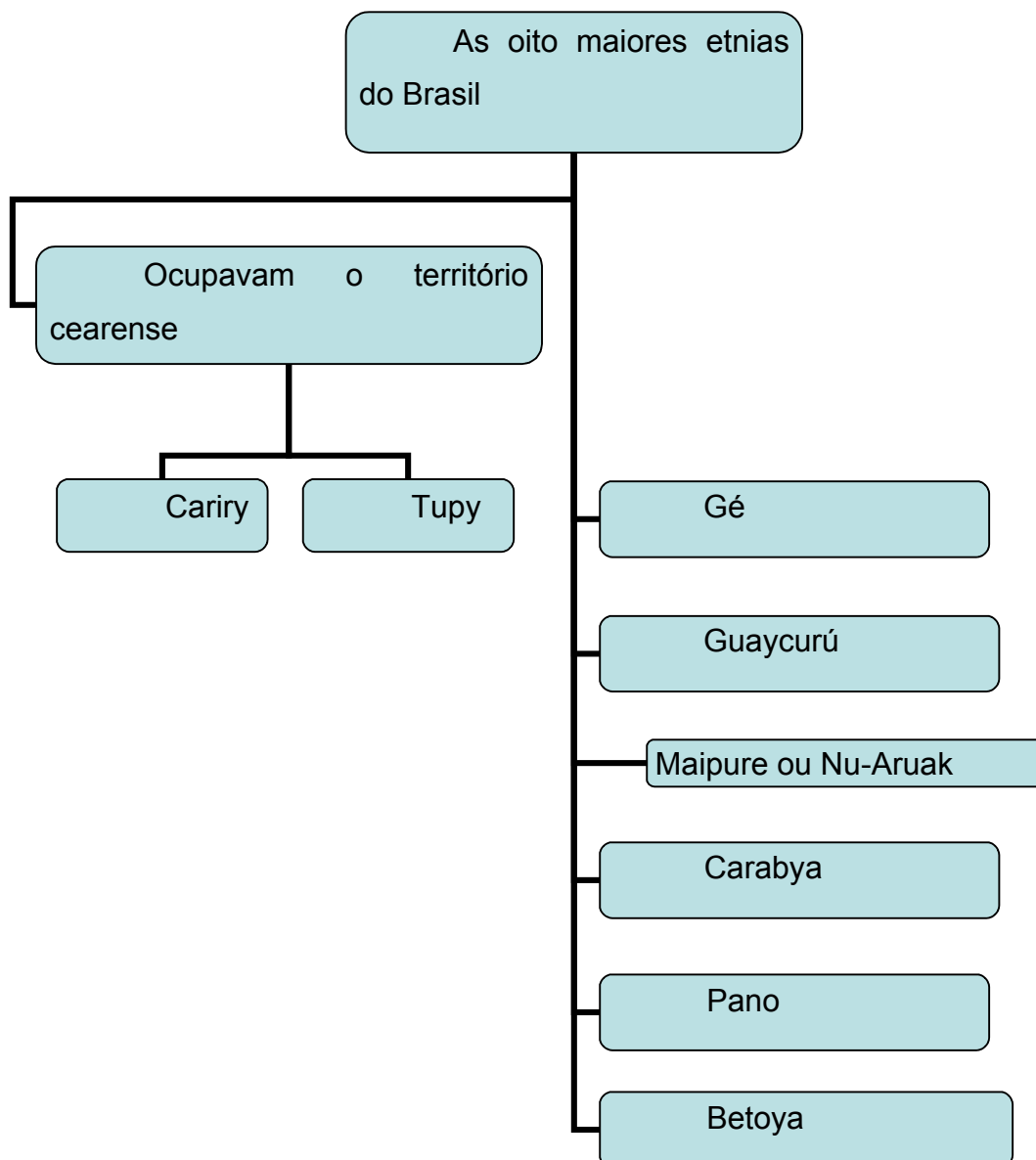


FIGURA 3: Organograma das principais etnias do Brasil.  
 FONTE: (CRUZ FILHO, 1987, p.28) adaptada por Galdino, 2007.

Na formação da população indígena do Brasil nos relata Cruz Filho.

Os povos selvagens, que os invasores portugueses vieram encontrar no Brasil, em 1500, não pertenciam, como a princípio se pensou, a um só tronco. Ao contrário, diferiam bastante entre si, sob o ponto de vista etnológico, isto é, quanto à língua que falavam, usos e costumes, e a índole dócil ou feroz das diversas tribos. Podem esses povos ser agrupado, em oito grandes ramos: Tupys-Guarany, Guaycurús, Maipure, Nu-aruaqs, Cariry, Gés, Carabyas e Betoyas [...] Dos oitos grandes grupos ocupavam o território cearense apenas dois os Tupys e os Cariry. (1987a, p.28).

Na formação do território cearense, temos diversas etnias indígenas que ao longo da história, sofreram processos de migração. Segundo Capistrano de Abreu

(apud GIRÃO 1984, p.70), no litoral temos a etnia dos Tremembé, um ramo dos Cariri, que habitou no litoral do Município de Camocim, no Ceará até o estado da Paraíba. Os Cariri que ficavam no litoral migraram para o sul do Estado cearense. O tronco dos Potiguara ou tupinambá migraram do Rio Grande do Norte para a região do Apodi, povoando a região do Vale do Jaguaribe. Os Tabajara ou Tupiniquim era uma etnia que habitava a Chapada da Ibiapaba com cerca de 70 aldeias.

A figura 4 demonstrará a identificação e a ocupação do território cearense pelas etnias Cariri e Tupi e seus descendentes, ou seja, os índios Tremembé, Tabajara, Cariri e Potiguara oriundos do Rio Grande do Norte que descendiam dos Tupi.

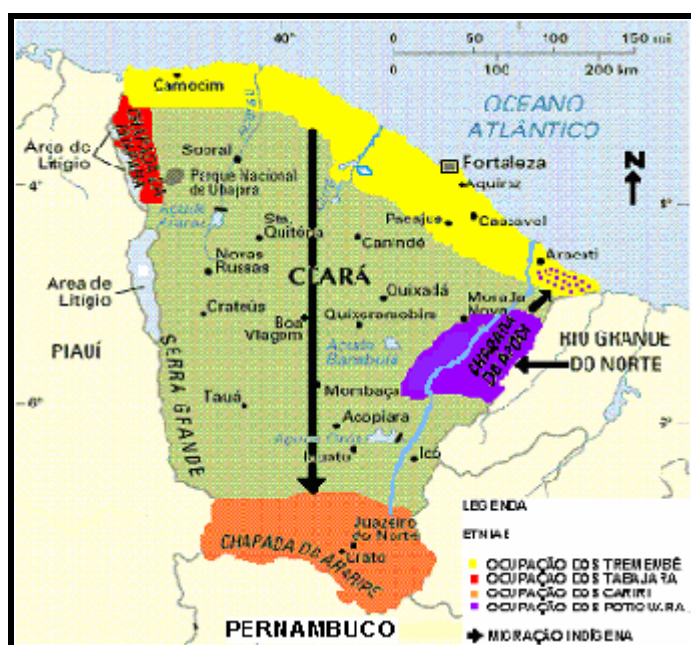


FIGURA 4: Mapa do Ceará, identificando a ocupação das Etnias Indígenas nos Séculos XVI e XVII.

FONTE: Site <[www.ceara.com.br](http://www.ceara.com.br)> adaptada por Galdino, 2007.

Sobre o modo de vida dos indígenas do Ceará, Cruz Filho (1987a, p.30) revela-nos que eles estavam em pleno estado primitivo, andavam em completa nudez, com exceção dos dias de festas, quando usavam suas vestimentas para apologias sagradas. Utilizavam tatuagens pelo corpo onde a matéria-prima era encontrada na natureza, como o jenipapo e o urucu. A alimentação baseava-se na caça, na pesca, na colheita de frutas, raízes e mel silvestre. Utilizavam a massa da mandioca e do milho, plantavam o aipim, a batata-doce, a banana, a abóbora e outros. Nas caçadas, utilizavam-se do arco e da flecha, das armadilhas e dos laços;

na pesca, usavam redes de tucum e anzóis, quando não, lançavam na água, para tontear os peixes, folhas maceradas de linguí ou timbó. As ferramentas para sua sobrevivência eram rudimentares, as facas moldadas de dentes de animais, machados feitos de pedra, arcos e flechas, clavas ou massas de madeira pesada. Fabricavam objetos de cerâmica, como talhas, potes e panelas de barro, e obras trançadas, como canastras, urús, samburás e fiação de redes.

O contato com o colonizador não foi pacífico. A condição de liberdade era o principal motivo do índio se rebelar, por conseqüência sofreram represálias por parte dos representantes da coroa portuguesa que queriam em primeiro lugar domesticá-los para depois explorá-los. Os jesuítas discordavam da política da metrópole com relação ao tratamento dado ao índio principalmente da escravidão, porém:

Muito embora entre os missionários e os colonizadores houvesse discórdias pontuais, principalmente no que se refere à escravidão dos índios aldeados, a igreja associou-se aos colonizadores, elaborando argumentos que justificavam a expropriação das terras indígenas e a submissão desses povos aos seus interesses. (PINHEIRO, 2002b, p.18).

O europeu considerava-se o único “povo civilizado” da época, por essa razão, acreditava que seu modo de vida deveria ser imposto a toda civilização conquistada, não admitindo que essas se recusassem a aceitá-lo. Ao chegar ao território brasileiro, os portugueses encontraram uma cultura estabelecida há anos e que não aceitou ser submissa à cultura branca, por viver uma liberdade que era pressuposta para uma vida integrada à natureza.

A religiosidade, suas tradições culturais, que em muitos casos chocavam o colonizador, contribuiu para que esse impusesse a sua forma de pensar, destruindo a cultura dita “bárbara” que não era condizente com a religião e a ética católica, assim sendo, índios, que até então adoravam os fenômenos da natureza, tiveram seus deuses destronados em nome de uma fé monoteísta que os obrigavam a cultuar um único Deus para eles desconhecido.

Tal imposição atentava contra o modo de vida desses povos ao buscar negar sua cultura, sua expressão religiosa [...] A religião dos povos indígenas era tratada como superstição [...] o missionário sobrepõe sua visão eurocêntrica preconceituosa, afirmando que, mesmo com essas qualidades, eles são índios como os demais, isto é, são povos culturalmente inferiores (PINHEIRO, 2002c, p.20-21).

Entre outros modos de vida impostos a eles estavam o uso obrigatório de roupas que até então eram desnecessárias, falar o português, o trabalho como forma de estabelecer a relação com o mercado comercial daquela época.

Nessa conjuntura social, os índios que não se adaptavam ou rebelavam-se eram excluídos e classificados como vadios, pois a sua mão-de-obra era indispensável para a produção de riquezas que faziam a fama da colônia na Europa, porém essa produção não levava em consideração o despojado e livre viver do índio, o que importava era a produção de mercadoria e conseqüentemente o lucro.

Esse processo de descaracterização do índio fazia com que ele se afastasse de suas origens culturais e de suas tradições, dando início a um novo fenômeno na história da colonização do mesmo, o chamado etnocídio.

[...] que não é a matança física, mas sim a eliminação da identidade cultural de um povo sob os efeitos de violentos sistemas de endoutrinação e repressão cultural. As pessoas cujos antepassados foram submetidos à ação do etnocídio perderam sua identidade cultural, suas raízes históricas, sua dignidade cultural e passam a desprezar a própria cultura da qual são herdeiros (HOONAERT, 1985, p.49).

### III. III A DINÂMICA DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO CEARENSE PELOS CARIRI E TUPI

Segundo a História, os Tupi eram um povo mais avançado no que se refere à questão da terra e agricultura, ao contrário dos Cariri que viviam no período da pedra polida.

Os Tupys caracterizavam-se pela unidade da língua que falavam, pela prática de uma agricultura incipiente, que consistia na cultura da mandioca, do milho, do algodão e de vários frutos, e por seu animo belicoso; a esses selvagens deveram os invasores o êxito porventura obtido na conquista da terra, pois muito os auxiliaram nas suas incursões pelo nordeste brasileiro. Não são concordes as opiniões dos nossos historiadores no tocante aos selvagens. Alguns os consideram em verdadeiro estado de bruteza, dados à anthropophagia e a tudo que póde aviltar e rebaixar a espécie humana. Outros, ao contrário, estabelecem distincções entre Tupys e Cariryys, dando aos primeiros um lugar mais elevado na cultura indígena em geral (...) cabe notar que os Tupys, como povos que já começavam a praticar a agricultura, succediam, na ocupação do território cearense, a um povo de caçadores, os Cariryys, em grau inferior de civilização; deveriam, pois, fixar-se mais permanentemente ao solo, onde se desenvolviam as suas lavouras rudimentares, ao inverso dos seus antágonistas, que viviam errantes. Fazendo paradas temporárias nos sítios abundantes em caça e pesca (CRUZ FILHO, 1987b, p.28).

Como já dissemos anteriormente, as etnias indígenas que povoaram o território do Ceará foram os Cariri e os Tupi. No que se refere aos Tupi, eles se deslocaram do Rio Grande do Norte para o Ceará, originalmente para a Chapada do Apodi de onde migraram para o litoral cearense, como um tronco da etnia Potiguara. No litoral, habitavam etnia dos Cariri, povo que não era dado a guerras e que por isso foram rechaçados pelos Tupi, o que justifica a luta entre essa duas etnias.

A figura 5 abaixo, apresenta-nos os troncos étnicos que iniciaram a ocupação do território cearense, como podemos observar dos Tupi e Cariri se originaram 15 outros ramos indígenas.

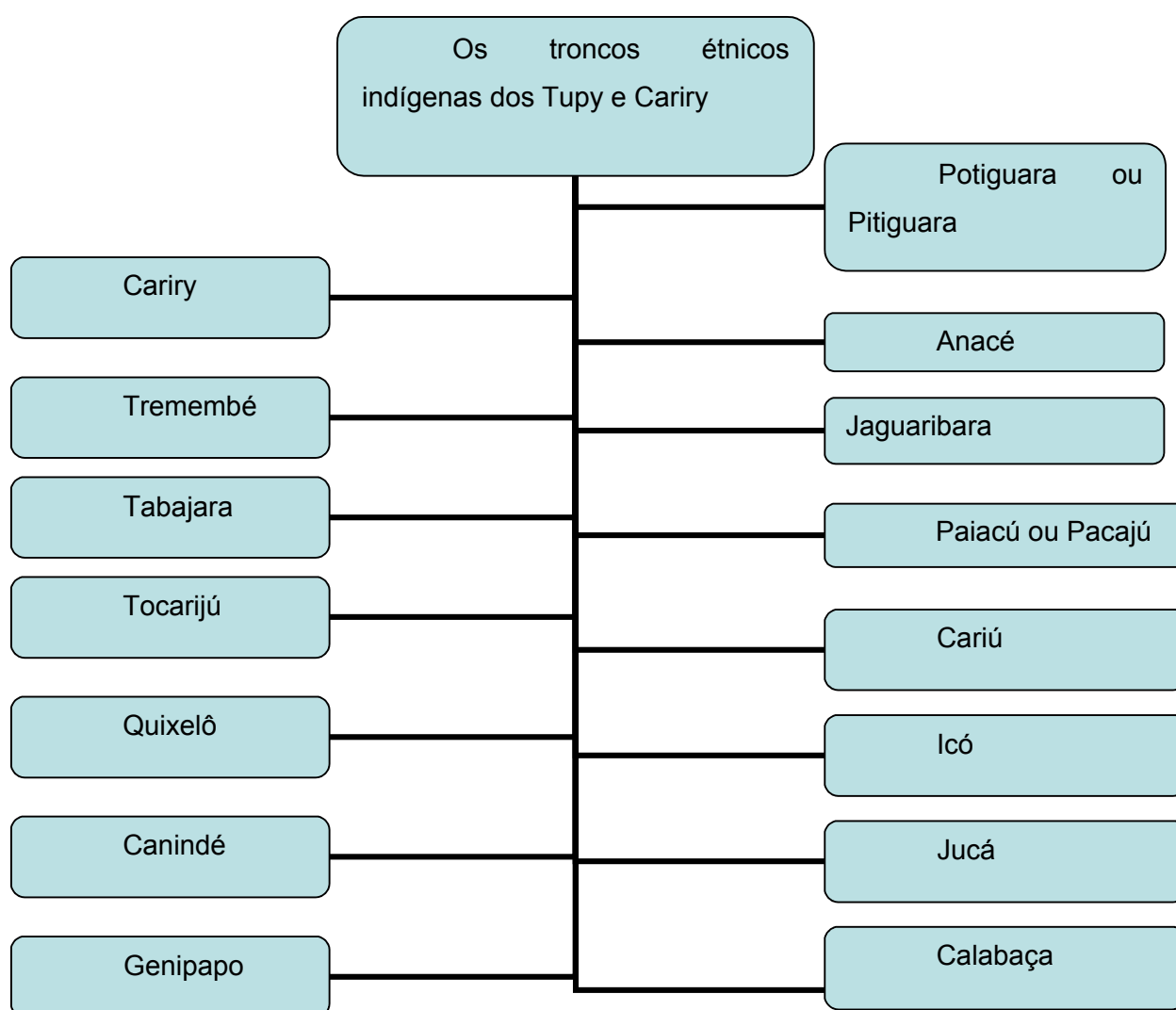


FIGURA 5: Organograma dos troncos étnicos indígenas que iniciaram a ocupação do território cearense.

FONTE: Cruz Filho (1987, p.29) adaptada por Galdino, 2007.



No tocante à dinâmica do povoamento do Ceará, cabe ressaltar dois momentos, o encontro das etnias Cariri e Tupi, segundo Dantas (2002), as invasões dos colonizadores europeus pelo litoral, onde estes receberam o auxílio de índios que facilitou sua fixação nas terras cearenses.

No primeiro momento, o encontro dessas duas etnias gerou lutas e conquistas, provocando a dispersão dos Cariri que, segundo Cruz Filho (1987b, p.28), era uma etnia de grau inferior a dos Tupi. Essa inferioridade dada aos Cariri caracterizava numa implicação: a dispersão dessa etnia, que habitava ao longo do litoral cearense, migrando para o sul do Ceará. Ao longo dessas lutas étnicas, ocorre uma dinâmica de povoação onde cada tronco étnico desenvolveu-se deixando suas características de acordo com as suas territorialidades.

O Quadro 1 a seguir apresenta as tribos do Ceará, sua localização territorial e suas características.

Quadro 1 – Os principais troncos indígenas no Ceará com suas Localizações e Características Socioculturais

<b>TRIBOS DO CEARÁ</b>	<b>LOCALIZAÇÃO</b>	<b>CARACTERÍSTICAS</b>
Tabajara	Na Chapada da Ibiapaba e regiões vizinhas	Possuíam cerca de 70 povoadamentos e utilizavam a terra para agricultura
Potiguara ou Pitiguara	Dominava o litoral	Conhecidos como grandes guerreiros
Tocarijú	Na Serra Grande	
Tremembé	As margens do rio Acaraú	Tribo ribeirinha e conhecida por sua ferocidade.
Anacé e Jaguaribara	Regiões setentrionais do rio Jaguaribe, serra de Baturité e Mundaú	
Paiajú ou Pacajú	Na região do Baixo Jaguaribe	

Continuação do Quadro 1: Os principais troncos indígenas no Ceará com suas Localizações e Características Socioculturais

Quixelô	Nas proximidades do atual município de Iguatu	Notável pelo instinto de rapina
Canindé e Genipapo	Dominavam os sertões do Curu, as margens do rio Quixeramobim e do Banabuiú	
Cariú	Nos vales do riacho Cariús e do rio Bastiões	Tribo nômade
Iço	Nas margens do rio Salgado e do Jaguaribe	
Jucá	Nos sertões de Inhamuns	Extremamente violentos e matadores
Calabaça	Às margens do rio Salgado	
Cariy	Na chapada do Araripe	

FONTE: (CRUZ FILHO, 1987, p.29) adaptado por Galdino, 2007.

Podemos observar no quadro 1, que, conforme as suas localizações, as etnias indígenas exerciam suas atividades e se desenvolviam dentro do seu território e conforme as suas necessidades. Como diz o autor:

“Os homens ‘viverem’ ao mesmo tempo, o processo territorial e o produto territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivistas. Quer se trate de relações existenciais ou produtivistas, todas são relações de poder, visto que há interação entre os atores que procuram modificar tanto as relações com a natureza como as relações sociais.” (RAFFESTIN, 1993a, p. 158-159).

Os grupos indígenas no Ceará desenvolviam em seus territórios atividades ligadas à agricultura, como a exemplo dos Tabajaras que praticavam a agricultura de subsistência. Porém, a etnia Cariú tinha com o seu território uma relação diferenciada: eles eram nômades e o ocupavam temporariamente, tendo em vista o entendimento que precisavam de mais territórios propícios para a sua sobrevivência. A etnia dos Quixelô usa o artifício da rapinagem na sua relação com os demais grupos indígenas, ou seja, espoliavam outras tribos.

No próximo capítulo, trataremos especificamente da localização e das condições naturais do município de Pacatuba onde implica a questão da territorialidade da etnia Pitaguary da Aldeia de Monguba.

## CAPÍTULO IV

### A ETNIA PITAGUARY EM BUSCA DE SUA TERRITORIALIDADE

#### IV.1 A LOCALIZAÇÃO E AS CONDIÇÕES NATURAIS DO MUNICÍPIO DE PACATUBA

O município de Pacatuba foi criado em 08 de janeiro de 1869, pela Lei N°. 11.301, tendo sido desmembrado do município de Maranguape. No tocante à localização e às condições naturais do município, segundo o Anuário Estatístico do Ceará (IPECE, 2007), este possui uma área de 132,43 Km<sup>2</sup>, o que corresponde a 0,09% das terras do estado do Ceará. Tem uma altitude de 65,4 m, e o seu posicionamento geográfico, em latitude, corresponde a 3<sup>o</sup>59'03" e, em longitude, 38<sup>o</sup>37'13". Limita-se ao Norte com Fortaleza, Itaitinga e Maracanaú; ao Sul com o município de Guaiúba e Itaitinga; a Leste com Itaitinga e a Oeste, com Maracanaú, Guaiúba e Maranguape, como demonstra a figura 6.

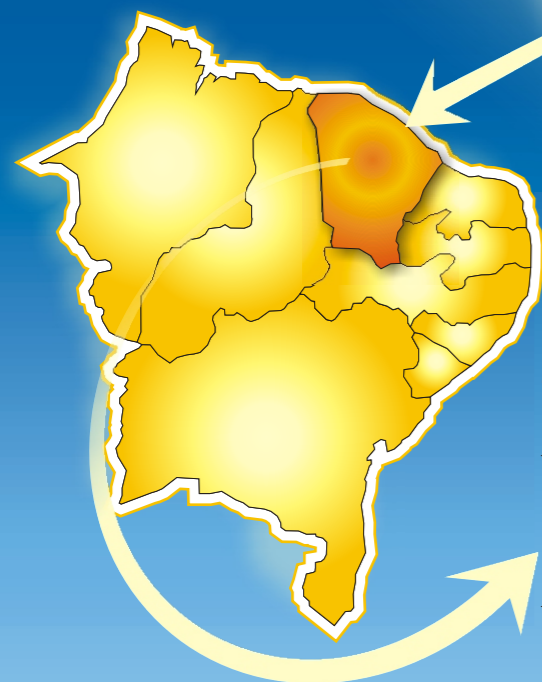
Administrativamente o município é formado pelos distritos de Monguba (área onde se situa a aldeia da pesquisa), Pavuna e Senador Carlos Jereissati, e a sede é composta por uma população total segundo Censo Demográfico IBGE (2000), de 51.696 habitantes, sendo 47.028, na zona urbana e 4.668, na zona rural, distribuídos por distritos, conforme tabela 1 abaixo.

Tabela 1 – Número Total da População Urbana e Rural do Município de Pacatuba em seus Distritos e Sede (2000)

DISTRITOS	URBANO	RURAL
Sede	9.642	1.978
Monguba	9.754	-
Pavuna	4.683	2.690
Sem. Carlos Jereissati	22.949	-
Total	47.028	4.668

FONTE: Censo Demográfico – IBGE (2000)

# PACATUBA (DISTRITO DE MONGUBA) POSIÇÃO GEOGRÁFICA, DIMENSÕES E LIMITES



**LEGENDA**

PACATUBA	
DISTRITO DE MONGUBA	
CAPITAL	
CIDADE (ACIMA DE 100.000 HAB.)	
CIDADE (DE 50.001 ATÉ 100.000 HAB.)	
CIDADE (DE 20.001 ATÉ 50.000 HAB.)	
CIDADE (DE 5.001 ATÉ 20.000 HAB.)	
CIDADE ( MENOS DE 5.000 HAB.)/DISTRITO	
OUTRAS LOCALIDADES	
LIMITES	
FERROVIA IMPLANTADA	
FERROVIA PLANEJADA	
AERÓDROMO	
AEROPORTO	
PORTO	
<b>PREFIXO RODOVIAS:</b>	
FEDERAL	
ESTADUAL	
TRANSITÓRIA	
<b>CONSTRUÍDAS:</b>	
PAVIMENTADA PISTA SIMPLES	
PAVIMENTADA PISTA DUPLA	
IMPLANTADA	
LEITO NATURAL	
<b>EM CONSTRUÇÃO:</b>	
PAVIMENTADA PISTA SIMPLES	
PAVIMENTADA PISTA DUPLA	
IMPLANTAÇÃO (EOI)	
PLANEJADA	
<b>CONVENÇÕES</b>	
CURSO D'ÁGUA PERMANENTE	
CURSO D'ÁGUA INTERMITENTE	
LAGOA, LAGO	
AÇUDE, BARRAGEM	

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo os Anuários (1996/1997) e (2006), o município de Pacatuba está sobre o tabuleiro pré-litorâneo, tendo formações de maciços residuais e depressões sertanejas. Possui uma pluviosidade de 1.479,5 mm/anuais e uma temperatura média de 26<sup>o</sup> C a 28<sup>o</sup> C, destacando-se assim o maior período chuvoso entre meses de janeiro a maio.

Tem como característica climática o tropical quente úmido. Seus solos são dos tipos: podzólico vermelho amarelo eutrófico (61,01%), podzólico vermelho amarelo distrófico (21,86%), solos aluviais eutróficos (14,69%) e bruno não cálcico (2,45%).

Nas áreas mais baixas, apresenta a vegetação caatinga arbustiva densa, e nas áreas mais elevadas encontram-se as floretas subcaducifólias tropical pluvial e subperenefólia tropical plúvio-nebular. Os principais acidentes geográficos dessa unidade territorial são: o Rio Pacoti, Pacatuba e Coaçu, Fonte Boaçu, Serra da Aratuba e Serrote Piroá. Sobre os recursos hídricos, temos ainda o açude Gavião, que abastece a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), e mais 51 poços.

As unidades de conservação Estadual da área são: Corredor Ecológico do Rio Pacoti, Área de Proteção Ambiental da Serra da Aratanha, além da reserva particular do Patrimônio Natural Monte Alegre.

De acordo com as paisagens naturais do Município de Pacatuba, esta pesquisa comunga com o pensamento de Soares (2006, p. 83) que diz “paisagens transformam-se e tomam novos arranjos em períodos longos e curtos de tempo sendo peculiares e únicos em seu espaço geográfico”. Nesse sentido, existem paisagens naturais, em Pacatuba, propícias ao desenvolvimento do turismo por terem sido modificadas pela ação humana, tais como: a Lagoa do Piripau (que fica situada na Avenida Othon Oliveira, que dá acesso ao centro da cidade) que apresenta uma paisagem de singela beleza pelo fato inusitado de ser uma lagoa que se localiza, ao mesmo tempo, no centro da cidade e no sopé da Serra da Aratanha, onde se localiza o Balneário Parque das Andréas, (formado por um belíssimo conjunto de cascatas e piscinas naturais), cujas fontes situam-se no cume da Serra da Aratanha mais precisamente no açude Boaçu (lago situado no alto da Serra da Aratanha e Fonte para vários cursos d’água que banham o Município, ver figura 7.



FIGURA 7: Vista Panorâmica da Lagoa do Boaçú – Serra da Aratanha/Pacatuba-CE.  
FONTE: [www.geosites.com.br](http://www.geosites.com.br), acesso em 24 de set. 2007.

Dentro dos elementos da natureza, estão os índios Pitaguary que constituem um grupo étnico indígena, disposto, segundo a FUNASA (2006), em seis aldeias, sendo três maiores, a Santo Antônio (Aldeia Nova, Central e Santo Antônio), o Olho D'água (Horto e Olho D'água) e Monguba. Além de possuírem, respectivamente, três entidades representativas: Conselho Comunitário do Povo Indígena Pitaguary – COYPI, o Conselho de Articulação Indígena Pitaguary – CAINPY e o Conselho do povo Pitaguary de Monguba – COPIM. Organizam-se, ainda, através do Conselho Local de Saúde Indígena.

A Aldeia de Monguba tem como representatividade o Pajé (símbolo místico), a presidenta e os membros do COPIM, que juntos lutam por uma melhor condição de vida, conforme a FUNASA (2006), para as 107 famílias aldeadas e 51 famílias (des) aldeadas num totalizante de 648 índios, onde 388 são aldeados e 260 são (des) aldeados. A Aldeia de Monguba está localizada na Região Metropolitana de Fortaleza – RMF, nos municípios de Pacatuba e Maracanaú. Segundo o site [www.googleearth.com](http://www.googleearth.com), nos informa que o distrito de Monguba em Pacatuba, área da pesquisa, está distante aproximadamente a 27 km de Fortaleza e a 8,4 km do centro comercial de Pacatuba.

#### IV. II A TERRITORIALIDADE E A DESTERRITORIALIDADE DA ETNIA PITAGUARY: DA CAPITANIA DO “CIARA GRANDE” AOS ANOS 80 DO SÉCULO XX.

O presente item tratará da territorialidade e da desterritorialidade da etnia Pitaguary. No entanto, para uma melhor compreensão desses termos, tendo em vista a complexibilidade para defini-los, baseamo-nos no que diz Raffestin:

Espaço e território não são termos equivalentes. Por tê-los usados sem critérios, os geógrafos criaram grandes confusões em suas análises, ao mesmo tempo que, justamente por isso, se privavam de distinções úteis e necessárias [...] É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreto ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator “territorializa” o espaço. (1993b, p. 143).

E, no que se refere à questão da desterritorialização, Deleuze apud Haesbaert (2004a, p. 99), nos diz que “a noção com pretensão nova é que não há território sem um vetor de saída do território, e não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem, ao mesmo tempo, um para si reterritorializar em outra parte”.

Ao iniciarmos essa discussão, propomos uma reflexão à cerca do que diz Santos (2004, p. 13-14), sobre a construção do espaço que antecede a construção do território, o qual nos cabe levantar os fatos históricos, mediante a identificação das relações que os definem, seja pela observação de seus movimentos de causa e efeito, seja pela constatação de como a comunidade se organiza para formar um organicismo social.

O passado, entretanto, pode ser definido mais facilmente. Quanto ao presente, antes se especula sobre ele [...] O atual é tanto mais difícil de apreender, nas fases em que a história se acelera, quanto nos arriscamos a confundir o real com aquilo que não o é mais. (SANTOS, 2004a, p. 13-14).

Essa citação de Santos remete-nos a uma compreensão que o passado não pode ser confundido com o presente, com o atual, embora esse passado nos possibilite refletir sobre esse presente.



O homem, desde os seus primórdios, utiliza-se do espaço para se organizar. Na forma pelo qual ele se organiza promove as mudanças e, por esse motivo, a existência da História traz a compreensão melhor da estrutura social, onde se reconhecem as categorias da realidade e as de análise que, segundo Santos (2004a, p. 15) “[...] por sua existência histórica, assim definida, no interior de uma estrutura social que se reconhecem as categorias da realidade e as categorias de análise”.

O território da Aldeia de Monguba, dos índios Pitaguary, é entendido nas duas categorias citadas anteriormente, no que se referem às categorias de análise, o índio passa a ser um objeto de estudo, para os órgãos públicos e privados, onde é levado em conta o seu passado histórico, não ocorrendo o risco de confundir o presente com aquilo que não mais o é. As categorias de realidade são os reconhecimentos do território do índio enquanto presente.

Nesse sentido, podemos compreender melhor essa afirmação na entrevista com a índia Pitaguary:

[...] não é que os Pitaguary tenham surgido de 91 pra cá, estavam sempre no mesmo local e não se mudaram do local onde nasceram, do local onde trabalharam seus antepassados [...] tanto que pessoas vão morar fora e acabam certo período voltando, nem que seja só pra morrer aqui e quem está fora e tem suas raízes aqui, morre e vem enterrar aqui no cemitério. (Ceixa, 28 anos).

A construção do território da etnia Pitaguary é marcada pela descendência dos seus antepassados, os Potiguaras ou Pitiguaras, que com a chegada de Martins Soares Moreno foram reunidos, no século XVII, junto à barra do Rio Ceará, até a partida do mesmo para combater os holandeses em Pernambuco.

Segundo a Socióloga Lyra (1998a, p. 602), em 1665, os índios Potiguaras reuniram-se e formaram uma única aldeia com o nome de Bom Jesus da Aldeia de Parangaba, que se localizava inicialmente no Mondubim, hoje bairro da cidade de Fortaleza, devido a uma doação do Rei de Portugal de aproximadamente uma légua de terra. Dessa grande aldeia, em 1680, vários grupos de índios foram constituir as aldeias de São Sebastião de Paupina e Aldeia Nova de Pitaguary.

Para Souza (2001, p. 108), “[...] em qualquer circunstância, o território encerna a materialidade que constitui o fundamento mais imediato de sustento econômico e de identificação cultural de um grupo”. Na luta pelo território da Aldeia

Nova de Pitaguary, conforme anexo 1, em 1722, os índios sofreram ameaças e invasões de colonos. Os mesmos, reconhecendo a importância do território, reclamaram ao Capitão-Mor, Manoel Francez, que doou meia légua de terra em comprimento, no dia 20 de abril do mesmo ano, aos índios.

Por meio da solicitação da carta de sesmaria, os índios da Aldeia Nova narraram as condições a que foram submetidos os povos indígenas da capitania do Ceará, em que grupos indígenas que se caracterizavam pela insubmissão ao domínio europeu, estavam implorando uma sesmaria, mostrando o que representou o processo de desestruturação dos povos indígenas. Além disso, o significado da manutenção do território para garantir a sobrevivência deste grupo indígena, pode ser percebido quando em outro trecho da carta é dito que “Visto Serem as terras das suas Bananas e Lavouras p<sup>a</sup> Sustento dos Suplicantes lhas concedos [...] as quais lhe dou e concedo p<sup>a</sup> elles e Seus erdeiros asendentes e dessendentes[...]” (LIVRO V.2 – SESMARIAS CEARENSES, 1682/1824).

No que se refere aos limites do uso das terras dos Pitaguary, conforme Lyra (1998b, p. 602), o decreto de 10 de setembro de 1832, que foi sancionado na forma da Lei n<sup>o</sup> 278 em 13 de dezembro de 1842, inseriu as terras dos Pitaguary aos novos limites da chamada freguesia de Messejana. A posse dessas terras foi garantida, conforme Lyra:

E, sob domínio de Mecejana, mais uma vez foi reafirmado o direito dos índios sobre a terra que habitavam, pois a Lei de n<sup>o</sup> 83, de 20 de setembro de 1837, aprovou artigos de póstumas da Câmara Municipal da Vila de Mecejana, na qual o Art. 2 dizia “[...] e o mesmo pagarão todos os proprietários de casas, que ainda existirem, porque estes gozarão para sempre das regalias que lhes concedeu o extinto Directorio”. (LIVRO COMPILAÇÃO DAS LEIS PROVINCIAIS DO CEARÁ; 1835-1846:98 apud LYRA, 1998a, p 602).

Em 1850, segundo Araripe apud Lyra (1998c, p. 602), as terras indígenas no Brasil foram confiscadas através de um decreto chamado Lei da Terra, cuja alegação era a de que o índio não fazia bom uso de suas terras, e os brancos possuíam áreas férteis com maior produtividade.

Para entender a lógica do colonizador Prado Júnior (1987), na sua obra *História Econômica do Brasil*, utiliza nitidamente da vertente econômica para explicar as transformações ocorridas no espaço brasileiro. O território é sempre visto como porção territorial, palco dos acontecimentos econômicos e das transformações vivenciadas pela sociedade. Na obra mencionada, os ciclos econômicos e as

transformações do território, em razão da economia, são as vertentes predominantes na abordagem do autor.

Em decorrência da Lei, comentada anteriormente, no dia 4 de setembro de 1854, Marcos de Souza Cahaiba Arco-Verde Camarão e mais 21 índios, por intermédio do Vigário Pedro Antunes de Alencar Rodovalho, registram o sítio cuja denominação foi chamada de Pitaguary, “ficava situado nas cabeceiras do Rio Pitaguary, na freguesia de Maranguape.” (LIVRO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA CIDADE DE MARANGUAPE. LIVRO n° 3: fl.23-24), em anexo 2. Isso comprovava a importância da terra para os índios que ali habitavam e para os conceitos de territorialidade, relatados nesse trabalho.

Mesmo com toda a preventiva de oficialização das terras, o território indígena dos Pitaguary sofre sucessivas invasões, visto que a lei citada dava “brecha” aos invasores se tornarem posseiros. Em 04 de julho de 1863, ao presidente da província, em um ofício que se remetia da seguinte forma:

[...] outrossim havendo o posseiro do terreno denominado de Pitaguary, situado no perímetro da sesmaria de Mecejana, não só usurpado terras pertencentes ao Domínio Nacional, como também ameaças e perseguições contra índios [...] (LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA DOS MINISTÉRIOS DO IMPÉRIO AO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA, 1863-1864 apud LYRA, 1998b, p. 602).

De acordo com Silva (2005, p. 87), o mapa de 1783, assinado pelo governador João Batista de Azevedo Coutinho de Montary, da Capitania do Ceará, as principais vilas e povoados estavam distribuídos por toda a capitania, no contexto do planejamento urbano e social português, Segundo Fernandes (1975 apud SILVA) diz que:

[...] as vilas constituíam uma necessidade social. Não eram, em um sentido específico, dotadas de uma ‘estrutura urbana’; mas preenchiam algumas ‘funções urbanas’, como o equivalente do burgo em um mundo rural que dispensava a massa da população do campo e que concentrava o poder nas mãos dos proprietários agrícolas. (2005, p. 95).

Isso nos direciona em afirmar que, na estratégia portuguesa, as terras indígenas, dos Pitaguary ficavam localizadas na antiga Vila de Messejana, além de outras povoações de índios, junto com as principais vilas e povoações de brancos, conforme nos mostra o quadro 2 a seguir.

Quadro 2 – Principais povoamento de Brancos e Índios no Ceará

<b>Vilas de brancos</b>	<b>Vilas de índios</b>	<b>Povoações de brancos</b>	<b>Povoações de índios</b>
Vila de Fortaleza (capital)	Vila de Viçosa Real	Quixeramobim	Montemor o Velho
Vila do Aquiraz (cabeça da comarca)	Vila Real de Soure	Arraial dos Cariris Novos	Almofala
Vila de Sta. Cruz do Aracati	Vila Real dos Arronches	Inhamuns	Bayapina
Vila do Iço	Vila Real de Messejana	Arneiroz	
Vila Real do Sobral	Vila de Montemor o Novo	Serra dos Cocos ou Campo Grande	
Vila Real da Granja		Russas	
Vila Real do Crato		Telhas	
		Amontada	
		Cascavel	
		S. João	
		Jaguaribe Mirim	
		Mosoró	
		S. José do Aracati	
		Beruoca ou Meruoca	
		Caiuaes	
		Serra de Uruburetama	
		Siopé	
		Trairí	
		Mata Fresca	
		Tigui	
		Catinga dos Góes	
<b>Total: 07</b>	<b>Total: 05</b>	<b>Total: 21</b>	<b>Total: 03</b>

FONTE: Silva (2005, p. 87)

Segundo FAHEINA (2002), a luta pela terra era uma questão de sobrevivência, tendo em vista que os índios não se adaptaram ao ideário do colonizador, que pretendia transformá-lo em um trabalhador caracterizado pelo conceito europeu, como diz Holanda:

[...] dificilmente se acomodavam, porém, ao trabalho acurado e metódico que exige a exploração dos canaviais. Sua tendência espontânea era para atividades menos sedentárias e que pudessem exercer-se sem regularidade forçada e sem vigilância e fiscalização de estranhos. [...] o resultado eram incompreensões recíprocas que, de parte dos indígenas assumiam quase sempre a forma de uma resistência obstinada, ainda quando silenciosa e passiva, as imposições da raça dominante. (1992, p. 17-18).

Para aqueles originários nativos, as ameaças sofridas, por motivo da invasão de suas terras após 1850, somente reforçaram as reivindicações dos índios que:

[...] no dia 9 de outubro de 1863, eles conseguiram o registro do documento de posse coletiva, conforme consta no relatório da Assembléia Legislativa Provincial. No mesmo ano o presidente da Província do Ceará, José Bento da Cunha Figueiredo, deu por extinta a população indígena do Estado, representando uma atitude contraditória uma vez que o documento de posse coletiva indica, ao menos, a presença dos índios Pitaguary no Estado do Ceará. (LYRA, 1998c, p. 603).

Com a declarada extinção dos índios no Ceará, as invasões dos “brancos” continuaram acompanhadas de incessantes perseguições e com mais violência. A luta indígena, no entanto, continuou e uma das formas de resistência eram os ofícios enviados a vários órgãos da Província. Em 2 de janeiro de 1864 o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, ao ter ciência dos fatos ocorridos nas terras Pitaguary, determina que:

[...] se providencie sobre a repressão dos abusos cometidos pelo posseiro do terreno denominado ‘Pitaguary’ situado no perímetro da sesmaria de Mecejana que não só tem usurpado pela terra pertencentes ao Domínio Nacional, como também empregado ameaças e perseguições contra os índios. (LIVRO REGISTRO DOS OFÍCIOS DA PRESIDÊNCIA DA PROVÍNCIA DIRIGIDOS AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, COMÉRCIO E OBRAS PÚBLICAS, 1861-1872 apud LYRA, 1998d, p. 603).

Em 1875, foi construída, pela Companhia Cearense Via Férrea Baturité, a estrada de ferro no qual atravessava todas as áreas indígenas, partindo da Serra do Pitaguary em direção à Fortaleza. O problema da dispersão dos índios se agravava e a perda da terra era notória, causando, assim, o desaparecimento de sua etnia.

Para Brito (2000, p. 603), “[...] essa estrada contribui sobremaneira para a retirada de parte dos índios da terra [...] pois os 23 quilômetros de ferrovia aceleraram o crescimento demográfico de Maracanaú transformando-o em centro de lazer”. Outros pesquisadores que trabalham para a Fundação Nacional do Índio -

FUNAI também compreendem que a estrada de ferro foi um acontecimento de extrema importância no que se refere à dispersão dos índios naquele espaço.

Um acontecimento marcante, que contribuiu também para a perda de parte das terras dos Pitaguary é atribuído a construção da estrada de ferro, em 1875, pela Companhia Cearense Via Férrea Baturité, a qual atravessava toda a área indígena, saindo da serra do Pitaguary em direção à Fortaleza. Essa estrada contribuiu sobremaneira para a retirada dos Índios da terra que já lhes pertencia [...]. (ASSIS Apud BRITO, 2000a, p. 19).

No que diz respeito ao território, um índio que foi líder comunitário da localidade Pedreira, na Aldeia de Monguba, fortalece a idéia de construção do território na lembrança, quando começou a luta em protesto pelo reconhecimento das terras. Ele relata que:

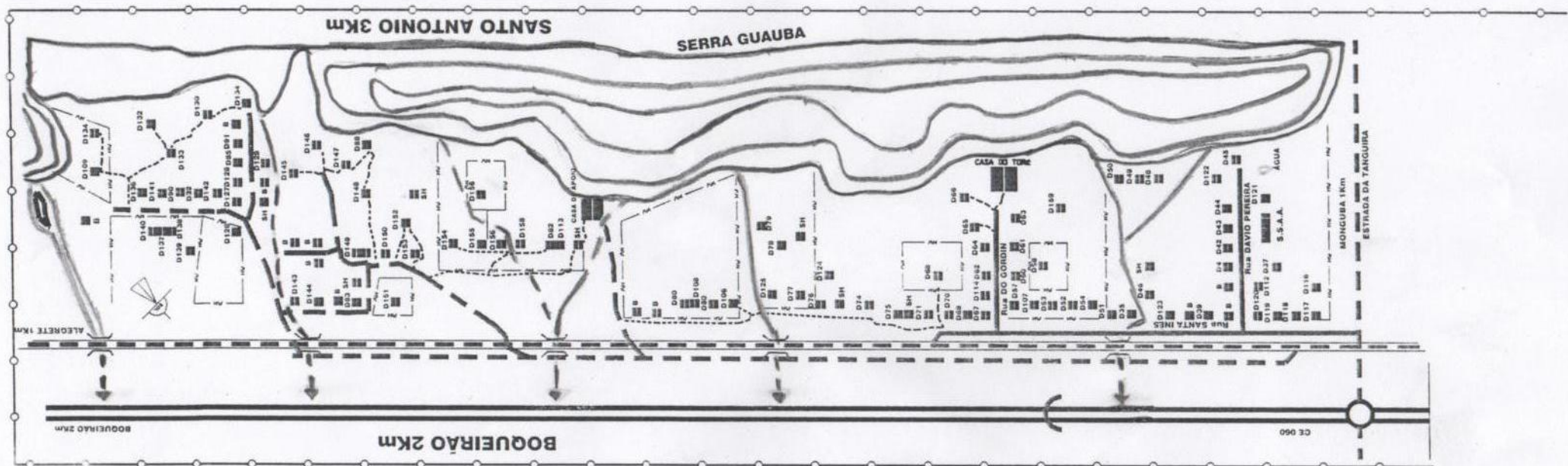
[...] as terras da comunidade são de propriedade da minha família, que foi herdada anteriormente por ancestrais e descoberta no cartório de Maranguape [...] no final dos anos 80 e início dos anos 90. A partir daí reconstrói o significado de sermos índios e se fortalece a luta pela terra, o sentido de identidade indígena do nosso povo. (José Adriano, 64 anos).

Com o desenvolvimento econômico da região, trazido pela ferrovia e posteriormente pelo cultivo do café, em poucos anos, Maracanaú cresceu demograficamente com vias à sua emancipação e elevação à categoria de Município em 1983.

Em 1882, Maracanaú foi elevada a categoria de Vila e, em 1906, passou a distrito na primeira divisão oficial do Município de Maranguape. Em 29 de dezembro de 1938, pelo Decreto-Lei n<sup>o</sup> 448, parte do extinto Distrito de Rodolfo Teófilo foi incorporado a Maracanaú e, em 04 de julho de 1983, pela Lei n<sup>o</sup> 10.811, Maracanaú ascendeu à condição de município. (LYRA, 1998e, p. 603).

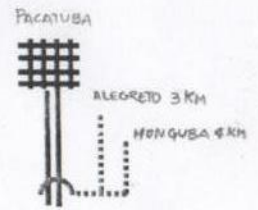
O território dos Pitaguary, como se pode analisar na figura 8, mostra o Distrito de Monguba atualmente. A localidade ganhou novos traços e nessas proporções, a etnia perdeu as suas origens étnicas que segundo a Geografia Cultural, no conceito de Paul Claval, esse comportamento dos índios, frente às mudanças no território, ocorrerá uma remodelação de seus hábitos e costumes, como nos diz:

[...] à experiência que os homens tem da Terra, da natureza e do ambiente [...] a maneira pela qual eles os modelam para responder às suas necessidades, seus gostos e suas aspirações e procura compreender a maneira como eles aprendem a se definir, a construir sua identidade e a se realizar. (CLAVAL, 1997a, p. 89).



MINISTÉRIO DA SAÚDE FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE DISTRITO SANITÁRIO ESPECIAL INDÍGINA - DSEI-CE MUNICÍPIO DE PACATUBA TRIBO PITAGUARY		
		
OBRA	ESPECIFICAÇÃO	ESCALA
CROQUI DA ALDEIA MONGUBA		SEM ESCALA
DESENHO: MARCILIO RICARTE	FOLHA: 01-01	

- LEGENDA**
- CROQUI DA ALDEIA MONGUBA**  
 TRIBO INDIGENA PITAGUARY  
 MUN. PACATUBA ESTADO CE
- Nº DE DSEI = 107
  - Nº DE CASA NÃO INDIO = 12 - SH
  - Nº DE CASA SEM HABITAÇÃO = 08 - SH
  - — LIMITE DA ALDEIA
  - ..... ESTRADA DE CARROSAVEL
  - VEREDA
  - RIO



ORIENTADOR DA CARTOGRAFIA: JOSÉ MARIA SOUSA FERREIRA

Para a sua reterritorialização, os Pitaguary passaram, então, a fazer um caminho de volta ao seu passado com a finalidade de encontrar o direcionamento, que os levará a reconstrução do seu território.

#### IV. III O RECONHECIMENTO ÉTNICO DOS ÍNDIOS PITAGUARY COMO PRESSUPOSTO NA BUSCA DE SUA RETERRITORIALIZAÇÃO: DO FINAL DOS ANOS 80 AO GOVERNO LULA

Durante o século XX, Maracanaú passou por um grande processo de urbanização, emancipando-se em município, no dia 05 de julho de 1983, pela Lei Estadual n<sup>o</sup> 10.811.

No final dos anos 80, com os movimentos indígenas se fortalecendo no Ceará, os Pitaguary voltaram a se reconhecer como identidade étnica perante à sociedade nacional, na opinião de Haesbaert:

“O território, aí, não seria um simples instrumento de domínio político-econômico e/ou espaço público de exercício de uma (pretensa) cidadania, mas efetivamente um espaço de identificação e (re)criação do/com o mundo, a “natureza”. (2002a, p. 158).

Com relação à etnia dos Pitaguary, a questão da territorialidade teve sua visibilidade no período pós-emancipação de Maracanaú, tendo em vista que os índios começaram a se organizar e lutar pela reterritorialização das terras de seus antepassados, em entrevista uma índia Pitaguary nos diz que:

[...] o processo de organização dos Pitaguary, ele começou a partir quando os Tapeba, lá em Caucaia, levantaram a bandeira a partir dos anos 80 [...] aí os Tapeba trouxe junto os Tremembé [...] logo em seguida os Pitaguary começaram a se juntar junto com os Jenipapo de Canindé [...] dentro do movimento indígena. (Ceíça, 28 anos).

A tradição oral indígena repassou, para as novas gerações, que as terras eram herança pertencente aos “trancos velhos” e que foram objetos de invasão. Ainda hoje essa história está presente na memória dos Pitaguary. A proposta que foi apresentada, então, era a de unir esses espaços para formar a chamada Terra Indígena Pitaguary.

Alguns depoimentos sobre as terras a partir da tradição oral dizem:



[...] nossas terras começa aí no trilho e vai subindo até a pedra do letreiro lá em riba, tudo dos índios Pitaguary [...] Passa para o outro lado e vai até muito longe [...] pra subir na mata tem que a gente falar com a Caipora se ela autorizar ai à gente sobe [...] a pedra do letreiro ela é encantada e que não tem quem desencante [...] ela é do começo do mundo. Aparece um galo cantando. (Pajé Barbosa, 40 anos).

[...] há muito tempo os estrangeiros apareceram lá na pedra do letreiro, lá em cima [...] eles fizeram os estudos, mas nunca descobriram nada. (Nádia, 19 anos).

[...] essa terra aqui é da Sapucaia até Pacatuba, tudo é dos índios. (Clécia, 37 anos).

[...] vai lá onde tem aquele quartel da Policia Militar que foi o antigo Instituto Carneiro de Mendonça [...] depois passaram para FEBEMCE e hoje é o quartel, ela nasceu lá, vem aqui, sobe lá no marajá lá nas terras dos caboclos, vai por trás desse serrote aqui, daqui ela corta aquela terra do seu Chico desse estremando com Tabatinga. Aí, toda essa terra é indígena. (Zé Adriano, 75 anos).

O reconhecimento do índio, como etnia, é princípio que se reflete na construção do seu espaço social, bem como na ação temporal do índio nesse espaço. Nesse sentido, não queremos confundir os conceitos de espaço e de território, mas entender o espaço como o meio que o índio constrói as suas relações sociais, para conseqüentemente alcançar a sua territorialidade. As relações sociais, construídas no espaço, tendem a conscientizar a comunidade indígena da importância da sua cultura para o exercício pleno da sua condição étnica, pressuposto para o seu reconhecimento como indivíduo espoliado do seu território.

[...] o espaço é um fato social, uma realidade objetiva. Como um resultado histórico, ele se impõe aos indivíduos. Estes podem ter dele diferentes percepções e isso é próprio das relações entre sujeito e objeto. Mas, uma coisa é a percepção individual do espaço, outra é a sua objetividade. O espaço não é nem a soma nem a síntese das percepções individuais. Sendo um produto, isso é, um resultado da produção, o espaço é um objeto social como qualquer outro. Se, como para qualquer outro objeto social, ele pode ser apreendido sob múltiplas pseudoconcreções, isto de nenhuma forma o esvazia de sua realidade objetiva. (SANTOS, 2004a, p. 161).

Na luta pelo território, os índios Pitaguary se reconhecem como sujeitos de origens indígenas, esse reconhecimento favorece a sua luta no espaço vivido e conseqüentemente a busca pela sua territorialidade. Observamos que na Aldeia de Monguba essa afirmação étnica chega a 90% da comunidade, e vemos que 10% desse total não se reconhecem como etnia indígena, pelas razões de estarem na situação de cômulo. Vale refletir na questão temporal, a questão cultural e a

questão genealógica. Essa última é a razão que se remonta à luta por uma identidade e, paralelamente, pela construção do território.

A figura 9 abaixo está didaticamente informando os indivíduos que se reconhecem como índios, tendo como base a quantificação das respostas contidas na enquete com 50 índios da Aldeia Pitaguary de Monguba.

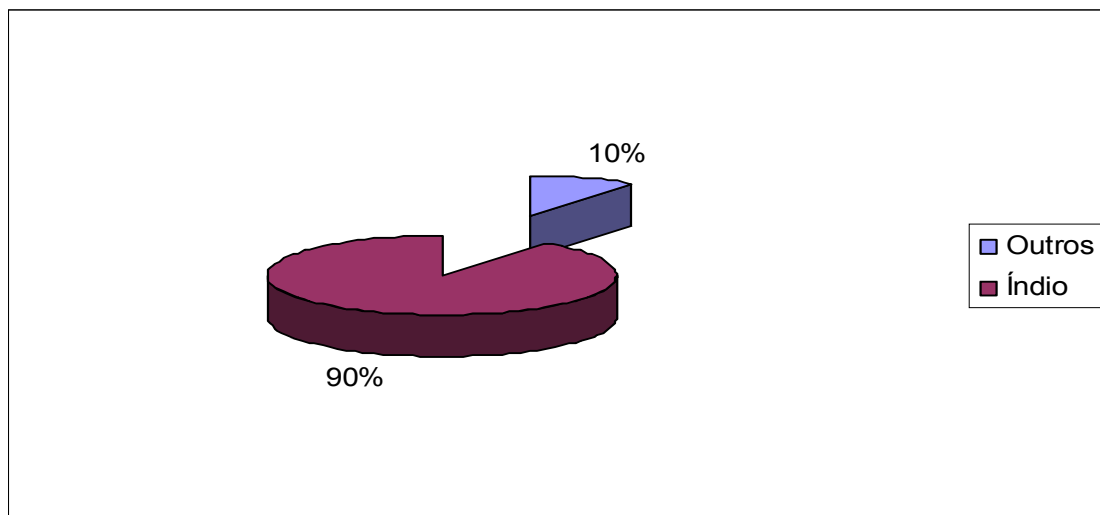


FIGURA 9: Gráfico do Percentual de indivíduos que se reconhecem como índio Pitaguary.  
FONTE: Amostragem realizada por Galdino, 2007.

Na figura 10 estão os indivíduos que se afirmam ser de outras etnias, como, negros, brancos, mestiço, não esquecendo o percentual de indivíduos que não souberam se colocar de modo claro frente a sua definição étnica.

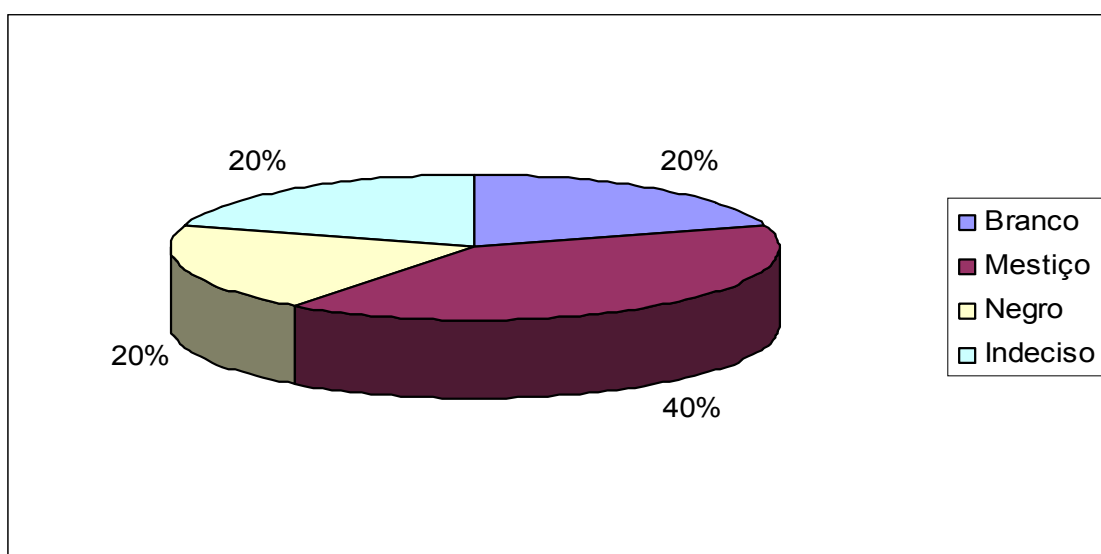


FIGURA 10: Gráfico do Percentual de Indivíduos que não se reconhecem como índio Pitaguary.  
FONTE: Amostragem realizada por Galdino, 2007.

Durante a enquete, percebemos que os indivíduos residentes na aldeia se solidarizam com seus pares na questão da luta pela terra e que essa luta é recordada, em vários momentos da entrevista, pelos índios que apontam o responsável por tal motivação, o Professor Carlos Alencar (1993), por considerar que as primeiras conversas que deram início a esse desejo de reconquista surgiram através dele. Conforme nos relata os diálogos abaixo:

O professor (Alencar) viu o meu irmão mais velho, e disse: “- Raimundinho, mostra que tu é índio! Tu tá sabendo que tu é índio?” Ele respondeu “- Sou [...] Tu é parda mesmo, Alencar, tu tá bolindo com os índios.” Alencar falou: “- É, tô bolindo com os índios mesmo, de verdade”.

Aí, botaram lá na rádio Pitaguary: aí a rádio saiu anunciando no meio do mundo que tinha índio Pitaguary; aí, ele foi bater lá em casa, o Alencar, [...] eu saí e ele me perguntou: “- A Senhora que é a dona Maria Pitaguary?” “- Sou eu mesma. Entre”. “Aí eu comecei a conversar com ele, a contar toda a história; aí, ele começou a descobrir”. Ele falou: “- Agora nós vamos lutar pela vida de vocês. Vamos descobrir todas as terras aí de Pitaguary, que são de vocês mesmo.” Eu disse: “- É Alencar, pode ter certeza”. “- Isso faz uns sete anos. A luta é só do índio o Alencar veio só dar um apoio. Quando tem algum convite aí do colégio, ele vem avisar pra gente”. (Maria Ferreira Pitaguary, 62 anos apud BRITO, 2000b, p. 50).

[...] o índio nasceu para viver e morreu também, derramar seu sangue pelo que ele tem. Ele não precisa ter medo, porque se ele tiver medo, nada ele tem. Então ele tem que lutar pelo que ele perdeu, recordar pelo passado de seus avós. É para isso que a gente luta. (Antônio de Souza da Silva, 65 anos apud BRITO, 2000c, p. 50).

A partir de então, os índios Pitaguary, conscientes da sua condição indígena, iniciaram em 1993 a luta pelo reconhecimento de suas terras junto ao Órgão Oficial de Assistência ao Índio, a FUNAI.

A etnia indígena Pitaguary de Monguba tem com o território uma relação intrínseca, no que diz respeito à sua propriedade, o que não impede, porém, um conflito de opiniões quando são solicitados, como na pesquisa, a apontarem o verdadeiro dono da mesma.

Como mostra a figura 11 a seguir, existem posicionamentos conflitantes a esse respeito, levando-se em conta que o percentual significativo da aldeia considera a terra pública, outra parcela, um pouco menores, porém não menos importante no que diz respeito ao percentual, tem opinião contrária, ou seja, considera a terra própria. Deixando de lado esses percentuais que pensam o território de maneira diferente, existem ainda outros índios que se consideram posseiros, e outros que se quer conseguem emitir opinião sobre a questão.

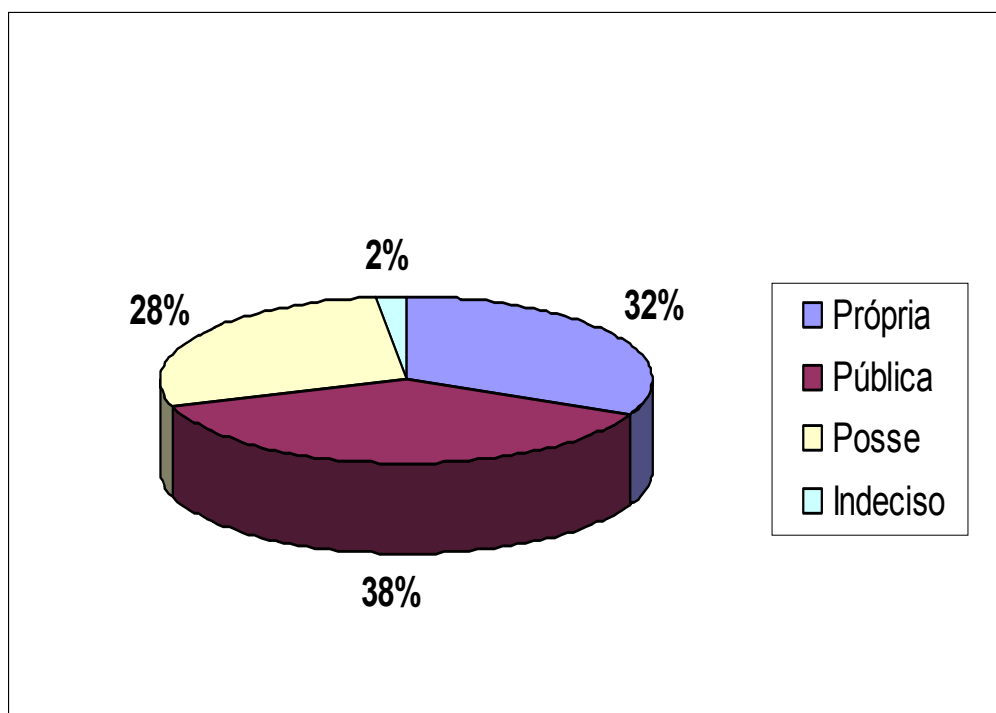


FIGURA 11: Gráfico do Percentual de como os índios pensam sobre a questão da propriedade de terra.

FONTE: Amostragem realizada por Galdino, 2007.

Os dados do gráfico acima não interferem na disposição dos índios à retomada de sua territorialidade, tendo em vista que a construção desse ideal dá-se independente de se saber quem é o real proprietário das terras legadas a eles pelos seus antepassados. O caminho percorrido pelos Pitaguary, nesse processo de reterritorialidade, não leva em conta a questão da posse atual da terra, haja vista que, ao ser demarcada e homologada, a ele caberá nela viver, mantendo viva sua cultura.

Continuando no processo de reterritorialização, iniciado a partir da conscientização feita pelo professor Carlos Alencar (1993), a etnia Pitaguary uniu-se nesse período a outras etnias e juntos participaram, em Crateús, de uma assembléia indígena com diferentes lideranças, dentre elas, citamos: os Potiguara, Calabaça, Tabajara, além dos índios de Crateús. O Cacique Daniel representou os Pitaguary que, na referida assembléia, receberam a visita de um representante oficial da FUNAI, o Sr. Magalhães, na época, chefe do posto em Caucaia, no Ceará.

A terra sempre foi um argumento fortíssimo para se reconhecer um grupo indígena. É interessante como a idéia de TERRA “mãe” é intrínseca e provoca no índio o ressurgir desse compromisso étnico.

Ter seu território de volta é o ponto de maior importância, sendo um dos meios adotados por esses índios para tornarem-se públicos outra vez. “Lutar pelo direito da terra” é o ponto principal de apoio, vindo de outros como do professor Carlos Alencar, Arquidiocese, Universidade de Fortaleza e demais grupos indígenas do Nordeste. (BRITO, 2000d, p. 52).

Em março de 1997, foram a Brasília para uma audiência com o presidente da FUNAI. Reivindicaram seu reconhecimento étnico e a delimitação de suas terras, conforme nos relata o Pajé Barbosa da Aldeia de Monguba que “[...] fui a Brasília pra lutar pelo direito das nossas terras dadas pelos nossos ancestrais [...] éramos a aldeia mais documentada, por isso tinha esperança que teríamos uma resposta o mais cedo possível”.

No ano de 1998, conforme o decreto 1.775, realizou-se um estudo sobre o meio ambiente, indispensável à delimitação da Terra dos Pitaguary, conforme afirma o Engenheiro Agrônomo da FUNAI, Marcelo Elihimas (1998, p. 350-360), no anexo 3. Em estudos nas Terras Indígenas Pitaguary, ele contemplou uma compreensão da situação geográfica, do clima, do relevo, dos tipos de solo, da vegetação, da fauna, da ação antrópica e da utilização sustentável dos recursos naturais.

Após esse levantamento, fatores negativos foram observados, interagindo entre si resultando no meio ambiente hoje encontrado na aldeia Pitaguary. Porém, concluímos, também, que os danos ambientais nas áreas de serras eram pequenos. Lembramos ainda que, dependendo do tempo transcorrido entre a delimitação e a regularização da Terra Indígena Pitaguary, esses danos poderão ser maiores, ou seja, se houver uma demora nesse processo, a área de serra será comprometida pela extração mineral das pedreiras já existentes ou de novas que surgirem por conta da intenção do governo em autorizá-las.

Outro ponto preocupante sobre o meio ambiente é o destino dado às terras de Santo Antonio do Pitaguary, já que existe uma pretensão de entregá-las à iniciativa privada.

Dois anos depois, com a colaboração dos índios aqui citados em depoimentos que demonstraram segurança nos caminhos percorridos, a proposta foi apresentada com os pontos e as localidades identificadas e delimitada, conforme apresenta o anexo 4.

Observamos a luta pela demarcação de suas terras, agora identificadas, no dia 03 de julho de 2000, do relatório oficial da FUNAI, com 1.735 hectares ou aproximadamente 21 Km<sup>2</sup>. A existência de uma liminar que proibia a demarcação foi cassada no dia 15 de maio de 2003, mas os índios esperavam que esse processo demarcatório desse continuidade, para a legitimação da identidade cultural, do seu território e do uso da sua terra.

No dia 14 de dezembro de 2006, o então ministro da Justiça, Marcos Thomaz Bastos, assinou uma portaria declaratória que demarca as terras da etnia, em anexo 5. Há mais de uma década, os Pitaguary reivindicavam a delimitação de suas terras. Agora, a comunidade indígena aguarda que o ministério envie o decreto para que o presidente da República possa homologar a decisão.

Além dos trâmites burocráticos que estiveram emperrando o pedido de demarcação durante anos, o processo ainda sofreu atrasos, por conta de processos jurídicos movidos por pessoas que também habitam a região reclamada pelos índios.

Na luta pela territorialidade, observamos os atores legítimos, os índios, e os atores não legítimos, os posseiros, que se apropriaram da terra, ignorando uma tradição cultural, a ponto de fazê-la quase desaparecer. Isso nos remete a uma reflexão de Jan Tinbergen, no livro *Por Uma Terra Habitável*, sobre a “cultura da indiferença” que diz:

O caráter complexo de nosso *processus* de produção e de nossas relações tornam o “primeiro destruir – depois reconstruir” e realizável e absurdo. A “cultura da indiferença” representa um perigo para o mundo de amanhã. O que precisamos é de um tipo de vocação que nos possibilite contribuir para a solução dos problemas realmente importantes que temos de enfrentar. (1977, p. 78).

No próximo capítulo estaremos discutindo a questão da cultura na etnia dos Pitaguary, o valor que a mesma teve e tem no reconhecimento desses indivíduos como índios, com direito a uma territorialidade legitimada, a princípio, na tradição espiritual e festiva.

## CAPÍTULO V

### A CULTURA DA ETNIA PITAGUARY NA LÓGICA DE SUA RETERRITORIALIDADE

#### V. I A CULTURA E OS CAMINHOS NA RETERRITORIALIDADE

As definições de cultura dadas pelos dicionários não atingem de modo abrangente a realidade de cada povo. A palavra cultura possui inúmeros significados. Os biólogos, por exemplo, usam-na para se referirem à criação de certos tipos de animais, em outras ocasiões, cordialmente dizemos que uma pessoa tem cultura quando freqüentou boas escolas e leu bons livros.

Na antiguidade, principalmente na Grécia, o termo cultura tinha uma significação especial que era ligada à formação individual do homem. Para Kluckhohn (1972, p. 28), a cultura “traz ao indivíduo o enriquecimento dos potenciais da experiência”, a herança social que o indivíduo adquire de seu grupo. Ou pode ser considerada a parte do ambiente que o próprio homem criou.

Na História, a cultura se relaciona com os aspectos sociais e econômicos, estabelecendo dessa forma um elo entre eles. Já na Antropologia, a cultura pode ser entendida como momento em que homem e natureza se separam. Como nos esclarece Chauí:

O movimento da História-Cultura é realizado pelas lutas das classes sociais para vencer formas de exploração econômica, opressão social, dominação política [...] os antropólogos buscam algo que demarque o momento da separação humano-Natureza como instante de surgimento da cultura. Esse algo é uma regra ou norma humana que opera como lei universal, isso é, válida para todos os homens e para toda comunidade. (2002, p. 293-294).

Entendemos que o termo cultura designa o conjunto de dados da vida, criados e transmitidos de uma geração para outra. Nesse sentido, engloba a cultura, os conhecimentos, as crenças, as artes, as normas, os costumes e outros elementos formadores de uma sociedade.

O homem é um agente que sofre e produz mudanças na sociedade e é nesse sentido que o leva a ser um elemento dinâmico no processo de transformação da cultura ao longo do tempo. Para Aranha (1993, p. 6), a cultura é “o conjunto de símbolos elaborados por um povo em determinado tempo e lugar [...] a cultura é,

portanto, um processo de auto-liberação progressiva do homem, o que o caracteriza como um ser de mutação [...]”.

No mundo contemporâneo, as expressões culturais são as mais diversificadas. Nesse ponto é que a Geografia Cultural estuda as manifestações conjunturais de cultura, já que o significado desse termo não só varia na Antropologia ou nas Ciências Humanas, como também se refere a realidades diferentes e abstratas.

Para uma melhor compreensão do que vem a ser a Geografia Cultural, Paul Claval nos diz:

A Geografia Cultural está associada à experiência que os homens tem da Terra, da natureza e do ambiente, estuda a maneira pela qual eles os modelam para responder às suas necessidades, seus gostos e suas aspirações e procura compreender a maneira como eles aprendem a si definir, a construir sua identidade e a se realizar. A geografia cultural demorou muito para se constituir, uma vez que ela necessita, para se desenvolver, que a disciplina não seja somente uma ciência natural de paisagens e de regiões, como o era no começo do século, e que não se reduza à análise dos mecanismos que permitem às sociedades funcionar, triunfando sobre o obstáculo da dispersão e da distância, segundo os esquemas que prevaleciam nos anos 1960. É preciso que ela se torne uma reflexão sobre a geograficidade, ou seja, sobre o papel que o espaço e o meio tem na vida dos homens, sobre o sentido que eles lhes dão e sobre a maneira pela qual eles os utilizam para melhor se compreenderem e construírem seu ser profundo. (1997b, p. 89-90).

A partir dessa compreensão acerca da Geografia Cultural, queremos, nesse capítulo, analisar os elementos culturais da etnia dos Pitaguary da Aldeia de Monguba, como pressuposto importante na sua luta pela reterritorialidade.

Os índios Pitaguary, motivados pelo conhecimento de sua historicidade e pela iniciativa do Professor Alencar (1993), foi manifestado um processo de reconhecimento de sua etnia e, a partir dessa compreensão, se envolveram no resgate de tradições culturais esquecidas e que passaram a fazer parte de seus eventos sociais. A sua cultura indígena envolve costumes e tradições que são incorporadas como símbolo de luta para sua reterritorialidade.

Com base na entrevista realizada com Sr. Nonato (2007), morador da Aldeia de Monguba, conforme seu depoimento, ele não se considera índio. O mesmo é casado e sua esposa se identifica como uma índia Pitaguary.

Baseados nos depoimentos, obtidos em campo, comprovamos que é inexpressivo o número de indivíduos que residem na aldeia e que não se



consideram índio. Um dado interessante que foi exposto no trabalho diz respeito a essa minoria que, embora vivendo maritalmente com seus pares, não se consideram da mesma etnia devido à sua origem genealógica.

[...] eu nasci no interior do ceará e vim pra cá [...] já tem 3 anos que moro aqui [...] casei com minha mulher e ela se considera índia [...] mas eu mesmo não me acho índio, eu não nasci aqui, eu não vivi como eles, mas tenho respeito pelos índios de Monguba. (Raimundo Nonato, 46 anos).

Diante das informações coletadas em campo, podemos deduzir que se consideram índios os moradores que tem vínculo familiar e que suas gerações já vivem naquela área desde o século XVIII. Aqueles que chegaram depois à aldeia, e que se ligaram a essas famílias, não se consideram índios. Isso é explicado, segundo Alegre (1994), a partir do instante em que os índios são expropriados de suas terras, eles não comungarão mais com seus hábitos, costumes e tradições.

Conforme Lugo, apud Ruschmann (1997), a cultura se origina a partir de alguns fatores específicos como, por exemplo, o encontro entre culturas (os índios com os europeus), a organização cultural movida pelo resgate do passado (o modo de vida livre e responsável do índio com seu espaço e com a sua tradição), sua posição no espaço geográfico e o seu lugar na história.

Os fatores que originam a cultura de um povo constituem-se de seu posicionamento geográfico, de seu lugar na história, da época e das condições do encontro com outras culturas e das organizações culturais previamente existentes. O homem é seu criador e transmissor formal ou informal, considerando-se sua posição na comunidade e o contexto da mesma. (RUSCHMANN, 1997, p. 50).

Com a retomada das tradições culturais dos Pitaguary, um novo ânimo se estabeleceu na aldeia na luta pela terra e pela preservação de suas tradições. Entendemos que esse lugar é aquele em que o indivíduo se encontra ambientado, referencial do vivido, onde se realizam as experiências, Santos (1988).

Nesta aldeia, a questão da cultura é relevante no sentido em que os índios estão resgatando, pouco a pouco, as tradições mais antigas, a partir dos relatos dos mais velhos. Essa etnia participa de manifestações artísticas (danças e artesanatos), religiosas (rituais ligados às festas da Caipora, Cabocla e dos Boiadeiros) e políticas (reuniões sobre a questão da sua reterritorialidade) com muita

expressividade numérica da comunidade, conforme os dados representados na figura 12.

Podemos observar que 92% dos índios da aldeia mantêm vivas as suas tradições, enquanto 8% dos índios da Aldeia de Monguba negam-se a participar das atividades culturais, pelo fato de não se considerarem índios. Esse resultado é positivo, a partir do momento em que seu contexto histórico e territorial foi alvo de especulações durante séculos. Alguns motivos são alegados pelos índios a não participarem da cultura de sua etnia, como nos diz as índias:

[...] quando eu era pequena sai daqui e fui morar com meus avós paternos [...] e agora voltei pra morar com minha mãe [...] me considero filha de índia, e sendo assim, sou índia [...] mas não participo da cultura pelo motivo desse afastamento que tive quando eu era pequena. (Ana Vanessa, 17 anos).

[...] eu não participo da cultura indígena por que tenho minha casa e meus filhos, ai tu sabe, né? [...] tenho muita coisa pra fazer dentro de casa e tenho 3 filhos pra criar [...] até tenho vontade de ir pra ver e dançar o toré. (Joana Érica, 23 anos).

A figura 12 abaixo mostra a porcentagem de indivíduos que participam da cultura da etnia dos Pitaguary da Aldeia de Monguba.

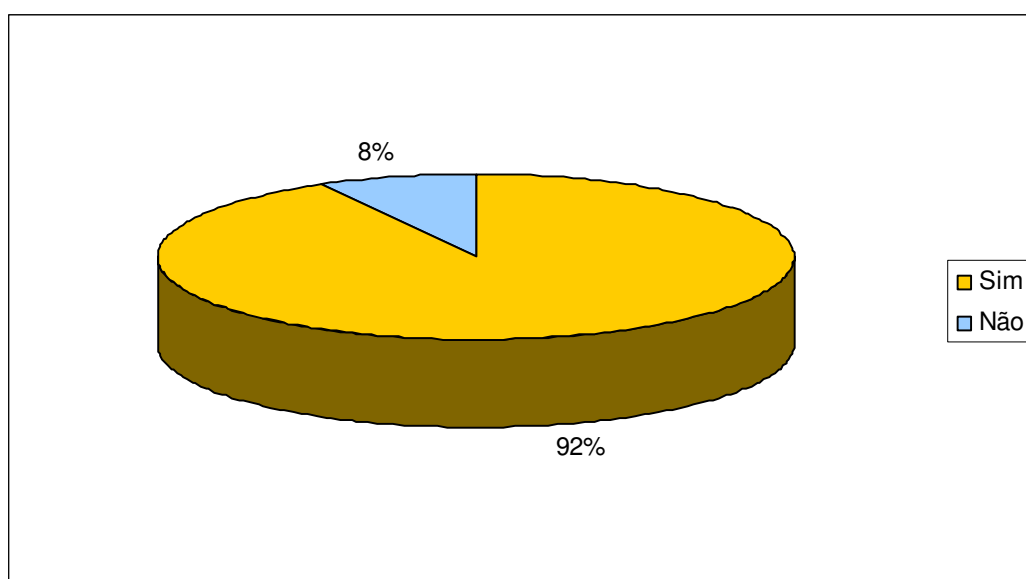


FIGURA 12: Gráfico do Percentual de Indivíduos que participam das atividades culturais na aldeia de Monguba dos Pitaguary.  
 FONTE: Enquete realizada por Galdino, 2007.

A etnia dos Pitaguary procura manter viva sua identidade através do contato com as suas memórias ancestrais. Nesse ponto, podemos citar Benjamim (1993, p. 63), que nos alerta para a importância das pessoas capazes de narrarem suas lembranças do passado “de historiar algum evento, de transmitir oralmente impressões, experiências e ensinamentos. O perigo parece residir na finitude das lembranças, do passado que, se não for relatado, ‘vira’ mesmo ‘pó’, silêncio”.

Segundo Fontenele (1998), o processo de miscigenação foi uma forma de sobrevivência e fez com que os índios do Ceará perdessem parte de sua identidade. A partir dos anos 80, com ajuda inicialmente da Igreja Católica e depois de outros segmentos da sociedade, os herdeiros da terra passaram a ser reconhecidos como um povo diferenciado, e, sobretudo, com direito à terra, como seus primeiros ocupantes. Com essa idéia, nasce o sentido de resgate cultural da etnia Pitaguary.

Na aldeia Pitaguary, a índia Clécia (2007) relata-nos a Festa dos Guerreiros, que consiste em uma homenagem que a tribo faz a seus antepassados.

Outros eventos cultuados são festejos de caráter religiosos, que representam o sincretismo das etnias que formaram o povo brasileiro.

A aldeia de Monguba, entre as suas tradições étnico-indígenas, retoma hábitos e tradições de suas origens, como a dança do Toré. Essa dança consiste na marcação por cânticos poéticos na língua portuguesa, alinhada com a dança que contam a história dos antepassados indígenas. Através desses rituais, as manifestações representam as transformações no lugar e a visão que eles têm da vida e deles mesmos, legados de seus antepassados retransmitidos por via oral.

Com base na figura 13, registramos um momento de expressão cultural, a Festa da Banana, o Toré dançado na Aldeia de Monguba, em 2006.



FIGURA 13: Expressão Cultural da etnia dos Pitaguary: a dança do Toré na Aldeia de Monguba/Pacatuba-CE, (2006).

Dentro das manifestações culturais dos índios Pitaguary da Aldeia de Monguba, há um calendário festivo seguido pela comunidade onde estão dispostas as festas tradicionais de cunho religioso, como a Festa da Caipora, Festa dos Boiadeiros, a Festa da Cabocla e a Festa do Guerreiro.

Na aldeia, há também outras comemorações, a celebração dos jogos indígenas (a Festa da Medalha), o Dia do Índio (onde eles realizam protestos para lembrar a sua realidade social), a Festa da Banana (as colheitas de frutas).

A Festa da Barraca (realizado de 8 em 8 meses), não está com uma data fixa no calendário festivo da aldeia, tendo em vista ser um evento de substituição das palhas que estão na “Grande Barraca”, ocorrendo apenas quando de seu desgaste.

No quadro 3, a seguir, mostra-nos o calendário das datas festivas na Aldeia de Monguba de forma cronológica, seguido da descrição de cada festa fundamentada em depoimentos colhidos no local com dois líderes, um de articulação política (índia Clécia) e outro de articulação religiosa (Pajé Barbosa).

Quadro 3: Calendário Festivo da Comunidade Pitaguary em Monguba/Pacatuba-CE

<b>DATA</b>	<b>FESTAS</b>
30/JANEIRO	FESTA DA CAIPORA
FEVEREIRO	
MARÇO	
19/ABRIL	COMEMORAÇÃO DO DIA DO ÍNDIO
MAIO	
JUNHO	
JULHO	
07/AGOSTO	FESTA DOS BOIADEIROS
SETEMBRO	FESTA DA MEDALHA
OUTUBRO	
NOVEMBRO	
07/DEZEMBRO	FESTA DA CABOCLA
SEGUNDA SEMANA DE DEZEMBRO	FESTA DA BANANA
23/DEZEMBRO	FESTA DO GUERREIRO

FONTE: Galdino, 2007.

### ***A Festa da Caipora: o respeito à natureza***

No dia 30 do mês de janeiro, os índios Pitaguary da aldeia de Monguba realizam a chamada Festa da Caipora, uma festividade religiosa onde a maioria dos participantes são homens e homenageiam a Caipora, símbolo de proteção da mata que é uma entidade mística, e, naquele momento, ela se manifesta em alguns participantes da celebração. Sobre este símbolo místico, temos a seguinte descrição.

A figura do Caipora está intimamente associada à vida da floresta. Ele é o guardião da vida animal. Apronta toda sorte de ciladas para o caçador, sobretudo aquele que abate animais além de suas necessidades. Afugenta as presas, espanca os cães farejadores, e desorienta o caçador simulando os ruídos dos animais da mata. Assobia, estala os galhos e assim dá falsas pistas fazendo com que ele se perca no meio do mato. Mas, de acordo com a crença popular, é sobretudo nas sextas-feiras, nos domingos e dias santos, quando não se deve sair para a caça, que a sua atividade se intensifica. Mas há um meio de driblá-lo. O Caipora aprecia o fumo. Assim,

reza o costume que, antes de sair numa noite de quinta-feira para caçar no mato, deve-se deixar fumo de corda no tronco de uma árvore e dizer: "Toma, Caipora, me deixa ir embora". A boa sorte de um caçador é atribuída também aos presentes que ele oferece. Assim, por sua vez, os homens encontram um meio de conseguir seduzir esse ente fantástico. Mas fracasso na empreitada é atribuído aos ardis da entidade. No sertão do Nordeste, também é comum dizer que alguém está com o Caipora quando atravessa uma fase de empreendimentos mal sucedidos, e de infelicidade. Há muitas maneiras de descrever a figura que amedronta os homens e que, parece, coloca freios em seus apetites descontrolados pelos animais. Pode ser um pequeno caboclo, com um olho no meio da testa, cocho e que atravessa a mata montado num porco selvagem; um índio de baixa estatura, ágil; um homem. Peludo, com vasta cabeleira. (www.vivabrasil.com, acesso em 05/09/2007).

A Homenagem é feita em forma de rituais e oferendas, que vão desde frutas e doces ao fumo. Como é uma festa de cunho religioso, nem todos os índios da aldeia participam. Aqueles que participam, entretanto, acreditam que a caipora é um ser real, defensor da mata e, após os rituais e as oferendas, há festa o dia todo onde a aldeia dança o Toré.

Segundo os relatos da índia Pitaguary, ela nos informa sobre a misticidade, no que se refere ao símbolo da Caipora para os índios Pitaguary. Eles acreditam que Caipora possui o corpo todo coberto de pêlos e é muito rápida, razão pela qual o homem não consegue alcançá-la. Anda sempre montado em um porco-do-mato e galopa pela floresta, cumprindo sua missão.

Costuma também desnortear os caçadores, emitir um estridente assobio que causa arrepios de pavor a todos aqueles que a escutam, observe figura 14.

[...] a Caipora é a dona da mata, então o pessoal daqui tem medo da Caipora toda vez que sobe pra serra tem que levar alguma coisa pra Caipora [...] é uma festa religiosa e nem todos participam [...] fazem-se oferendas na mata de doces e fumo [...] a mata estava sendo muito perseguida daí o pessoal voltou à atenção para a Caipora [...] a serra está toda fechada o pessoal não está mais invadindo como invadia [...] sobem, vêem coisas lá por cima descem e não sobem mais de jeito nenhum [...]. (Clécia, 37 anos).



Figura 14: Caipora - figura folclórica e Protetora das matas e animais.  
FONTE: <[www.cdpara.pa.gov.br](http://www.cdpara.pa.gov.br)>, acesso em 24 de set. 2007.

A festa da Caipora é um momento onde as crianças da aldeia escutam as histórias dos mais velhos, dançam, cantam e dão oferendas à “dona da mata”.

A figura 15 a seguir ilustra um momento da festa em homenagem à Caipora, entidade mística e protetora da mata.



FIGURA 15: A Festa da Caipora na Aldeia de Monguba dos Pitaguary.  
FONTE: Barbosa, 2004.

Essa festa estava esquecida, no entanto foi retomada e os índios acreditam que o fato da mata não está sendo mais invadida, é consequência do culto a este símbolo místico.

### ***O Dia do Índio para os Pitaguary: comemoração ou protesto?***

No dia 19 de abril comemora-se o Dia do Índio. Nessa data, os Pitaguary refletem sobre a condição que o índio brasileiro teve ao longo de sua história. Lembra que o índio foi dizimado e teve suas terras espoliadas, mas, desde então, vem lutando pela demarcação das mesmas através de órgãos, como a FUNAI, que é responsável por tais processos. Para eles, a terra é sagrada, por conta de ser o lugar de onde retiram seu sustento, vivem e viveram seus antepassados.

Apesar de toda a luta, os índios estão sem a maioria de suas terras demarcadas. Em virtude disso, o Dia Nacional do Índio não é visto por eles como uma data para comemorações, mas uma data em que as etnias, inclusive para os Pitaguary da Aldeia de Monguba, protestam contra a morosidade e o descaso do Estado com relação aos seus problemas sociais. Para uma melhor compreensão da história da instituição dessa data, recorremos ao site [www.suapesquisa.com.br](http://www.suapesquisa.com.br) que nos afirma:

Para entendermos a data, devemos voltar para 1940. Neste ano, foi realizado no México, o Primeiro Congresso Indigenista Interamericano. Além de contar com a participação de diversas autoridades governamentais dos países da América, vários líderes indígenas deste continente foram convidados para participarem das reuniões e decisões. Porém, os índios não compareceram nos primeiros dias do evento, pois estavam preocupados e temerosos. Este comportamento era compreensível, pois os índios há séculos estavam sendo perseguidos, agredidos e dizimados pelos “homens brancos”. No entanto, após algumas reuniões e reflexões, diversos líderes indígenas resolveram participar, após entenderem a importância daquele momento histórico. Esta participação ocorreu no dia 19 de abril, que depois foi escolhido, no continente americano, como o Dia do Índio. ([www.suapesquisa.com](http://www.suapesquisa.com), acesso em 05/09/2007).

Os índios da Aldeia de Monguba não tem o que comemorar, pois a sua condição é de luta pela sua reterritorialidade. Mesmo embasados em suas tradições e cultura, no seu reconhecimento como índios, eles ainda não são devidamente olhados como donos de suas terras pela sociedade, principalmente por alguns órgãos que deveriam defendê-los, demarcando seu solo e garantindo os direitos ao mesmo.



Na entrevista com a índia Pitaguary, temos a noção do que é o Dia do Índio para os demais moradores da Aldeia de Monguba.

[...] é mais um movimento de reflexão, então assim, são convidadas as lideranças e a gente faz um almoço [...] a gente passa o dia todo fazendo uma reflexão do que é que a gente tem para comemorar nesse dia do índio [...] pra nós ainda não aconteceu esse momento de comemoração [...] é um momento pra lembrar que o índio foi morto e massacrado, que o índio perdeu sua língua e perdeu sua cultura, que o índio foi escravizado, que o índio ainda é desrespeitado e ainda sofre muito preconceito, que o índio não tem seus direitos garantidos, que o índio não tem suas terras demarcadas, que os índios não tem uma educação diferenciada que deveria ter, que o índio não tem a sua saúde garantida, que o índio na verdade ainda está sofrendo invasão, o Brasil do índio ainda está sendo invadido, então nesse dia do índio [...] nesse dia 19 de abril [...] a gente mais chora do que comemora. (Clécia, 37 anos).

Nesse dia, os índios são muitas vezes convidados a participarem de palestras sobre as suas problemáticas sociais e aproveitam os espaços na mídia e, nos lugares aonde vão para protestar, exigem seus direitos garantidos por lei.

### ***A Festa dos Boiadeiros: o encontro com os encantados***

No dia 7 de agosto, realiza-se na Aldeia de Monguba a tradicional Festa dos Boiadeiros, cerimônia religiosa realizada em uma grande barraca.

A maioria dos participantes é do sexo masculino, e a cerimônia consiste no momento em que os encantados se manifestam e falam com os participantes, revivendo a história de seus antepassados e dos amigos dos índios que povoavam o sertão, os Boiadeiros.

Esses momentos festivos realizam-se através da ingestão de beberagem, extraída da mandioca, denominada de Mocororó. Estas bebidas alucinógenas levam os participantes a entrarem em contatos espirituais como podem ser observados na figura 16 a seguir.



FIGURA 16: Festa do Boiadeiro na Aldeia de Monguba dos Pitaguary.  
FONTE: Barbosa,2005.

Segundo relatos de entrevistas, nessa festa, os encantados se manifestam alegres e, às vezes, repreendem os índios por acharem que eles não estão cuidando das questões ligadas à terra.

[...] a festa dos Boiadeiros também é uma festa de ordem espiritual e masculina, os homens bebem mocoororó, mas as mulheres também participam, só que em um número bem menor [...] na festa muitas vezes somos repreendidos pelos encantados por não estarmos fazendo as coisas como devem ser feitas, protegendo a mata [...] essa festa acontece na grande barraca, o nosso lugar de rituais. (Clécia, 37 anos).

A Festa dos Boiadeiros, por se tratar de uma manifestação espiritual, recebe a visita do povo encantado, espíritos que se manifestam através dos participantes e demonstram seu estado de alegria e/ou tristeza em relação ao uso inadequado do meio ambiente. Trata-se de espíritos que conviveram com os antepassados indígenas que se deslocavam pelos sertões e, passando pelas aldeias, davam presentes. Muitas vezes, eles eram recebidos com festas. Esses relatos foram expressos pelo Pajé da aldeia.

[...] os boiadeiros se dão bem com o povo da mata, várias e várias vezes eles traziam um garrote, um boi, doavam pra gente e muitas vezes se matava esse boi que ficava pra gente [...] tomavam mocororó e no outro dia seguiam viagem é uma tradição de 50 anos com a gente. São gente que contam a história como romance triste e alegre, dançam a dança do coco, dança de roda, trazem músicas de toré antigo. Eles vem do sertão, vem de todo país Goiânia, Juazeiro [...]. (Barbosa, 40 anos).

Essa festa acontece porque, na cultura indígena, quem morre vira encantado, ou seja, passa a ser um espírito superior e a conviver com os que ficaram, orientando-os na vida terrena e nas questões relativas aos povos indígenas.

### ***A Festa da Medalha: o espírito esportivo dos índios Pitaguary***

No mês de setembro, sem data fixada, ocorre a Festa da Medalha, uma comemoração realizada de quatro em quatro anos, que os índios promovem na aldeia, após participarem dos jogos indígenas, idealizados pelos órgãos governamentais: Secretaria de Esporte e Juventude – SEJUV; Fundação Nacional do Índio – FUNAI; Fundação Nacional de Saúde – FUNASA e as Prefeituras dos Municípios representados por cada etnia participante. A realização desse evento esportivo serve para mostrar que o Estado do Ceará fortalece a idéia da existência de índios em seu território.

Na figura 17, a seguir, um momento do IV jogos indígenas realizado em Aquiraz em 2007, em que o índio Barbosa recebe seu prêmio.



FIGURA 17: Momento do IV Jogos indígenas realizado no Município de Aquiraz em 2007 – o Pajé Barbosa recebendo premiação, (2007).

A Festa da Medalha não é uma festa originada com os antepassados dos Pitiguary. Ela foi instituída para que os índios pudessem externar seu sentimento de conquista após terem participado dos jogos indígenas. Segundo depoimento do índio da Aldeia de Monguba, Pajé Barbosa (2007), a festa tem como sentido unir as aldeias e celebrarem um momento de confraternização.

[...] a festa da medalha é a mais nova aqui está com 4 anos [...] é uma festa que a aldeia faz após os jogos indígenas estadual [...] é um dia esportivo a gente vai para o cabo de guerra, o arco e a flecha, o arremesso de lança [...] as pessoas trazem suas medalhas e se ajudam trazendo comidas e bebidas, dançamos o nosso toré, cantamos as nossas músicas e assim vai [...] passa pelo dia e vai até pela noite [...] assim nasceu a festa da medalha. (Barbosa, 40 anos).

A confraternização da Festa da Medalha conta com a participação das crianças da aldeia em jogos, como: o cabo de guerra, o arremesso de lança, o tiro de arco e flecha e outros que se realizam durante a mesma e pode ser melhor observado na figura 18 a seguir.



FIGURA 18: Festa da Medalha na Aldeia de Monguba dos Pitiguary: brincadeira de Cabo de guerra, (2006).

Os índios Pitaguary se reúnem nessa festividade para comemorar as conquistas de medalhas, sem a preocupação de saber quem ganhou ou não condecorações nos jogos indígenas.

A Festa da Medalha, portanto, é uma celebração de amizade e fraternidade entre as aldeias Pitaguary, tendo em vista que a etnia possui seis aldeias.

### ***A Festa da Cabocla: a interseção da cultura indígena com a africana***

No dia 7 de dezembro comemora-se a Festa da Cabocla, entidade espiritual incorporada pelo Pajé da aldeia. Nessa festa, o culto é celebrado num salão, que remete à lembrança de um terreiro de Umbanda ou de Candomblé.

A entidade principal recebe oferendas de doces, como forma de agradecimento pela sua orientação espiritual aos participantes da cerimônia. As entidades africanas e os encantados indígenas se manifestam e orientam os participantes nas ações ligadas às questões particulares, na luta pela preservação de sua cultura e do meio ambiente. Nessa cerimônia não participam apenas os índios da Aldeia de Monguba, participam moradores das adjacências.

Nessa celebração de ordem religiosa, notamos a cultura africana contribuindo nas manifestações indígenas, prova que a miscigenação cultural da aldeia existe, simbolizada pelas entidades do Candomblé, da Umbanda e dos rituais indígenas, como nos esclarece a índia Clécia (2007).

[...] é uma festa de ordem espiritual em que a gente vai se encontrar e conversar com os encantados, eles vão aconselhar [...] pra ouvir o dia todo eles conversando, chega um e sai e chega outro e ai eles vão falar o que é pra fazer [...] às vezes não precisar nem falar eles já sabem [...] a festa da cabocla tem uma mistura com as raízes africanas. (Clécia, 37 anos).

Na Festa da Cabocla, a exemplo de algumas religiões africanas, as entidades se manifestam e exigem dos participantes o conhecimento para entender as invocações espirituais, que, em alguns momentos podem incorporá-los. Esse fenômeno pode ser observado na figura 19 que se segue: um líder espiritual indígena está devidamente caracterizado como se fosse do sexo feminino, feições estas dadas por essa entidade mística, a Cabocla.





FIGURA 19: A Festa da Cabocla na Aldeia de Monguba dos Pitaguary.  
FONTE: Barbosa, 2005.

A Festa da Cabocla é uma cerimônia de aconselhamento, em que os participantes são orientados durante todo o dia, por exemplo, conselhos a respeito de atitudes tomadas. E passam a aceitar, através desse aconselhamento, seus erros na maneira de agir e os corrigem a partir de então. Tais atitudes levam-nos a novas tomadas de posições, frente às questões pessoais e coletivas e suas decisões.

### ***A Festa da Banana: o exercício da solidariedade***

Na segunda semana de dezembro, os índios da Aldeia de Monguba realizam a Festa da Banana, tradição que vem, ao longo de décadas, sendo mantida pelos líderes da aldeia em comemoração à colheita dessa fruta.

A história contada pelos índios marca um tempo em que os mais velhos cultivavam as terras da Serra de Monguba para o plantio de fruteiras e, no período de colheita, subiam para retirar de seus “sítios”: a banana, a jaca, a manga e outros frutos. Essa colheita era realizada de modo coletivo, ou seja, um grupo se dirigia a uma área cultivada, fazia a retirada das frutas, desciam, repetiam esse trabalho até todos da aldeia, que mantinham áreas plantadas, tivessem suas safras colhidas.

Feita a divisão dos frutos, os mesmos eram vendidos e, após essa venda, os índios comemoravam com muita festa.

É dado o nome de Festa da Banana por ser a fruta de maior produtividade na localidade. Para os índios, a festa é uma comemoração que relembra sua história e a sua tradição, como nos explica a índia da aldeia.

A festa da banana é comemoração da colheita da banana. Aqui no passado meu avô, tio Antônio, seu Zé Branco, tio Zé, seu Zé Maria [...] esse povo todinho, daquela época que não tinha energia, não tinha escola, não existia tantas casas [...] eles se juntavam, por exemplo, hoje era dia para retirar banana no meu sítio e aí todo mundo se juntavam no meu, aí todo mundo depois se juntavam para retirar do outro e assim até termina o de todo mundo [...] todo mundo se ajudava, desciam essas bananas e quando eles vendiam essas bananas eles se juntavam e faziam uma comemoração. (Clécia, 37 anos).

A Festa da Banana, na fala da índia, é uma tradição que se mantém até os dias atuais, colaborando para o resgate da sua história e da tradição do povo Pitaguary. Nessa festa, a aldeia fica decorada com palhas de bananeiras e são servidas comidas feitas a partir dessa fruta como: bolos, doces e outros. Na figura 20, a seguir, temos uma visão dessa festa.



FIGURA 20: Almoço durante a Festa da Banana na Aldeia de Monguba dos Pitaguary, (2006).

FONTE: Galdino, 2007

A Festa da Banana é um dos ritos importantes para que os mesmos se reconheçam e busquem a questão da sua reterritorialidade, tendo em vista que essa questão da tradição leva a etnia a se reconhecer como verdadeiro dono daquela terra.

### ***A Festa do Guerreiro: o reconhecimento aos defensores da terra Pitaguary***

No dia 23 de dezembro, os índios Pitaguary comemoram a Festa do Guerreiro, que é uma homenagem aos símbolos de luta do passado. É uma festa que preserva a unidade da família indígena Pitaguary. Essa festa é a mais importante do calendário da aldeia e tem uma duração de três dias, devido aos preparativos.

Na festa, as crianças recebem informações sobre o passado dos guerreiros da etnia Pitaguary, a importância das suas lutas, suas conquistas e suas derrotas. São repassadas histórias que fortalecem nelas esse espírito de luta. Isso fica demonstrado pelas mesmas nos jogos que se realizam durante a festa.

A festa também homenageia as novas lideranças indígenas, que hoje estão lutando pela preservação da cultura e pelo território. Essas informações foram concedidas em entrevista dada pela índia Clécia (2007), uma das novas lideranças Pitaguary, uma guerreira moderna.

A festa do guerreiro é uma homenagem aos guerreiros antepassados nossos [...] é um reconhecimento de que estamos aqui por conta dessas pessoas que representaram essa comunidade no passado, essa família de índios. Hoje se essa luta continua foi pela resistência desse povo. A festa do guerreiro mostra e revive esses guerreiros [...] é a festa mais rica, grande, feita na aldeia [...] nessa festa aproveitamos para fortalecer as crianças com as histórias dos antigos guerreiros e dos guerreiros atuais. (Clécia, 37 anos).

Nessa festa, a Aldeia de Monguba conta com algumas parcerias como o Governo Estadual do Ceará, a Prefeitura Municipal de Pacatuba, a COPICE, FUNAI, FUNASA, e, ainda, empresas do setor privado (MARISOL) e da sociedade civil.

A comunidade Pitaguary faz os preparativos para a festa decorando e limpando o terreno em que serão recebidas outras aldeias. Existem, nesse período, oficinas e palestras à disposição de todos os participantes.



### ***A Festa da Barraca Nova***

É uma tradição que acontecia no alto da serra, em tempos mais antigos, e que passou a ocorrer, nos últimos cinco anos, em um local mais próximo da aldeia. Essa festividade, que se realiza de oito em oito meses, é conhecida como a Festa da Barraca Nova e toda aldeia trabalha para trocar a palha que faz a cobertura da barraca, onde se realizam as mais importantes festas e reuniões da comunidade.

A figura 21, a seguir, ilustra a confraternização após a troca das palhas da barraca.



FIGURA 21: Preparativos para a Festa da Barraca Nova na Aldeia de Monguba dos Pitaguary.

FONTE: Barbosa, 2005.

Existe uma necessidade da mudança da cobertura devido à palha não resistir às condições climáticas, precisando ser trocada. Em tempos antigos, era coberta com palha de palmeira, mas, devido ao peso e a altura das árvores, hoje é recoberta com a palha do chamando coco babão ou coco catolé.

Quando a barraca fica pronta, os índios fazem uma festa de inauguração com muita comida, bebida e dançam o Toré.

Todas essas manifestações culturais que relatamos são também fatores responsáveis pela reconstrução da cultura dos índios Pitaguary da Aldeia de Monguba.

É um resgate necessário para que os mesmos se motivem a buscar a sua reterritorialidade, reconhecendo-se como índio e resgatando suas tradições. Essas manifestações culturais reforçam os laços que os envolvem, fortalecendo sua identidade e as ligações com o lugar. Portanto, Oliveira apud Pinheiro (2002), nos diz que:

A problemática do território é central na existência atual dos índios e se reflete não apenas nas suas mobilizações político-reivindicatórias, mas também ocupa uma posição central na definição dos padrões de sua organização social e nas suas manifestações identitárias e culturais. (OLIVEIRA apud PINHEIRO, 2002, p. 61).

Os índios Pitaguary, assim como outras comunidades étnicas do Estado, mantêm baixa incorporação técnica e tecnológica em sua cultura. A não inserção está em seus hábitos culturais, compostos por fortes traços étnicos das três culturas formadoras da população brasileira – a branca, a negra e a índia. A busca de fortalecimento da identidade indígena está em levar, para aldeia, expressões culturais dos seus antepassados e eventos que procurem fortalecer a sua identidade.

## CAPÍTULO VI

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constato que, após os estudos realizados nessa pesquisa, o trabalho desenvolvido em linhas teóricas e práticas remeteu-me à reflexão de três pontos importantes mencionados posteriormente, ao afirmar sobre a existência de uma etnia indígena, localizada na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF): a dos índios Pitaguary da aldeia de Monguba. Portanto, são eles: a questão da terra, a identidade e o ressurgimento cultural.

Irei analisar de uma forma crítica a realidade da etnia Pitaguary da aldeia de Monguba. A primeira questão que posso levantar sobre a aldeia fala de que forma esses indivíduos pretendem viver naquela terra, já que, no meu modo de compreender a relação indígena com a mesma, eles estão atualmente tentando resgatar uma maneira de viver, conforme suas tradições culturais, porém não podem abandonar as benesses da modernidade, sob pena de não conseguirem sobreviver somente da terra.

É importante salientar que a agricultura, na Serra de Monguba, precisa hoje de alguns aparatos modernos, já que a serra é revestida por rochas e cultivar nesse solo, a ponto de retirar dele a sua subsistência, requer orientação de técnicos para uma produtividade significativa.

Percebo claramente que o uso da terra para esses índios está intrinsecamente relacionado à sua sobrevivência, pois essa mesma terra gera entre a comunidade indígena e o povo da região uma relação de comércio, que para algumas famílias é o único meio de sobrevivência.

Esse é um dos motivos pelos quais a terra é importante para os índios da aldeia de Monguba, visto que esse local está também ligado às suas questões culturais e de identidade.

A questão da identidade para os índios Pitaguary está também ligada à demarcação de sua terra, uma vez que essa etnia, perante à sociedade e aos órgãos governamentais e não-governamentais, só é reconhecida a partir da condição de existir em um território, local onde eles estabelecem relações entre si e

com a natureza. Quero afirmar que a identidade, para esses índios, é símbolo de uma resistência construída a partir de suas tradições culturais.

Assim como a terra e a identidade, a questão cultural é outro valor de resistência e de luta. Através de sua ritualidade, de suas festas e de sua espiritualidade, os índios Pitaguary de Monguba fortalecem a sua caminhada para resistir contra as adversidades encontradas, ou seja, partem rumo à sua territorialidade.

Entendendo a lógica da interseção desses três pontos, a terra, a identidade e a cultura, compreendo a caminhada e a luta dessa etnia, para ser reconhecida, e eles, enquanto índios, terem seus direitos garantidos pelos órgãos responsáveis.

A realidade atual na aldeia de Monguba, no que se refere à terra é fruto de um processo de reconhecimento e de resgate; reconhecimento da identidade indígena e conseqüente resgate cultural.

Se a sua identidade, a sua cultura e tradição movem-nos a cada dia, certamente essa luta será vitoriosa. O que não posso precisar, no entanto, por conta da burocracia e do descaso estatal, é quanto tempo ainda levará para que isso aconteça.

No Brasil, as questões indígenas, de um modo geral, sempre foram tratadas com descasos. Os órgãos públicos “responsáveis” por elas, durante muitos anos, foram seus próprios algozes e acabaram fechando os olhos aos grileiros.

Eles foram coniventes com essa situação através da sua omissão, da sua burocracia e pelo lento e doloroso processo de legitimação e demarcação de terras indígenas.

Os índios Pitaguary de Monguba vivem hoje em terras de seus ancestrais, porém a luta é desigual. De um lado tem-se um Estado, que não se empenha de modo efetivo com a questão da reterritorialidade, e do outro, uma aldeia descaracterizada, contudo procurando resgatar pouco a pouco suas tradições.

Encravada na Serra de Monguba, que ainda não desapareceu como tantas outras, por conta do espírito guerreiro indígena, eles não desistiram de lutar com a esperança de uma vitória contra esse Estado omisso, corrupto e burocratizado.

Essa realidade, se é que é percebida pelos órgãos competentes, ou seja, pelos órgãos que deveriam tratar das questões indígenas, parece-me não lhes

sensibilizar, caso contrário, esse problema não persistiria. Na aldeia, existem incentivos mínimos para mantê-los como uma etnia e dar-lhes suporte econômico, para não abandoná-la. Esses incentivos, na sua grande maioria, são resultados da ação de lideranças da própria aldeia junto a organismos não-governamentais.

Os índios Pitaguary de Monguba só não estão abandonados à própria sorte, porque o espírito de luta de seus ancestrais motiva-os a continuarem, mesmo com toda adversidade presente, na busca por seus ideais, tendo a consciência de que o “adversário” é frio, insensível e, em muitos casos, indiferente à sua dura realidade.

Embora enfrentando esse “adversário” declarado, a aldeia Pitaguary de Monguba ainda consegue ser solidária com outras etnias, o que coloca em evidência a sua consciência humanitária, a sua compreensão pelo tamanho do sofrimento por que passam seus semelhantes, no que se refere à questão da terra e da luta pela sua reterritorialidade.

Mesmo com o advento de um governo popular, para os índios Pitaguary, os avanços são ainda mínimos, isto é, são reconhecidos como etnia, no entanto, como verdadeiros donos da terra, ainda não os são.

Nessa lógica, os índios Pitaguary, da aldeia de Monguba, ao longo dos últimos 14 anos, travaram uma luta, como já disse anteriormente, desigual, porém respaldados pela consciência do seu direito ao território onde vivem e onde viveram seus ancestrais.

## BIBLIOGRAFIA

ALEGRE, Maria Sylva Porto. **Fontes inéditas para a história indígena do Ceará.** In: ALEGRE, Maria Sylva Porto; MARIZ, Marlene da Silva; DANTAS, Beatriz Góis (Org.). **Documentos para a história no Nordeste:** Ceará, Rio Grande do Norte e Sergipe. São Paulo: Lis Gráfica e Editora, 1994.

ANUÁRIO DO CEARÁ – 2006. **Município de Pacatuba.** Fortaleza: O Povo S.A. 2006. 665 p.

ARAGÃO, Raimundo Batista. **História do Ceará.** 2. ed. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará – IOCE, 1985. 320 p.

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando:** introdução à filosofia. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Moderna, 1993. 395 p.

ARQUIVO MORTO DE FORTALEZA. **Registro das terras Pitaguary de 1854.** Maranguape: Livro de registro de imóveis da cidade de Maranguape, Livro n° 3, 1854.

ARQUIVO PÚBLICO DO CEARÁ (Org.). **Datas de Sesmarias do Ceará e índices das datas de Sesmarias:** digitalização dos volumes nos anos de 1920 a 1928. V. 03. Fortaleza: Expressa Gráfica / Wave Media, 2006. 2 CD-ROOM.

BENJAMIN, Walter. **O narrador:** observações sobre a obra de Nicolai Lescov. In: **Textos escolhidos.** Os pensadores. São Paulo: Abril cultural, 1983. 344 p.

BRITO, Maria de Fátima Campelo. Relatório de identificação e delimitação da terra indígena Pitaguary. FUNAI/AER-Recife, 2000. 460 p.

CAIPORA. **O símbolo místico.** Disponível em: <[www.vivabrasil.com](http://www.vivabrasil.com)>. Acesso em 05 set. 2007.

CEARÁ MAPAS. **Mapa do Ceará.** Disponível em: <[http://www.ceara.com.br/cepg/mapa\\_ceara.htm](http://www.ceara.com.br/cepg/mapa_ceara.htm)>. Acesso em: 09 jun. 2007.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia.** São Paulo: Ática, 2002. 440 p.

CLAVAL, Paul. **As abordagens da geografia cultural.** In: Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo César da Costa; Corrêa, Roberto Lobato (Org.). **Explorações geográficas.** Rio de Janeiro: Bertran Brasil, 1997. 368 p.

CRUZ FILHO. **História do Ceará:** resumo didactico. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1987.

DANTAS, Beatriz G.; SAMPAIO, José Augusto L.; CARVALHO, Maria Rosário G. de. **Os povos indígenas no Nordeste brasileiro:** um esboço histórico. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos índios no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP, 1992.

DIA DO ÍNDIO. História do dia do índio, comemoração, 19 de abril, criação da data, cultura indígena. Disponível em: <[www.suapesquisa.com](http://www.suapesquisa.com)>. Acesso em: 05 set. 2007.

ELIHIMAS, Marcelo Antônio. Meio ambiente Pitaguary. In: FUNAI. Levantamento fundiário e laudos de vistoria e avaliação com fotos. Fortaleza, 1998. 629 p.

FAHEINA, Rita Célia. Cultura. **O Povo**, Fortaleza, p. 9, 19 abr. 2002.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**: dos índios à geração Cambeba. Fortaleza: Tropical, 1997. 294 p.

FERNANDES, Florestan. **A organização social dos Tupinambá**. São Paulo: Hucitec, 1989. 326 p.

FONTENELE, Babi. et al. Opinião. **O Povo**, Fortaleza, p. 7, 18 abr. 1998.

FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE – FUNASA. **Cadastramento dos povos indígenas no Ceará**. Fortaleza, 2006.

\_\_\_\_\_. Croqui da Aldeia de Monguba. Fortaleza, 2007.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO – FUNAI. Levantamento fundiário e laudos de vistoria e avaliação com fotos. 1998. 629 p.

GIRÃO, Raimundo. **Pequena história do Ceará**. 4. ed. rev. e atual. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará – UFC, 1984. 294 p.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. 400p.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos territórios**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002. 186 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 24. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1992. 158 p.

HOORNAERT, Eduardo. **Catequese e aldeamento**. In: História do Ceará. Souza, Simone de. (Coord.). 4. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995. 416 p.

IMAGENS DO BRASIL. **Chegada dos europeus em terras brasílis**. Disponível em: <[www.cliohistoria.hpg.ig.br](http://www.cliohistoria.hpg.ig.br)>. Acesso em: 24 set. 2007.

IMAGENS DO BRASIL. **Combate entre povos indígenas contra dominação portuguesa**. Disponível em: <[www.cliohistoria.hpg.ig.br](http://www.cliohistoria.hpg.ig.br)>. Acesso em: 24 set. 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo demográfico 2000**. Disponível em <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em: 19 set. 2007.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ – IPECE. **Mapa de localização do Município de Pacatuba no Ceará.** 2007.

JUNIOR, Caio Prado. **História econômica do Brasil.** 21. ed. São Paulo: Editora brasiliense soc. na., 1978. 364 p.

KLUCKHOHN, Clyde; MURRAY, Henry A. **Personalidade:** na natureza, na sociedade e na cultura. Vol. I. Belo Horizonte: Editora Atatiaia. 483 p.

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA. **Município de pacatuba.** Disponível em <[www.googleearth.com](http://www.googleearth.com)>. Acesso em: 09 ago. 2007.

LYRA, Joani Silvana Capiberibe de. Resumo do relatório de identificação e delimitação da terra indígena Pitaguary. In: FUNAI. Levantamento fundiário e laudos de vistoria e avaliação com fotos. Fortaleza, 1998. 629 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e História no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005. 154 p.

OS ÍNDIOS. **O índio hoje.** Disponível em <[www.funai.gov.br/indios/conteudos.htm#hoje](http://www.funai.gov.br/indios/conteudos.htm#hoje)>. Acesso em: 09 set. 2007.

PINHEIRO, Francisco José. **Mundos em confrontos:** povos nativos e europeus na disputa pelo território. In: **Uma nova história do Ceará.** Souza, Simone de. (organização). 2. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002. 448 p.

PINHEIRO, Joceny de Deus. **Arte de contar, exercício de lembrar:** história, memória e narrativa dos índios Pitaguary. 2002. 121 f. Dissertação (Mestrado em sociologia – Programa de pós-graduação em sociologia), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

SAMPAIO, Dorian. **Anuário do Ceará.** Fortaleza: Empresa jornalística O povo e anuário do Ceará publicações L.T.D.A. 1996/1997. 646 p.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual de São Paulo – EDUSP, 2005. 176 p.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 96 p.

\_\_\_\_\_. **Por uma geografia nova ensando:** da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 288 p.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988. 124 p.



SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. **Vilas de índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sobre o diretório Pombalino**. Campinas: Pontes editores, 2005. 208 p.

SOARES, Fátima Maria. **Classificação das paisagens na bacia hidrográfica do Rio Curú/CE**. In: SILVA, José Borzacchiello da; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; ZANELLA, Maria Elisa; MEIRELAS, Antonio Jeovah de Andrade (Org.). **Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro**. Fortaleza: Expressão gráfica, 2006. 446 p.

SOUZA, Marcelo Lopes. **O território: sobre o espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo César da Costa; Corrêa, Roberto Lobato (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353 p.

OLIVEIRA, João Pacheco de. **Uma etnologia dos “índios Misturados”? Situação colonial, Territorialização e fluxos culturais**. Rio de Janeiro: vol. 4, n. 1, abril 1998. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.pnp?pid=s0104-93131998000100003&script=sc\\_artext&tIng=>](http://www.scielo.br/scielo.pnp?pid=s0104-93131998000100003&script=sc_artext&tIng=>). Acesso em: 22 ago. 2007.

RAFFESTIN, J. Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993. 250 p.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. 2. ed. Curitiba: Companhia das letras, 1995. 377 p.

RUSCHMANN, Doris. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente**. 5. ed. São Paulo: Papirus editora, 1997. 199 p.

TIBERGEN, Jan. **Por uma terra habitável**. São Paulo, melhoramentos: Ed. da Universidade de São Paulo, 1977. 208 p.

# **GUIA DE ANEXO**

# ANEXO I

## N.º 20

Registro da data e sesmaria do Tenente Mathias Montei-ro e mais companheiros indios da Aldeia Nova, de uma sorte de terra no riacho Peocá, concedida pelo Capitão Mór Manoel Fran-  
cez, em 20 de Abril de 1722, das paginas 14v. a 15v. do Livro n.º 10 das Sesmarias.

Rezisto de datta e sismaria do Thenente Mathias montr.º e mais companheiros indios da Aldeya nova.

Manoel Frances Capitão Mayor da Capitania do Ciara grande a cujo cargo está o governo della por Sua Magestade que Deos guarde Fasso Saber aos que esta minha carta de datta e Sismaria virem que a mim me Representaram a dizer em sua petiçam por escrito Mathias montr.º, e domingos dias, francisco de Souza e Mathias Tavares, Alvaro da Costa, todos indios, naturais da Aldeya nova, e moradores na mesma aldeya desta Capitania, que elles Suplicantes tem descuberto pellos seus antepassados húa Sorte de terras no Riacho chamado pella Lingoa da Terra piocã ao pé do Serrote que tem o mesmo nome; que confronta com a Serra Sapupara, o que tudo são testadas do defunto gonçallo Pinto em a qual costumão sempre plantar Suas Lavouras, e como de presente lhe hé vindo a noticia delles Suplicantes que alguns moradores desta Capitania os querem espulsar fóra das ditas terras, e como elles Suplicantes Sejam pobres, Se valem do Amparo, e Piedade de vmerce como seu governador por tanto|| Pedem a vmerce Seja Servido conçeder-lhe em nome de sua Magestade que Deos guarde por data e Sisamaria, *meya Legoa de terra de comprado, fazendo piam*, na barra do Rio da Sapupára onde despeja, e faz Barra e o Rio peocã p.ª Sy, e seus asendentes e dessendentes por Serem terras de Rossas, e serem tudo mattos p.ª que asim possam viver mais Suçegados, Sem que ninguem os estorve, nem os Corram da dita parage e ditas terras no que Reçebera merce|| Despacho|| o escrivão das dattas me Informe ao Requerimentos dos Suplicantes fortaleza vinte de abril de mil e Seteçentos e vinte e dous annos|| Rubrica|| Informação|| Senhor Capitam Mayor|| como as terras que os Suplicantes pedem estam de posse dellas lhe deve vmerce defirir como for Servido fortaleza vinte de Abril de mil e Seteçentos e vinte e dous annos|| Simão gonçalves de souza|| Despacho Segundo|| Visto me Representarem estarem de posse e ser a sua Sustentação as terras das testadas que pedem lhas

conçedo p.<sup>a</sup> Sy e seus erdeiros em nome de Sua Magestade que Deos guarde p.<sup>a</sup> fazerem suas Lavouras, não perjudicando a tersseiro, fortaleza vinte de Abril de mil e seteçentos e vinte e dous annos|| Rubrica|| o que visto por mim seu Requerimento feitas as deligencias nessessarias|| Hey por bem de conçeder como pella prezente o fasso em nome de Sua Magestade as terras que o Suplicante pede e confrontam em sua petição|| as quais lhe dou e conçedo digo não perjudicando a terseiro, as quais lhe dou e conçedo pera elles e seus erdeiros asendentes e dessendentes com todas as agoas, Campos, Mattos, testadas, Logradouros, que nellas ouver as quais pagarão dizimo a Deos dos fructos que nellas ouver, e por ellas daram digo guardando em tudo as ordens de Sua Magestade, e por ellas daram Caminhos Livres ao Conçelho para pontes fontes e pedreiras, Pello que ordeno a todos os ofeciais e ministros da Justissa, e fazenda a quem esta minha carta de datta e sismaria deva e haja de pertencer lhe dem posse Real affectiva e actual na forma costumada, e pera firmeza de tudo lhe mandey passar a prezente por mim assignada e Sellada com o Signete de minhas armas que se guardara e cumprira tão pontual e Inteiramente como nella Se contem, Sem duvida, embargo ou contradicam algúa, e se Rezistara nos Livros das dattas da Secretaria deste governo, e nos mais a que tocar, dada nesta fortaleza de nossa Sra. da Sumçam aos vinte dias do mes de Abril de Mil e seteçentos e vinte e dous annos, e eu Simão Gonçalves de souza escrivão das dattas a Rezistey, estava o sello; Manoel Frances.

(assignado)

Simão Gls. de Souza

## N.º 21 .

Registro da data e sesmaria do principal da Aldeia Nova e os mais indios de uma sorte de terras no pé da serra do *Pitatory*, concedida pelo Capitão Mór Manoel Francez, em 20 de abril de 1722, das paginas 15v. a 16 do Livro n.º 10 das Sesmarias.

Rezisto de datta eSismaria do principal da Aldeya nova, e os mais indios.

Manoel Frances Capitão Mayor da Capitania do Ciara grande a cujo cargo está o governo della por Sua Magestade que Deos guarde ett.<sup>a</sup> Fasso Saber aos que esta minha carta de datta e Sismaria

# ANEXO II



parte do Sul pelo lombo do alto que divide as agoas para o sitio do Malungo ou Contendas thé igualar com a serra alta de onde partio o primeiro rumo, pela parte do Norte na ponta de baixo do roçado do mesmo vigario extremando com as terras de que foi rendeira a Viuva Mbariana, em rumo ao sitio de Joaquim José de Andrade, de que para constar fiz este termo aos vinte e tres do mes de Agosto de mil oitocentos e cinquenta e quatro, nesta povoação de Mbaranguape, de que para constar fiz este termo em que me assigno  
O Vigario Pedro Antunes de Alencar Rodovalho

3 - Termo de registro do sitio denominado Pilaguary pertencente aos Indios

Aos quatro dias do mes de Setembro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo nesta Povoação de Mbaranguape, termo da cidade da Fortaleza do Ceará Grande em casa de minha residencia foi presente, digo, se me apresentarao Marcos Sousa Cabaiiba Arco-Verde Camarão com elle os mais Indios, douos exemplares do seo terreno os quaes são da maneira seguinte:

Marcos de Sousa Cabaiiba Arco-Verde Camarão, Francisco de Sousa, Joaquim Manoel da Silva, Lucas Pinto, José Francisco de Moraes, Antonio da Costa, Manoel dos Reis Cavalcante, Theodorico da Silva, Manoel de Sousa, Agostinho de Sousa, Antonio da Silva, José Dias Lopes, Manoel José Antonio, digo Ferreira Bitú, José dos Santos, Bras



Bras Ferreira de Sousa, José Antonio, Antonio da Rocha, Jacintho Lopes de Freitas, Antonio Ferreira, João dos Santos, João de Sousa querem registrar o seu terreno sito no lugar denominado Cabeceiras do Rio Pitaguary, na Freguesia de Maranguape, Provincia do Ceará Grande, o qual extrema, pela parte do Nascente pelo lombo do serrote com o sitio da Mouruguba, pela parte do Poente pelo lombo do serrote que divide as agoas para o rio Santo Antonio, pela parte do Norte extremando com o Senhor Noutor de Alencar Araripe, na estrada que vai para o Sitio da Mouruguba pela parte do Sul com o mesmo Senhor Noutor no meio da ladeira, e por não sabermos ler, e nem escrever pedimos ao Sr. Jucundo Antunes de Alencar Rodovalho, este por nós fizese e assignasse. Maranguape quatro de Setembro de mil oitocentos e cincoenta e quatro.

4. Termo de registro do sitio denominado Carrapateira pertencente a Felix de Souza Nogueira.

Do este dias do mes de Outubro do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo, nesta povoação de Maranguape termo da cidade da Fortaleza do Ceará Grande, em casas de minha residencia foi presente Felix de Souza Nogueira e por elle me forão entregues dois exemplares do mesmo theor com as dimensões do seu referido sitio, e são as seguintes = Felix de Souza Nogueira, quer registrar o seu sitio denominado Carrapateira sito na Freguesia de São



# **ANEXO III**

## MEIO AMBIENTE PITAGUARY

### **INTRODUÇÃO:**

Para a execução dos estudos complementares de natureza ambiental, necessários à delimitação da Terra Indígena Pitaguary, em conformidade com o Decreto 1.775, foi tomado por base o **MANUAL DE ORIENTAÇÃO PARA O LEVANTAMENTO, ANÁLISE E APRESENTAÇÃO DOS DADOS SOBRE MEIO AMBIENTE.**

Sobre este Manual, há de se observar ser um modelo ainda não totalmente testado para todas as realidades, nem consolidado, tendo o **DEID** considerado o item 3 como inadequado, e aberto espaço para sugestões. Neste contexto, utilizou-se uma itemização própria, e enxuta, evitando os pontos que são objeto de estudo mais detalhado no processo de Identificação.

Na impossibilidade de se compor uma equipe específica para esta parte do trabalho, o mesmo ficou à cargo do Eng. Agrônomo Marcelo Antonio Elihimas, que contou com a colaboração dos demais membros do GT.

### **METODOLOGIA:**

Para a realização deste trabalho, utilizou-se o **MANUAL TÉCNICO DA VEGETAÇÃO BRASILEIRA**, publicado pelo IBGE; O volume 01 do **LEVANTAMENTO EXPLORATÓRIO-RECONHECIMENTO DE SOLOS DO ESTADO DO CEARÁ**, da **SUDENE**; O **CADASTRO DAS ESPÉCIES VEGETAIS DE IMPORTÂNCIA ECONÔMICA**, em disquetes, elaborado pelo IBGE; O volume sobre Maracanaú da série **INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS**, Secretaria do Planejamento e Coordenação do Governo do Estado do Ceará; **PRINCIPAIS CULTURAS DO NORDESTE**, de Mário Prata, **ZOOLOGIA GERAL**, de Tracy I. Storer e Robert L. Usinger e **FRUTICULTURA BRASILEIRA**, de Pimentel Gomes.



Utilizou-se cartas do **MINISTÉRIO DO EXÉRCITO**, na escala 1:100.000 e especificamente da área ocupada pela EPACE ( Empresa de Pesquisa Agropecuária do Ceará), contou-se com a **CARTA DE PLANEJAMENTO** e o **MAPA DE SOLO**, gentilmente cedidos pela EPACE.

Para o georeferenciamento dos dados, foi feito uso de um GPS, marca GARMIN, modelo 12, pertencente à ADR/Maceió.

Alguns Pitaguary, notadamente o índio Eduardo, talvez o único que ainda têm na caça o meio de vida, forneceram informações preciosas sobre a fauna e flora das diferentes tipologias detectadas.

## **RELATÓRIO:**

### **1. SITUAÇÃO GEOGRÁFICA:**

A Terra Indígena Pitaguary incide nos municípios de Maracanaú, Maranguape e Pacatuba, sendo que a maior extensão fica contida em Maracanaú, e o maior número de ocupantes em Pacatuba.

Estes municípios são parte da 1º Região Administrativa do Ceará, e ficam na região metropolitana de Fortaleza. É importante frisar que nesta mesma Região Administrativa está Caucaia, dos Tapeba e Aquiraz, dos Jenipapo-Kanindé.

Aproximadamente no centro da Terra pretendida encontra-se a Sede do Centro de Pesquisas do Litoral, pertencente à EPACE - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Ceará. As coordenadas geográficas deste ponto, são S 03°56'06.4" e W 38°38'01.8" ( datum Córrego Alegre). Daí ao centro de Fortaleza são 26 km em linha reta.

Em Maracanaú há um distrito industrial em rápido crescimento, Pacatuba e Maranguape são cidades com vocação



turística. Todas as três abrigam parte da força de trabalho demandada por Fortaleza.

## 2. CLIMA:

A região como um todo possui clima Tropical do tipo semi-árido, com duas estações bem definidas, sendo que nos primeiros 6 meses do ano caem a quase totalidade das chuvas. Em média chove 1.399,9 mm/ano, tendo sido, entretanto, observadas anomalias tais como anos secos, com 520,1 mm e anos mais chuvosos, quando caíram até 1.920,0 mm de chuva. É de notar de a condição de semi-árido da região é devida não ao volume médio de chuvas e sim à má distribuição e à sua irregularidade. A média de temperaturas máximas é de 36 ° e de mínimas é de 28 °.

A paisagem local é marcada pela existência de serras, nas quais pode-se observar microclimas de altitude. É exemplo, no caso específico da Terra Pitaguary a Serra da Aratanha, onde ocorrem alterações na temperatura e na vegetação à medida em que muda-se de cota.

## 3. RELEVO:

A região é serrana, sendo que a Terra Indígena Pitaguary praticamente a metade de sua área em terras baixas, entre as cotas 50 m e 100 m . Parte destas terras apresentam o lençol freático a baixa profundidade. O ponto mais alto, a Pedra do Letreiro, está na cota 778 m, no cume da Serra da Aratanha.

## 4. SOLOS:

Nas áreas baixas, predominam os solos arenosos, bem drenados e de baixa fertilidade. Exceção feita aos solos encontrados nas baixadas alagáveis, onde o solo é arenoso, com a presença de silte, que é de baixa drenagem.



Nos serrotes e nas partes mais baixas das serras, o solo apresenta-se areno- argiloso, com razoável fertilidade química, sendo pobre em matéria orgânica por conseqüência da restrição hídrica que dificulta a atividade biológica. Possuem ainda grande quantidade de rocha ígnea solta.

Nas regiões de serra, onde a umidade é bem maior e os solos estão mais protegidos, estes são mais desenvolvidos e profundos, com textura argilo- arenosa e maior percentagem de matéria- orgânica, Observam-se principalmente rochas de grande porte, fixas.

## 5. VEGETAÇÃO:

Para a determinação das tipologias foi utilizada a **Classificação das Regiões Fitoecológicas**, contida no **MANUAL TÉCNICO DA VEGETAÇÃO BRASILEIRA**, do IBGE.

Basicamente as tipologias encontradas são Savana Estépica Arborizada; Savana Estépica Florestada; Ecótono Savana Estépica Florestada/Floresta Estacional Decidual Montana; Floresta Estacional Decidual Montana, e observa-se, ainda, a ocorrência de Comunidade Aluvial.

Em grande parte das terras planas, a vegetação original era do tipo Savana Estépica Arborizada, que ainda pode ser vista em diversas áreas, se bem que os campos de pesquisa em fruticultura da EPACE foram plantados em áreas primitivamente cobertas com esta vegetação. Quando não devastadas, as áreas ocupadas por esta tipologia são utilizadas como fonte de estacas e para a pecuária extensiva.

A Savana Estépica Arborizada possui grande diversidade vegetal, sendo observado, principalmente, jiquiri (*Piptadenia biuncifera*), mororó (*Bauhinia sp.*), catingueira (*Caesalpinia pyramidalis*), marmeleiro (*Croton sp.*), coco babão (*Syagrus picrophylla*) e sabiá (*Mimosa caesalpiniaefolia*). Encontra-se ainda o tingui (*Tephrosia toxicaria*), responsável pelo envenenamento de reses. O local conhecido como Olho Dágua dos Pratas, ( S 3° 54' 54,5" e W 38° 38' 03,5" ) é representativo. *MB*



Em locais onde o solo pedregoso e mais argiloso levou a existência de pequenas elevações, os serrotes, e na base das serras, a vegetação assume um porte maior, podendo ser classificada como Savana Estépica Florestada. O Serrote da Lapinha ( S 3° 56' 29.9" e W 38° 38'31,7" ) possui este tipo de vegetação, onde encontra-se Pajeú (*Triplaris gardneriana*), aroeira (*Astronium sp.*), burra leiteira (*Sapium sicatricosum*), juazeiro (*Ziziphus joazeiro*), João mole (*Guapira opposita*) e ameixa (*Ximenia sp.*). Encontram-se também representantes da tipologia anterior.

Parte desta vegetação foi substituída por fruteiras, principalmente cajueiros e mangueiras, e parte foi urbanizada.

Nas porções mais frescas da Serra da Aratanha, onde primitivamente imperava o ecótono Savana Estépica Florestada/Floresta Estacional Decidual Montana, que hoje sobrevive parcialmente, convivendo com culturas introduzidas, detectou-se a ocorrência de grande número de *Tabebuia alba* e *Tabebuia avellanedae* (ipê amarelo e roxo, respectivamente) e de uma fruta nativa, conhecida localmente como batipari e que corresponde a descrição do bacupari (*Rheedia gardneriana*). Nas áreas onde a vegetação, nativa e exótica, apresenta-se mais fechada surgem epífitas e lianas, caracterizando o fim do ecótono e a predominância da Floresta Estacional Decidual Montana, que naquela latitude só é esperada em altitudes superiores a 600 m, de forma a ocupar apenas uma área mínima da encosta.

Nas áreas do ecótono e de Floresta Estacional Decidual Montana, além do bacupari e os ipês, há uma grande quantidade de babaçu (*Orbygnia martiana*) e coco-babão (*Syagrus picrophylla*). Observa-se ainda plantas exóticas, como a mangueira, a jaqueira e a bananeira. O ponto de coordenadas S 3° 57' 45.5" e W 38° 38'19,9" oferece uma boa amostra da vegetação do ecótono.

Em uma área restrita da Aldeia Nova ( S 3° 56'11.5" e W 38° 38'50.2" ) e em outros pontos espalhados pela Terra Indígena observa-se a ocorrência de Comunidade Aluvial,



determinadas por depressões alagáveis. Nestes pontos a paisagem é marcada pela carnaubeira ( *Copernicia prunifera* ). Ocorre, ainda, fedegoso ( *Heliotropium indicum* ). Nas áreas onde o alagamento é mais persistente, ocorrem ciperáceas. Nas mais secas, observa-se o sabiá ( *Mimosa caesalpiniaefolia* )

A carnaubeira é cortada para o uso em construções rústicas e para servir como poste para eletrificação, e o sabiá fornece estacas de primeira qualidade, e além disto estas terra são mais úmidas. A união destes três fatores leva a uma maior devastação destas áreas.

## 6. FAUNA:

Em função da antigüidade da colonização e do intenso povoamento, em toda a região a fauna é bastante escassa, sendo que os mamíferos mais comumente encontrados são cassaco, ( *Didelphis marsupialis* ), punaré ( *Cercomys cunicularius* ), tatú-peba ( *Euphractus sexcinctus* e raposa ( *Cerdocyon thous* ). Encontra-se, mais raramente, veado catingueiro ( *Mazama simplicicornis* ) tamanduá ( *Tamandua tetradactyla* ), tatu verdadeiro ( *Dasypus novencinctus* ), mocó ( *Kerodon rupestris* ) e gatos do mato de pequeno porte ( *Felis sp.* ).

As aves de mais importância são as rolinhas ( *Columbina sp.* ), a juriti ( *Geotrygon violacea* ), a codorna ( *Nothura boraquira* ), a codorniz ( *Nothura maculosa* ), conhecida na região como perdiz, (nome mais comumente utilizado para designar a *Rynchotus rufescens* ), o jacú ( *Penelope sp.* ) e o nambú ou inhambú ( *Tinamus sp.* ).

Entre os répteis, os de maior importância para os índios são o teju ( *Tupinambis teguixin* ), o camaleão ( *Iguana iguana* ) e a jibóia ( *Boa constrictor* ), já que contribuem, mesmo que ocasionalmente, para a alimentação de alguns índios. Dentre os répteis venenosos destaca-se a cascavel ( *Crotalus sp.* ) nas áreas



estépicas, e as dos gênero *Brothops* ( jararaca, jaracuçu) e *Lachesi* ( surucucu) nas áreas com vegetação mais densa.

A caça, pelos índios, é feita utilizando-se espingardas (ante-carga e cartucheira ) e através de "quixó", armadilha que consiste em uma pedra plana e pesada, da qual uma das lados é mantido suspenso por uma haste, e sob a extremidade inferior da referida haste é colocada uma outra, que serve como gatinho, provocando a queda da pedra quando tocada pelo animal ( tejú, cassaco, tatu) atraído pela isca ( frutas ).

O número de caçadores já foi maior, segundo afirma o índio Antonio Andrade, que fabrica e conserta espingardas.

Pelas características locais, a ictiofauna é praticamente inexistente, sendo encontradas principalmente traíras ( *Hoplias sp.*) e tilápias ( *Oreochromis sp.*), no açude de Santo Antonio do Pitaguary.

## 7. AÇÃO ANTRÓPICA:

Por ser uma região semi-árida, é nas serras, onde conta-se com clima e solos mais favoráveis para culturas permanentes. Possivelmente a primeira ação humana no sentido de alterar o ambiente local foi de iniciativa do então governador José Antônio de Castro Viana, detentor da sesmaria que abrangia a Serra da Aratanha. Próximo à sua morte, dada em 1.802, este senhor iniciou o plantio de um sítio de café no alto da Serra da Aratanha. Já por volta de 1.850, o Ceará exportava café, quase todo produzido nas Serras da Aratanha e Maranguape, de onde deduz-se que a paisagem natural já estava totalmente modificada, com a introdução do cafeeiro, e com a seleção e até plantio de árvores que possuíssem copa apropriada para o sombreamento desta rubiácea. Este técnica explica, por certo, a grande ocorrência de ipês acima da cota 400, na serra.

A política de governo no sentido de eliminar os cafezais pouco produtivos e também a erosão levaram ao fim deste ciclo econômico. Parte da área liberada foi plantada com citros em





rubrica *Aratã*

escala comercial, sendo que posteriormente estes laranjais também tornaram-se antieconômicos.

Atualmente a Serra da Aratã é explorada economicamente na produção de banana, com o plantio em pequenas áreas distribuídas em função das condições de solo. A estas pequenas glebas dar-se, localmente, o nome de capoeiras. Observa-se ainda um grande número de pomares, com cajueiros, mangueiras, jaqueiras e citros. São testemunhos dos antigos ciclos econômicos, quando o povoamento local foi bem mais denso.

Nota-se que nos dias atuais a exploração agrícola não pode ser mais vista como um fator importante de agressão na Serra da Aratã, já que a atividade está limitada a pequenas áreas e à cultura da bananeira, que protege razoavelmente os solos e permite a sobrevivência da fauna. Hoje a preocupação maior deve ser com a exploração de pedreiras nas encostas, que vêm alterando de forma profunda a paisagem local. Nas vizinhanças da área reivindicada existem 3 pedreiras, bem como possibilidade da instalação de outras.

Grande parte dos terrenos planos são ocupados por campos de pesquisa da EPACE, com fruteiras, principalmente mangueiras, cajueiros, coqueiros, ateiras, gravioleiras, aceroleiras, etc. Esta instituição de pesquisas cultiva ainda forrageiras de corte.

Nota-se que parte da caatinga original foi desmatada propiciando o aparecimento de um estrato de menor porte, mais favorável ao pastejo. Praticamente não existem pastagens artificiais.

Por está próxima a um grande centro urbano a influência do homem é bastante evidente na urbanização. Existem centenas de prédios, ( residências, escritórios, escolas, laboratórios, etc.), alguns quilômetros de calçamento e um açude público com bares na orla, que atrai milhares de pessoas nos fins de semana e feriado, o que vêm causando grandes transtornos para a Comunidade Indígena, tanto no que diz respeito ao contato direto com o não índio, quanto na questão ambiental, já que os bares despejam esgotos no açude de Santo Antonio do Pitaguary, e os





visitantes espalham lixo por toda a região. Em análise feita no Laboratório Central de Saúde Pública da Secretaria de Saúde do Ceará, a água deste reservatório apresentou contagem de coliformes fecais superior a 200 em 100 ml, enquanto que o valor de referência é 0 para este volume. Praticamente toda semana são observadas mortes por afogamento no local.

Contribui para a péssima qualidade da água uma pocilga instalada por um dos ocupantes não índios às margens do manancial.

Observa-se na Terra Pitaguary 02 grandes concentrações humanas, a Monguba, que acompanha a linha férrea e a favela, que margeia a estrada de acesso a Maracanaú. Nos dois casos a incidência na Terra Indígena é parcial, sendo, entretanto, que mesmo os moradores que ocupam áreas que ficaram fora do perímetro estudado, pela proximidade, contribuem de forma importante para a poluição, através do lixo doméstico e águas servidas.

Estas duas populações e mais os moradores de outras áreas periféricas, como é o caso dos arrabaldes de Maracanaú, também são agentes de degradação, à medida em que retiram madeira, coletam frutas e por vezes caçam no território Pitaguary.

## 8. UTILIZAÇÃO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS:

Como após a desintrusão os Pitaguary vão estar de posse de bastante terra plana e desmatada para a agricultura tradicional, o que adicionado a uma área respeitável cultivada com fruteiras tornará desnecessária a abertura de novas frentes para plantio, haverá facilidades para a proteção do ecossistema da serra, onde convivem em delicado equilíbrio elementos de fauna e flora do meio primitivo, indivíduos exóticos remanescentes dos ciclos de exploração passados e a cultura da bananeira.

Apesar de o turismo ecológico ser pouco difundido no nordeste, já é possível encontrar-se em Pacatuba e Maranguape





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO  
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MACEIÓ

Proc. nº 2012/0000000-0  
Fls. 359  
Inscrição 123456789

grupos de pessoas que percorrem as trilhas das serras em busca de um contato mais íntimo com a natureza.

A Serra da Aratanha possui muitas trilhas, sítios antigos e paisagens deslumbrantes. Em não havendo impedimentos de ordem legal, a exploração deste tipo de turismo pelos índios seria uma forma de garantir a preservação ambiental, ao mesmo tempo em que direcionaria para uma atividade mais salutar alguns índios que hoje sobrevivem com a venda de bebidas para os banhistas do açude de Santo Antonio do Pitaguary. Na região, o "turista ecológico" paga R\$ 15,00 por pessoa para participar de uma excursão com guia, além de se dispor a pagar um pouco mais pela alimentação que o turista comum, desde que esta seja o mais natural possível.

Como alguns Pitaguary ainda são procurados por moradores da região e até de Fortaleza, em função do cabedal de conhecimentos sobre plantas medicinais que possuem (também neste caso o índio Eduardo domina bem, principalmente no tocante à flora da serra) e como existe já na EPACE alguns canteiros com ervas medicinais, nativas e exóticas, é possível para o índio vender plantas medicinais e seus derivados. Basicamente a farmácia natural do Pitaguary não difere da dos outros grupos do Nordeste, com o uso da aroeira, pinhão, jatobá, batata de purga, cabacinha, e outros.

O açude de Santo Antonio do Pitaguary deverá ser vetado para a frequência de não índios, como uma forma de se reduzir a carga de contaminantes e de minimizar o consumo de álcool. Nesta condição, apesar de ser um espelho d'água artificial, o açude poderá assumir uma importância maior como abrigo para a avifauna aquática e como fonte de proteína animal para o índio.

Ocasionalmente grupos de pessoas utilizam as trilhas como pista de "motocross", e isto deve ser evitado pois as motocicletas destroem os degraus existentes nas subidas mais íngremes, dificultando a caminhada e aumentando o risco de erosão. Também afugentam a fauna.

## 9. CONSIDERAÇÕES FINAIS.





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO  
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE MACEIÓ

Proc. nº 20.71.198

Fls. 360

Assinatura

Foram muitos os fatores negativos que, interagindo entre si e com as condições desfavoráveis de clima e solo, moldaram o meio Pitaguary da forma hoje encontrado.

O nível de danos não foi maior pela pouca opção de uso das áreas serranas, de maneira que ainda existe um boa cobertura vegetal, mesmo à despeito da proximidade de uma grande cidade.

Da celeridade com que ocorram as fases posteriores da regularização da Terra Indígena Pitaguary dependerá o nível de danos provocados por pedreiras, já que existe a intenção de abertura de novas minerações e da ampliação das atuais, podendo estas atingirem a área à ser demarcada. Estes danos são irreversíveis.

A EPACE foi extinta durante o período em que o levantamento de campo estava sendo realizado, não se sabendo, ao certo, atualmente o destino que será dado para as terras ocupadas por ela em Santo Antonio do Pitaguary, sendo certo que o processo de degradação ambiental será acelerado na hipótese da transferência das mesmas para a iniciativa privada, como já se ventila.

Maceió, janeiro de 1.998.

  
**Marcelo Antonio Elihimas**

# ANEXO IV





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO- FUNAI  
Administração Executiva Regional de Recife / AER-RECIFE

## VII – CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO

A reconquista da terra é um aspecto de importância para os **Pitaguary**, assim como é para outros índios.

As referências quanto ao território de um povo, sob uma forma social e individual é apresentado por Mesquita, definido na sua forma social, *como a área de uma prática social, de um comportamento social, de uma categoria social, especificadas, científicas.*

*No interior deste território os indivíduos, os grupos se sentem entre eles em afinidade, em segurança, em propriedade. E segundo M. Chesmais, um território é um espaço socialmente, selecionado para a vida e sobrevivência de um sistema (in Mesquita). E sob a forma individual o território é interpretado como habitat, a casa, os objetos.*

Através dos estudos de Mesquita, Território é o que é próximo, é o que nos liga ao mundo, proximidade tal como existe no espaço concreto. E, territorialidade é a projeção de nossa identidade sobre o território.

Para os **Pitaguary**, a idéia de territorialidade confere com a realidade de sua identidade sobre o seu território.

*Ai a gente está assumindo nossa identidade como índio, primeiro porque essa campanha não começou só por aqui, a campanha vem de outros índios que já vem lutando pelas suas próprias terras, e a gente viu que a Constituição Federal deu esse direito do índio de falar e reclamar pelos seus direitos, de lutar pelos seus direitos. Por isso, todos nós, indígenas tivemos. Graças a Deus, esse apoio e estamos lutando até hoje pela demarcação de nossas terras. Quer dizer, não fomos nós que tomamos a iniciativa nesse sentido, porque quando nós não tínhamos apoio nenhum, nós não podíamos gritar. Nós só podíamos falar daquilo que era nosso, depois que nós vimos que todos os índios também estavam lutando pelos seus direitos. Ai, foi a partir daí que nós viemos lutar pela nossa terra, e muitos deles disseram que não eram índios (...). (Cacique Daniel, 46 anos).*

*Fatima Brito*





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO- FUNAI  
Administração Executiva Regional de Recife / AER-RECIFE

A trilha percorrida pelos **Pitaguary** junto ao órgão de assistência oficial dos índios - a FUNAI, quanto ao direito de sua terra, deu-se em 1993, quando um servidor da FUNAI, O Sr. Francisco Magalhães (Chefe de Posto em Caucaia-CE), esteve em sua aldeia.

Em 1996 foi a primeira viagem à Brasília, mas só em março de 1997 eles foram recebidos em audiência pelo Presidente da FUNAI. Reivindicaram seu reconhecimento étnico e o de sua terra.

Ter seu território de volta é o ponto de maior importância para esses índios. E na "luta" por este direito", eles recebem apoio, vindo de um professor de Maracanaú - Carlos Alencar, da Arquidiocese de Fortaleza, e demais autoridades de incentivo às minorias, as Universidades de Fortaleza, outros órgãos e demais grupos indígena do Nordeste.

De acordo com a tradição oral, o território indígena hoje, apresenta-se com espaços individuais pertencentes aos "troncos velhos" e a união destes espaços formam a proposta da Terra Indígena Pitaguary aqui apresentada. Convém lembrar que oficialmente se originou de uma légua de sesmaria doada pelo Rei de Portugal em 1665..(antes mesmo de existir Maracanaú ou Pacatuba). Esta légua, segundo alguns estudiosos teriam 6.600 metros (de cada lado). E, conforme consta no item referente a História Documental, a construção da estrada de ferro, em 1875, **"a qual atravessava toda a área indígena, saindo da Serra do Pitaguary em direção à Fortaleza"**, contribuiu para perda de parte das terras dos **Pitaguary**. No nosso entendimento, se a ferrovia **atravessava a terra dos índios**, então havia terra dos dois lados.

A proposta hoje apresentada, pretende resgatar apenas parte deste direito originário (a sesmaria recebida pelo Rei), mesmo porque em outros momentos, aconteceram a solicitação dos índios pelo registro oficial da mesma como já foi demonstrado em outro tópico do relatório.

*conf. site*





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO- FUNAI  
Administração Executiva Regional de Recife / AER-RECIFE

Durante as reuniões sobre o espaço referente a terra a ser proposta, muitos foram os depoimentos sobre seus limites.

*Começa no trilho, aí passa na pedra do letreiro lá em riba, tudo dos índios (...) vai até muito longe.*

*(...) A pedra do letreiro está lá, encantada, que não tem quem desencante (...) ela é do começo do mundo. Aparece um galo cantando. (Pedro Marcolino de Souza, 76 anos);*

*(...)Essa terra aqui é da Sapucaia até Pacatuba, tudo é dos índios. (Eduardo da Silva, 58 anos).*

Ao apresentarem os limites da proposta, os informantes responsáveis pela indicação dos limites (os índios Pedro Marcolino de Souza, 76 anos; Manuel Pereira Lima da Silva, 56 anos; Eduardo da Silva, 58 anos; Francisco Daniel de Araújo da Silva, 46 anos - Cacique; Alcides Vicente da Silva, 62 anos e José Adriano, 65 anos), foram de grande colaboração para os trabalhos, demonstrando total segurança nos caminhos percorridos. O percurso percorrido e a Proposta apresentada de acordo com os pontos e as localidades como as identificamos para Identificação e Delimitação é a seguinte: 01- Cerca do açude Novo; 02 - Olho d'água dos Pratas; 03 - Estrada Maranguape/Munguba; 04 - Aécio de Borba; 05 - Canto de cerca Aécio de Borba/EPACE; 06 - Favela/EPACE; 07 - Horto; 08 - Estrada para EPACE; 09 - Canto de cerca/Rua do fogo; 10 - Cerca/Rua do fogo; 11 - Morro da Munguba; 12 - Estrada de Ferro; 13 - Ponto na estrada de ferro, sobre o riacho Alegrete; 14 - Pedra do Riacho Alegrete; 15 - Boqueirão; 16 - Pedra do Letreiro na Serra da Aratanha; 17 - Linha do divisor de município na Serra da Aratanha; 18 - Extrema com Ypioca (Serra da Aratanha); 19 - Pedra do Vento; 20 - Dona Mercês; 21 - Riacho Retiro; 22 - Estrada; 23 - Estrada; 24 - Aldeia Nova; e 25 - Cerca do açude Novo.

A área compreende aproximadamente 1.735 ha, nela está incluída uma gleba de 107 ha, já de domínio indígena. Uma conquista dos índios através desta luta, junto a Associação Indígena.

*07/12/81*





MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI  
Administração Executiva Regional de Recife / AER-RECIFE

Quando foi apresentado o Croqui do percurso percorrido, demonstrando a proposta da Terra, na reunião final dos trabalhos de campo, houve concordância em unanimidade, mesmo quando o Cacique e demais informantes noticiou algumas localidades que tinham sido excluídas da proposta, na intenção de eliminar alguns obstáculos ou conflitos que pudessem vir a acontecer. É de conhecimento antropológico, que só aos índios compete incluir ou excluir os posseiros de suas terras, responsabilizando-os quanto à cobrança futura dos próprios componentes da comunidade indígena.

Quando perguntamos ao Cacique o motivo da exclusão de determinados posseiros, a resposta do Cacique sobre a opção dessa retirada foi clara e teve o apoio de todos.

*Estamos vendo aí a complicação das outras áreas com tanto posseiro dentro, a dificuldade de Demarcação e a demora que está havendo para a Demarcação. É exatamente por causa disso. Se é uma terra que é suficiente para os índios viver dessa terra, a gente tirando esses posseiros de dentro, sabendo que não vai complicar. (...) Não estamos botando esses posseiros para evitar problemas com a demora da Demarcação, o sentido é esse (...) Nós estamos precisando da Demarcação da Terra e não da demora na Demarcação, esperando anos e anos. Eu sei que é caso que resolve, se a gente botasse os posseiros dentro, mas leva mais tempo. (...) Se a gente sabe que pode facilitar, porque vamos procurar (...) mais complicação (...) Se existe complicação de advogado, mais tempo. (...) O tempo vai se passando, se passando e a gente não vai saber ou ter uma idéia de quando a terra vai ser Demarcada. (...) Essa terra dá para os índios viverem. Então dá para a gente evitar esses problemas para tornar melhor para nós a questão da terra? (...) Então é esse o problema, não é problema de medo, (...) é a Demarcação que pode demorar por causa de 1 ou 2 fazendeiros poderosos aqui dentro, só isso.*

Enfatizamos que a reivindicação dos **Pitaguary** quanto à terra indígena proposta garante aspectos fundamentais para a sua sobrevivência étnica. Como por exemplo, a mangueira, a Serra do Pitaguary, o açude, o buraco de Santo Antônio, os cemitérios antigos, entre outros.

*Confite*



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO- FUNAI  
Administração Executiva Regional de Recife / AER-RECIFE

Alertam para os demais companheiros que a opção da comunidade é de que esta proposta venha a ser aprovada, demarcada, homologada e desintrusada com a maior brevidade possível. Evitando o grande sofrimento que continuam passando os seus irmãos Tapeba, quanto à luta de suas terras.

Foram identificados pela equipe de levantamento fundiário um total de 118 posseiros. De uma maneira geral é difícil afirmar que a proposta apresentada exclui conflitos entre índios e não índios. Estes conflitos estão presentes entre os índios e os não índios da beira do açude, entre os banhistas de feriados e finais de semana. Foi nos informado que o espaço ocupado pela EPACE está nas mãos da Polícia Militar, contribuindo para a existência de mais conflitos.

Concluimos portanto, que a continuação desse Processo Administrativo até a desintrusão dos posseiros e a regularização Fundiária é viável e de direitos garantidos há muito tempo, devendo acontecer com rapidez, evitando que novos conflitos prejudique mais uma vez o direito desse Povo Indígena denominado **Pitaguary**.

Recife, 05 de maio de 2000

*Maria de Fatima Campelo Brito*  
Maria de Fatima Campelo Brito  
Antropóloga – Coordenadora do GT





Fundação Nacional do Índio  
 MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS-DAF  
 DEPARTAMENTO DE DEMARCAÇÃO-DED

**MEMORIAL DESCRITIVO DE DELIMITAÇÃO**

DENOMINAÇÃO  
**TERRA INDÍGENA PITAGUARY**

ALDEIA INTEGRANTE  
**ALDEIA NOVA**

GRUPO INDÍGENA  
**PITAGUARY**

**LOCALIZAÇÃO**

MUNICÍPIOS : MARACANAÚ E PACATUBA

ESTADO: CEARÁ

Administração Executiva Regional da FUNAI de JOÃO PESSOA

**COORDENADAS DOS EXTREMOS**

EXTREMOS	LATITUDE		LONGITUDE
NORTE	03° 54' 20"S	e	38° 37' 30" WGr
LESTE	03° 56' 25"S	e	38° 36' 37" WGr
SUL	03° 58' 22"S	e	38° 38' 27" WGr
OESTE	03° 55' 59"S	e	38° 39' 20" WGr

**BASE CARTOGRÁFICA**

NOMENCLATURA	ESCALA	ÓRGÃO	ANO
SA.24-Z-C-IV-4-D e SA.24-Z-C-IV-4-H	1:20.000	INCRA/GEOFOTO	1976

**DIMENSÕES**

**SUPERFÍCIE:** 1.735 ha (um mil, setecentos e trinta e cinco hectares) aproximadamente.  
**PERÍMETRO:** 21 km (vinte e um quilômetros) aproximadamente.

*Tuk*  
*Roberto*  
*Rff*





Fundação Nacional do Índio  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Proc. 2671/78  
Fls. 598  
Rubrica: *[assinatura]*

Continuação do memorial descritivo da Terra Indígena Pitaguary

## DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

- NORTE** : Partindo do **Ponto 01** de coordenadas geográficas aproximadas  $03^{\circ} 54' 53''$  S e  $38^{\circ} 38' 03''$  WGr., localizado no canto de uma cerca de arame farpado, próximo ao Açude Novo, segue por esta cerca até o **Ponto 02** de coordenadas geográficas aproximadas  $03^{\circ} 54' 55''$  S e  $38^{\circ} 37' 59''$  WGr., localizado no bordo direito da estrada vicinal que segue para o povoado Monguba; daí, segue por este bordo até o **Ponto 03** de coordenadas geográficas aproximadas  $03^{\circ} 54' 57''$  S e  $38^{\circ} 37' 50''$  WGr., daí, atravessando esta estrada, segue por uma cerca de arame farpado até o **Ponto 04** de coordenadas geográficas aproximadas  $03^{\circ} 54' 51''$  S e  $38^{\circ} 37' 50''$  WGr., localizado no canto desta cerca, junto ao estábulo da propriedade do Sr. Lécio de Borba; daí, segue pela mesma cerca até o **Ponto 05** de coordenadas geográficas aproximadas  $03^{\circ} 54' 53''$  S e  $38^{\circ} 37' 43''$  WGr., localizado no canto da cerca de arame farpado da EPACE; daí, segue por esta cerca até o **Ponto 06** de coordenadas geográficas aproximadas  $03^{\circ} 54' 20''$  S e  $38^{\circ} 37' 30''$  WGr., localizado em outro canto da mesma cerca; daí, segue por esta cerca até o **Ponto 07** de coordenadas geográficas aproximadas  $03^{\circ} 54' 24''$  S e  $38^{\circ} 37' 18''$  WGr., localizado no bordo direito da estrada que liga a cidade de Maracanaú ao povoado de Santo Antônio do Pitaguary; daí, segue por este bordo até o **Ponto 08** de coordenadas geográficas aproximadas  $03^{\circ} 55' 48''$  S e  $38^{\circ} 37' 39''$  WGr.; daí, atravessando esta estrada, segue por uma linha seca até o **Ponto 09** de coordenadas geográficas aproximadas  $03^{\circ} 55' 52''$  S e  $38^{\circ} 37' 36''$  WGr., localizado junto a uma cerca de arame farpado; daí, segue por esta cerca até o **Ponto 10** de coordenadas geográficas aproximadas  $03^{\circ} 55' 54''$  S e  $38^{\circ} 37' 37''$  WGr., localizado no canto desta cerca, na rua do Fogo; daí, segue por uma linha seca até o **Ponto 11** de coordenadas geográficas aproximadas  $03^{\circ} 56' 25''$  S e  $38^{\circ} 37' 05''$  WGr., localizado no alto do Serrote da Monguba, na linha divisória dos municípios de Maracanaú e Pacatuba; daí, segue por uma linha seca até o **Ponto 12** de coordenadas geográficas aproximadas  $03^{\circ} 56' 25''$  S e  $38^{\circ} 36' 37''$  WGr.; localizado no bordo direito de uma estrada de ferro.
- LESTE** : Do ponto antes descrito, segue pelo bordo direito desta estrada de ferro até o **Ponto 13** de coordenadas geográficas aproximadas  $03^{\circ} 56' 57''$  S e  $38^{\circ} 36' 43''$  WGr., localizado no pontilhão sobre o Riacho Alegrete; daí, segue por uma linha seca até o **Ponto 14** de coordenadas geográficas aproximadas  $03^{\circ} 56' 59''$  S e  $38^{\circ} 36' 53''$  WGr., localizado na margem esquerda do Riacho Alegrete; daí, segue por uma linha seca até o **Ponto 15** de coordenadas geográficas aproximadas  $03^{\circ} 57' 27''$  S e  $38^{\circ} 37' 18''$  WGr., localizado no sopé da Serra da Aratanha; daí, segue por uma linha seca até o **Ponto 16** de coordenadas geográficas aproximadas  $03^{\circ} 57' 54''$  S e  $38^{\circ} 37' 53''$  WGr., localizado sobre a pedra do Letreiro, no alto da Serra da Aratanha, na linha divisória dos municípios de Pacatuba e Maracanaú; daí, segue por uma linha seca até o **Ponto 17** de coordenadas geográficas aproximadas  $03^{\circ} 58' 22''$  S e  $38^{\circ} 38' 27''$  WGr., localizado no alto desta serra.
- SUL** : Do ponto antes descrito, segue por uma linha seca até o **Ponto 18** de coordenadas geográficas aproximadas  $03^{\circ} 58' 07''$  S e  $38^{\circ} 38' 35''$  WGr., localizado no alto da Serra da Aratanha, na divisa com a Fazenda Ypioca.





Fundação Nacional do Índio  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Fls. 599  
Rubrica: *[assinatura]*

Continuação do memorial descritivo da Terra Indígena Pitaguary

**OESTE** : Do ponto antes descrito, segue por uma linha seca até o **Ponto 19** de coordenadas geográficas aproximadas  $03^{\circ} 57' 07''$  S e  $38^{\circ} 38' 36''$  WGr., localizado sobre a pedra do Vento, na encosta da Serra da Aratanha; daí, segue por uma linha seca até o **Ponto 20** de coordenadas geográficas aproximadas  $03^{\circ} 56' 56''$  S e  $38^{\circ} 38' 58''$  WGr., localizado no sopé desta serra; daí, segue por uma linha seca até o **Ponto 21** de coordenadas geográficas aproximadas  $03^{\circ} 56' 42''$  S e  $38^{\circ} 38' 52''$  WGr., localizado na margem esquerda do Riacho Retiro; daí, segue por uma cerca de arame farpado até o **Ponto 22** de coordenadas geográficas aproximadas  $03^{\circ} 56' 40''$  S e  $38^{\circ} 39' 01''$  WGr., localizado no bordo esquerdo da estrada vicinal que segue para o Sítio Retiro; daí, atravessando esta estrada, segue por outra cerca de arame farpado até o **Ponto 23** de coordenadas geográficas aproximadas  $03^{\circ} 55' 59''$  S e  $38^{\circ} 39' 20''$  WGr., localizado no bordo direito da estrada vicinal que segue para o povoado de Santo Antônio do Pitaguary; daí, segue por este bordo até o **Ponto 24** de coordenadas geográficas aproximadas  $03^{\circ} 56' 04''$  S e  $38^{\circ} 39' 06''$  WGr.; daí, atravessando esta estrada, segue por outra cerca de arame farpado até o **Ponto 25** de coordenadas geográficas aproximadas  $03^{\circ} 55' 11''$  S e  $38^{\circ} 38' 34''$  WGr.; daí, segue por esta cerca, atravessando o Açude Novo, até o **Ponto 01**, início da descrição deste perímetro.

**OBS:** Base cartográfica utilizada na elaboração deste memorial descritivo: SA.24 - Z - C - IV - 4 - D e SA.24 - Z - C - IV - 4 - H - ESC. 1: 20.000 - INCRA/GEOFOTO - 1976

Brasília, 27/07/99

Responsável Técnico  
Definição dos Limites

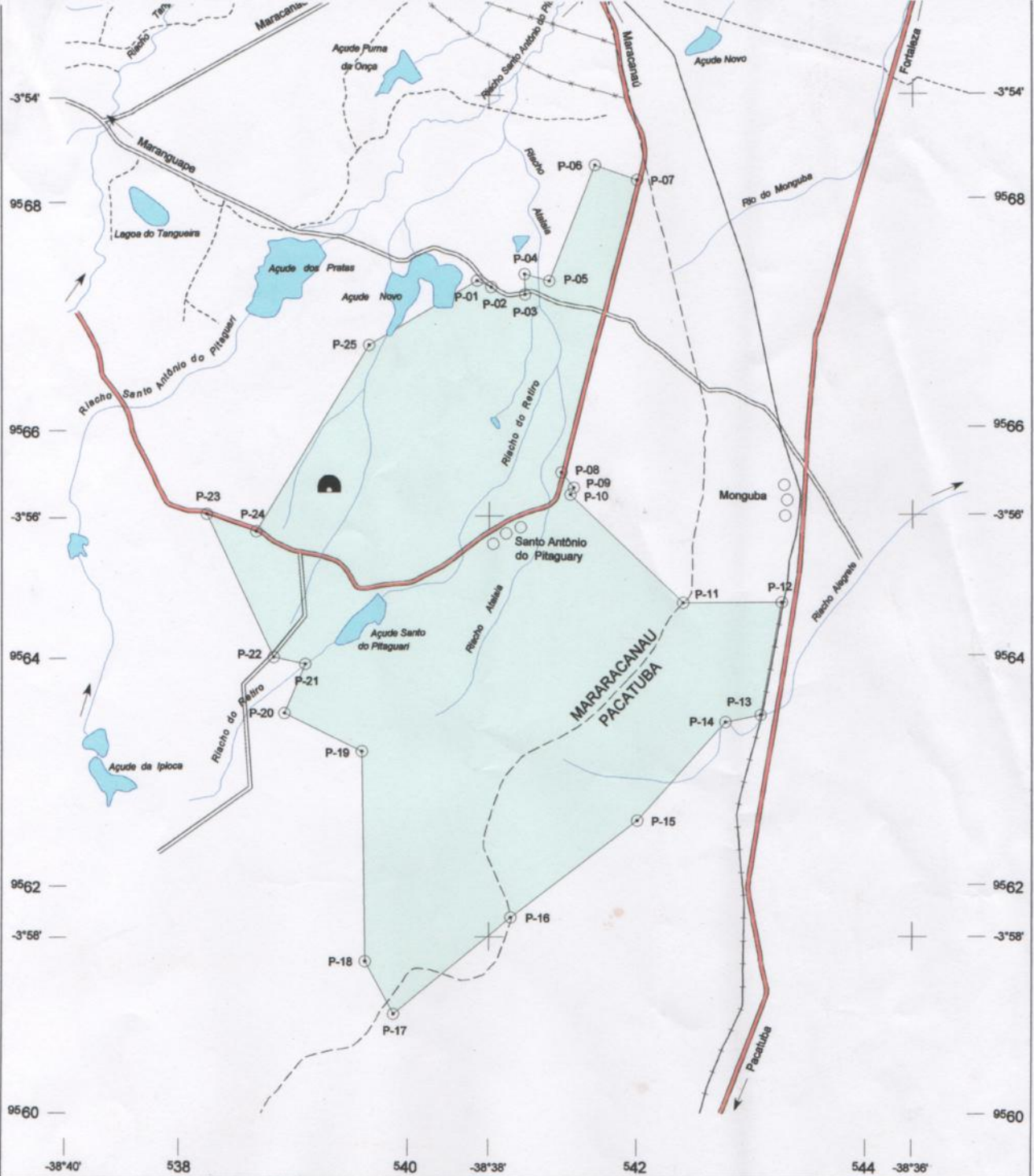
*[assinatura]*  
**Maria de Fátima Campelo Brito**  
Antropóloga AER - Recife  
Coordenadora do GT

Responsável Técnico  
Identificação dos Limites

*[assinatura]*  
**Renato Eduardo Pereira D'Alencar**  
Eng. Agrimensor DED/DAF  
CREA- DF 4.210/D

Visto  
Chefe do DED

*[assinatura]*  
**Manoel Francisco Colombo**  
Eng.º Agrimensor  
CREA-SP 64.889/D



**SINAIS CONVENCIONAIS**

- TERRA INDÍGENA DEMARCADA
- POSTO INDÍGENA. POVOADO
- ALDEIA INDÍGENA. MALOCA INDÍGENA
- MARCO DE DIVISA. PONTO DE SATÉLITE
- PONTO DIGITALIZADO. DIREÇÃO DE CORRENTE
- PLACA INDICATIVA. CERCA DE ARAME
- RODOVIA DE REVESTIMENTO SÓLIDO
- RODOVIA TRANSITÁVEL O ANO TODO
- RODOVIA TRANSITÁVEL EM TEMPO BOM. CAMINHO
- RIO PERMANENTE. RIO INTERMITENTE
- LAGO OU LAGOA. TERRENO SUJEITO A INUNDAÇÃO
- LIMITE ESTADUAL. LIMITE MUNICIPAL



**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**  
**FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI**  
 DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF

DENOMINAÇÃO: <b>TERRA INDÍGENA PITAGUARY</b>		PLANTA: <b>DELIMITAÇÃO</b>	
MUNICÍPIO: <b>MARACANAÚ e PACATUBA</b>		SUPERFÍCIE: 1.735 ha	PERÍMETRO: 21 km
ESTADO: <b>CEARÁ</b>		ESCALA: 1:50.000	DATA: 27/07/99
AER: <b>JOÃO PESSOA</b>		PROCESSO: 2671/98	BASE CARTOGRÁFICA: MI-0684.4
RESP. T.ÉC. DEFINIÇÃO LIMITES: <b>MARIA DE FÁTIMA C. BRITO</b> ANTROPOLOGA - AER/RECIFE		RESP. T.ÉC. IDENTIFICAÇÃO LIMITES: VISTO CHEFE DO DED: <b>RENATO EDUARDO P. D'ALENCAR</b> ENGENHEIRO AGRIMENSOR CREA n° 4.219/D-DF	
		PORTARIA N°: <b>1093/PRES/97</b>	

# ANEXO V





**PORTARIA Nº 2.366, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2006**

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no Decreto no 1.775, de 8 de janeiro de 1996, e diante da proposta apresentada pela Fundação Nacional do Índio - FUNAI, objetivando a definição de limites da Terra Indígena PITAGUARY, constante do processo no 08620.002671/98/1998 e seus apensos nos 08620.002236/2000, 08620.002307/2000, 08620.002493/2000, 08620.002494/2000 e 08620.002495/2000: CONSIDERANDO que a Terra Indígena localizada nos municípios de Maracanaú e Pacatuba, Estado do Ceará, ficou identificada nos termos do § 1º do art. 231 da Constituição Federal e inciso I do art. 17 da Lei no 6.001, de 19 de dezembro de 1973, como sendo tradicionalmente ocupada pelo grupo indígena Pitaguary; CONSIDERANDO os termos do Despacho no 35, de 4 de julho de 2000, do Presidente da FUNAI, publicado no Diário Oficial da União de 5 de julho de 2000 e Diário Oficial do Estado do Ceará no dia 5 de setembro de 2000; CONSIDERANDO os termos dos pareceres da FUNAI, que concluíram pela improcedência das contestações opostas à identificação e à delimitação da terra indígena, resolve:

Art. 1º Declarar de posse permanente do grupo indígena Pitaguary a Terra Indígena PITAGUARY, com superfície aproximada de 1.735 ha (um mil, setecentos e trinta e cinco hectares) e perímetro também aproximado de 21 km (vinte e um quilômetros), assim delimitada: NORTE: Partindo do Ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 03°54'53" S e 38°38'03" WGr., localizado no canto de uma cerca de arame farpado, próximo ao Açude Novo, segue por esta cerca até o Ponto 02 de coordenadas geográficas aproximadas 03°54'55" S e 38°37'59" WGr., localizado no bordo direito da estrada vicinal que segue para o povoado Monguba; daí, segue por este bordo até o Ponto 03 de coordenadas geográficas aproximadas 03°54'57" S e 38°37'50" WGr., daí, atravessando esta estrada, segue por uma cerca de arame farpado até o Ponto 04 de coordenadas geográficas aproximadas 03°54'51" S e 38°37'50" WGr., localizado no canto desta cerca, junto ao estábulo da propriedade do Sr. Aécio de Borba; daí, segue pela mesma cerca até o Ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 03°54'53" S e 38°37'43" WGr., localizado no canto da cerca de arame farpado da EPACE; daí, segue por esta cerca até o Ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas 03°54'20" S e 38°37'30" WGr., localizado em outro canto da mesma cerca; daí, segue por esta cerca até o Ponto 07 de coordenadas geográficas aproximadas 03°54'24" S e 38°37'18" WGr., localizado no bordo direito da estrada que liga a cidade de Maracanaú ao povoado de Santo Antônio do Pitaguary; daí, segue por este bordo até o Ponto 08 de coordenadas geográficas aproximadas 03°55'48" S e 38°37'39" WGr.; daí, atravessando esta estrada, segue por uma linha seca até o Ponto 09 de coordenadas geográficas aproximadas 03°55'52" S e 38°37'36" WGr., localizado junto a uma cerca de arame farpado; daí, segue por esta cerca até o Ponto 10 de coordenadas geográficas aproximadas 03°55'54" S e 38°37'37" WGr., localizado no canto desta cerca, na rua do Fogo; daí, segue por uma linha seca até o Ponto 11 de coordenadas geográficas aproximadas 03°56'25" S e 38°37'05" WGr., localizado no alto do Serrote da Monguba, na linha divisória dos municípios de Maracanaú e Pacatuba; daí, segue por uma linha seca até o Ponto 12 de





FUNAI  
Diretoria de Assuntos Fundiários

*Sistema de Terras Indígenas*

bordo direito desta estrada de ferro até o Ponto 13 de coordenadas geográficas aproximadas 03°56'57" S e 38°36'43" WGr., localizado no pontilhão sobre o Riacho Alegre; daí, segue por uma linha seca até o Ponto 14 de coordenadas geográficas aproximadas 03°56'59" S e 38°36'53" WGr., localizado na margem esquerda do Riacho Alegre; daí, segue por uma linha seca até o Ponto 15 de coordenadas geográficas aproximadas 03°57'27" S e 38°37'18" WGr., localizado no sopé da Serra da Aratanha; daí, segue por uma linha seca até o Ponto 16 de coordenadas geográficas aproximadas 03°57'54" S e 38°37'53" WGr., localizado sobre a pedra do Letreiro, no alto da Serra da Aratanha, na linha divisória dos municípios de Pacatuba e Maracanaú; daí, segue por uma linha seca até o Ponto 17 de coordenadas geográficas aproximadas 03°58'22" S e 38°38'27" WGr., localizado no alto desta serra. SUL: Do ponto antes descrito, segue por uma linha seca até o Ponto 18 de coordenadas geográficas aproximadas 03°58'07" S e 38°38'35" WGr., localizado no alto da Serra da Aratanha, na divisa com a Fazenda Ypioca. OESTE: Do ponto antes descrito, segue por uma linha seca até o Ponto 19 de coordenadas geográficas aproximadas 03°57'07" S e 38°38'36" WGr., localizado sobre a pedra do Vento, na encosta da Serra da Aratanha; daí, segue por uma linha seca até o Ponto 20 de coordenadas geográficas aproximadas 03°56'56" S e 38°38'58" WGr., localizado no sopé desta serra; daí, segue por uma linha seca até o Ponto 21 de coordenadas geográficas aproximadas 03°56'42" S e 38°38'52" WGr., localizado na margem esquerda do Riacho Retiro; daí, segue por uma cerca de arame farpado até o Ponto 22 de coordenadas geográficas aproximadas 03°56'40" S e 38°39'01" WGr., localizado no bordo esquerdo da estrada vicinal que segue para o Sítio Retiro; daí, atravessando esta estrada, segue por outra cerca de arame farpado até o Ponto 23 de coordenadas geográficas aproximadas 03°55'59" S e 38°39'20" WGr., localizado no bordo direito da estrada vicinal que segue para o povoado de Santo Antônio do Pitaguarí; daí, segue por este bordo até o Ponto 24 de coordenadas geográficas aproximadas 03°56'04" S e 38°39'06" WGr.; daí, atravessando esta estrada, segue por outra cerca de arame farpado até o Ponto 25 de coordenadas geográficas aproximadas 03°55'11" S e 38°38'34" WGr.; daí, segue por esta cerca, atravessando o Açude Novo, até o Ponto 01, início da descrição deste perímetro. A Base Cartográfica utilizada na elaboração deste memorial: SA.24-Z-C-IV-4-D e SA.24-Z-C-IV-4-H - Escala 1:20.000 - INCRA/GEOFOTO - 1976.

Art. 2º A FUNAI promoverá a demarcação administrativa da Terra Indígena ora declarada, para posterior homologação pelo Presidente da República, nos termos do art. 19, § 1º, da Lei no 6.001/73 e do art. 5º do Decreto no 1.775/96.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRCIO THOMAZ BASTOS